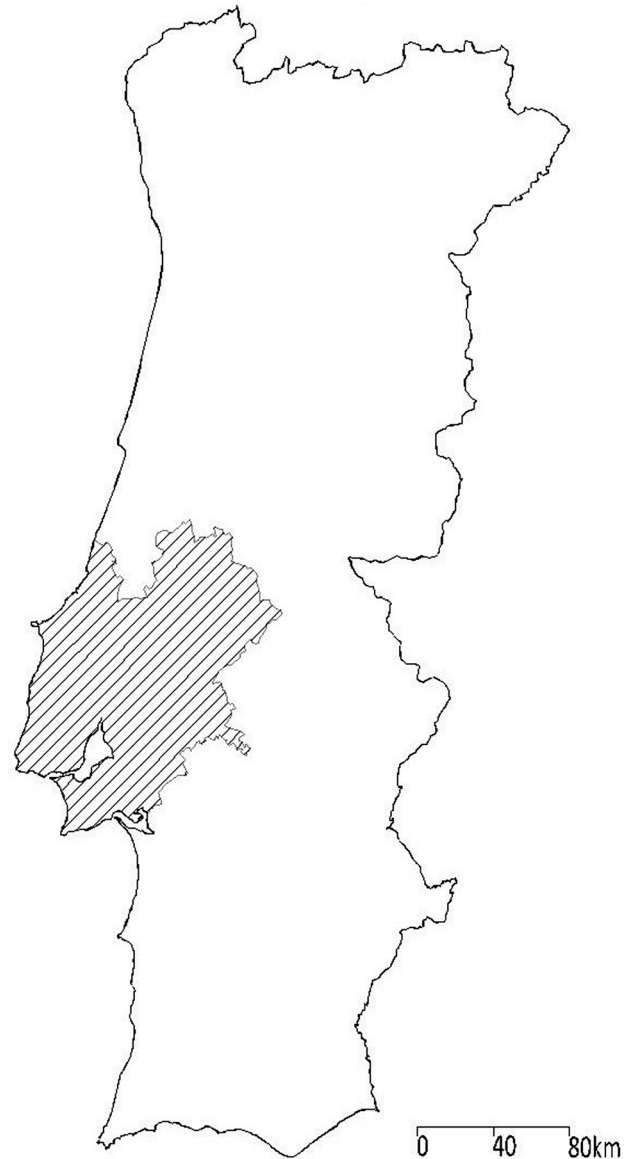


Arquitectura Popular Portuguesa,

na região de
Lisboa e Vale do Tejo



Universidade de Évora. Escola das Artes. Departamento de Arquitectura
Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura realizada por Ana Sofia Nero
Com a orientação do Prof. Dr. Arq.to António Borges Abel e coorientação do Prof. José Manuel Rodrigues
Setembro de 2012

Arquitectura Popular Portuguesa,

na região de
Lisboa e Vale do Tejo



Universidade de Évora. Escola das Artes. Departamento de Arquitectura
Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura realizada por Ana Sofia Nero
Com a orientação do Prof. Dr. Arq.to António Borges Abel e coorientação do Prof. José Manuel Rodrigues
Setembro de 2012

I. Agradecimentos

A todos os funcionários das Câmaras e Bibliotecas Municipais, pela ajuda na recolha de toda a informação necessária para a realização deste trabalho.

A todos os habitantes locais, pelas informações dadas, ao longo dos vários percursos.

Aos professores António Borges Abel e José Manuel Rodrigues, pela orientação dada sempre que necessário.

À família e amigos, pela compreensão da minha ausência, durante todo o tempo atribuído ao trabalho.

À Carina Marques, Cátia Pereira e Sílvia Teles, pelos momentos de descontração e auxílio em algumas temáticas.

Em especial, à minha mãe pelo apoio e ajuda, e ao meu irmão pela companhia e assistência em muitas viagens.

II. Resumo

A presente dissertação tem como base e ponto de partida o livro “Arquitectura Popular em Portugal”, consistindo numa análise dos edifícios e locais apresentados neste, referentes à zona da Estremadura. Este trabalho tem como suporte de registo arquitectónico a fotografia, tendo-se procedido à escolha dos vários exemplos e analisando-os individualmente. A análise dos edifícios e locais consiste, não somente na recolha fotográfica, mas também nas suas características arquitectónicas: registadas na época do Inquérito e na actualidade, comparando-as, tentando compreender que mudanças sociais, económicas, de propriedade e consequentes paradigmas conduziram às eventuais transformações que entretanto se tenham operado. Esta recolha/análise tem, também, como objectivo registar o estado de conservação dos edifícios seleccionados e indagar/compreender os factores que levaram a um eventual estado de degradação, tenham sido de ordem socio-económica, quer de ordem material/ambiental.

III. Abstract

The present thesis is based on the book “Arquitectura Popular em Portugal”, consisting of an analysis of the buildings and the places featured in this, referring to the area of Extremadura. This work has the support of photography, having proceeded to the choice of examples and analyzing them individually. The analysis consists of buildings and places, not only based in the photographic collection, but also in it’s architectural features: registered at the time of the inquiry and in the present, comparing them, trying to understand the social, economic, property and consequential paradigms led to the eventual however changes that have been operated. This collection / analysis is also intended to record the condition of the selected buildings and investigate / understand the factors that led to an eventual state of degradation, that have been socio-economic order, or material / environmental order.

IV. Nota Prévia

A escolha desta temática deve-se à importância que a arquitectura vernacular tem para um arquitecto, uma vez que estes, para projectar, devem conhecer o que já foi executado ou conhecer o mínimo da história, cultura e arquitectura da região / local onde projectam. A arquitectura vernacular é a arquitectura mais funcional e objectiva, sendo executada de forma a responder às necessidades do homem. Esta arquitectura, considerada por muitos como a mais genuína, foi e continua a ser uma arquitectura relevante para a aprendizagem de um arquitecto pois este, através daquela, conhecerá, e poderá aplicar, soluções simples, mas eficazes, sóbrias, mas decorrentes da correcta adaptação à geografia e à topografia do lugar e que respondem aos requisitos necessários à função construtiva e espacial para que são. Muitas destas construções têm soluções de uma enorme contemporaneidade sem que, contudo, tenham sido projectadas por arquitectos.

De certa forma, esta arquitectura, mais regional e humana, ligada ao local e às pessoas, deve ser apreendida e conhecida, de um modo mais profundo pelos arquitectos. Deste modo, e falando em arquitectura regional, não existiria melhor exemplo que a maior recolha deste género de arquitectura feita por todo o país – o Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal, levado a efeito sob a égide do então Sindicato Nacional dos arquitectos, hoje Ordem dos Arquitectos.

Este Inquérito, que posteriormente e em parte se compilou em livro, mostra que na arquitectura popular podemos encontrar soluções extremamente modernistas. Para registarmos o que iam observando e recolhendo nas

suas viagens pelo país, os arquitectos participantes daquele Inquérito, usaram como meios de suporte a fotografia, o desenho e a escrita. Apesar de, ao longo de todo o livro encontrarmos um número significativo de desenhos que mostram e ajudam a compreender a divisão interior e a espacialidade das edificações, a fotografia ressalta como o meio de registo mais utilizado. *“Em três meses de deambulação, percorreram os seis grupos cerca de 50.000 quilómetros, de automóvel, de “scooter”, a cavalo e a pé. Detiveram-se em centenas e centenas de povoados, nos quais fizeram cerca de 10.000 fotografias, centenas de desenhos e de levantamentos, e tomaram milhares de notas escritas.”* (A.A.P., 2004: XXIV)

A fotografia adquire assim destaque e importância pois, como meio de suporte, ela é a melhor ferramenta para transmitir a mensagem que o Inquérito pretendia. Através da fotografia, os arquitectos não só davam a conhecer locais e construções completamente desconhecidos pela imensa maioria, como também permitiam o visionamento do enquadramento das construções nos seus meios naturais. A fotografia aqui surgiu como um elemento intemporal, que ficou para a posterioridade e que retrata a verdade.

Para além da visita ao local, a fotografia é o melhor meio para compreender o sítio. Apesar de a fotografia ser utilizada como meio de suporte da arquitectura, esta não foi descuidada pelo Inquérito. Como diz António Sena, *“embora as intenções pareçam apenas documentais – tanto no livro como no arquivo – é nítido o fascínio pelos objectos fotografados e a variedade de tratamentos plásticos que estes motivaram.”* (SENA, 1998: 299)

Contudo, apesar da importância que ainda hoje este livro tem, surgem muitas vezes questões como: Será que esta arquitectura ainda existe? Será que estes locais, muitos em destaque no livro, continuam a ter a sua utilidade ou, pelo menos, continuam a ser vividos?

Os curiosos que se interessem por esta temática e que tenham consultado o livro, colocam muitas vezes estas questões. Esta dissertação vem, de certa forma, responder a estas inquietações, tentando compreender que impacto este livro teve nas construções, propriamente ditas, e se serviu para uma maior valorização e preservação das mesmas.

V. Índice

I. Agradecimentos	03
II. Resumo	05
III. Abstract	07
IV. Nota Prévia	09
V. Índice	13
1. Introdução	17
2. Arquitectura derivada da tipologia de ocupação do território	21
2.1. Povoações localizadas em zonas elevadas	23
2.1.1. Vila de Óbidos	24
2.1.2. Vila de Sesimbra	28
2.2. Povoações localizadas em zonas planas	31
2.2.1. Aldeia de Assafora, Sintra	33
2.2.2. Vila Chã de Ourique, Cartaxo	36
2.3. Largos	39
2.3.1. Praça de Santa Maria, Óbidos	40
2.3.2. Terreiro do Santuário do Cabo Espichel, Sesimbra	45
3. Arquitectura derivada das especificidades das actividades económicas equipamentos	51
3.1. Equipamentos Agrícolas	53
3.1.1. Edifício Agrícola em Muge, Salvaterra de Magos	54
3.1.2. Bairro dos Ilhéus, Picanceira, Mafra	57
3.2. Moinhos de Vento	63
3.2.1. Moinho do Feijão, Ericeira	65
3.2.2. Moinho de Santa Maria, Malveira, Mafra	68

3.3. Moinhos de Maré	71
3.3.1. Moinho de Maré de Corroios, Seixal	73
3.3.2. Moinho de Maré de Palhais, Barreiro	76
3.4. Povoações dos Avieiros	79
3.4.1. Palhota, Cartaxo	82
3.4.2. Lezirão, Azambuja	85
4. Tipologias residenciais populares	89
4.1. Península de Lisboa	91
4.2. Ribatejo	99
4.3. Península de Setúbal	103
5. Arquitectura semierudita: equipamentos, serviços e tipologia residencial especial	109
5.1. Igrejas Rurais	111
5.1.2. Igreja de Nossa Senhora da Consolação, Assafora, Sintra	112
5.1.1. Capela de São Mamede de Janas, Sintra	115
5.2. Capelas de Beira-mar	119
5.2.1. Ermida da Memória, Cabo Espichel, Sesimbra	120
5.2.2. Capela de São Sebastião, Ericeira	122
5.3. Solares e Palácios	125
5.3.1. Paço dos Arcos, Paço de Arcos	126
5.3.2. Palácio do Calhariz, Sesimbra	128
6. Conclusão	133
7. Bibliografia	139

1. Introdução

“(…) Falar de arquitectura popular do século XX português é antes do mais falar de Raul Lino e do movimento da Casa Portuguesa, por um lado, e do Inquérito à Arquitectura Popular Portuguesa, por outro lado. Estes constituem de facto dois dos momentos mais conhecidos e mais importantes na reflexão e pesquisa sobre a arquitectura popular em Portugal no século XX.” (LEAL, 2009: 5)

No princípio do século XX, o movimento da Casa Portuguesa começa a ter alguma relevância, impulsionado por Raul Lino. Este consistia no facto de em Portugal existir somente um género de habitação portuguesa e na criação de determinadas regras arquitectónicas que, adaptadas à vida moderna, se baseavam na habitação portuguesa.

Em 1893, Henrique das Neves, militar mas não arquitecto, foi o pioneiro a mencionar a possibilidade de haver em Portugal um tipo de arquitectura. O historiador de arte Joaquim de Vasconcelos e o ensaísta Abel Botelho defendiam o princípio de diversidade. Entre outros nomes, João Barreira, Guilherme Gomes, José Teixeira Lopes, Jorge Segurado, Vasco Regaleira, Carlos Ramos e Cristino da Silva defendiam o mesmo movimento e os mesmos princípios arquitectónicos que Raul Lino.

Nas décadas de 30 e 40, iniciou-se também um levantamento, realizado por engenheiros agrónomos, denominado Inquérito à Habitação Rural. Este, realizado por Lima Basto, Henrique de Barros e Castro Caldas tinha como objectivo perceber as condições de habitabilidade dos camponeses e melhorá-las, de forma a melhorar também a própria produção agrícola.

Enquanto Raul Lino tentava passar a ideia de que a

habitação nacionalista era, para além de bom gosto, uma construção alegre e que servia a sua função de casa na perfeição, com o Inquérito à Habitação Rural, ao contrário deste, transmitia a miséria e as condições pouco higiénicas em que grande parte da população vivia. Sem a necessidade de embelezar o produto nacional, os autores escreviam exactamente como as habitações eram feitas, a sua materialidade e a forma como as famílias viviam.

Entre as décadas de 50 e 60, surge o Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal criado pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos, neste participaram nomes como: Fernando Távora, Keil do Amaral e Nuno Teotónio Pereira. Os arquitectos associaram-se em seis grupos, cada um com o seu mentor, e dividiram-se pelas várias zonas do país, procedendo à recolha de elementos que poderiam mostrar a diversidade arquitectónica deste. Essa recolha não se cingiu somente à habitação, mas sim a uma variedade de construções com carácter popular. Desta extensa recolha surgiu, em 1961, o livro *Arquitectura Popular em Portugal*, inicialmente dividido em dois volumes e posteriormente reeditado. Esta recolha tinha como fim mostrar as semelhanças entre arquitectura popular e arquitectura moderna, compilando a arquitectura existente no território português.

Relativamente ao movimento Casa Portuguesa, este, tinha como objectivo dar aos arquitectos os elementos que compunham a habitação portuguesa, de modo a que quando projectassem uma habitação irem de acordo à arquitectura existente no país.

Apesar de serem até um pouco contraditórios, estes dois

movimentos tiveram e têm grande relevância para o estudo e compreensão da arquitectura popular em Portugal. Para além de serem considerados grandes estudos, levaram a que surgissem novos trabalhos baseados/inspirados por estes.

No seguimento destes inquéritos, ressaltou por parte do Museu Nacional de Etnografia um interesse pela arquitectura popular, que desencadeou vários levantamentos e publicações. De todas as publicações executadas em parte pelo antropólogo Ernesto Veiga de Oliveira, há que destacar o livro *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, bem como os levantamentos dos palheiros do litoral, espigueiros e sistemas tradicionais de moagem.

Nos estudos realizados por Ernesto Veiga de Oliveira e os seus colaboradores (Jorge Dias, Fernando Galhano e Benjamin Pereira) o objectivo era compreender a relação que existia entre as várias construções e o modo de vida e cultura dos seus ocupantes. Para aqueles autores não importava se a solução arquitectónica era bem conseguida, importando sim o modo como esta se ligava e relacionava com o tipo de vida das populações. No livro *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, a habitação é descrita como um

(1) *“Um verdadeiro instrumento agrícola que é preciso adaptar às necessidades da exploração da terra, designadamente no que se refere ao seu dimensionamento e à importância e distribuição relativa dos alojamentos das pessoas, dos estábulos e das lojas de arrumação das alfaias agrícolas e ferramentas da lavoura.”* (OLIVEIRA, 1992:13)

instrumento agrícola, que surge segundo as necessidades do homem rural. (1)

Todos estes estudos têm em comum o trabalho de campo, isto é, o levantamento intensivo de várias tipologias e de diversos locais, de modo a conseguirem compilar os mesmos de uma forma unitária e sistemática. Estas recolhas tinham como meios de suporte o desenho e a fotografia, instrumentos muito úteis para captar o carácter mais formalista da arquitectura. O desenho e a fotografia não substituem o edifício, vê-lo, vivê-lo e compreendê-lo só é possível no local, sentindo a presença do edifício, a sua relação com o sítio em que se implanta e a sua função económica e social. Contudo, estes instrumentos de suporte são de grande importância, uma vez que muitas das construções fotografadas estão actualmente descaracterizadas ou ruíram por completo. Assim, a fotografia e o desenho conseguiram captar e retratar algo que maioritariamente já desapareceu.

Esta preocupação pela arquitectura popular serviu para a sua valorização, enquanto património arquitectónico. Antes destes pensamentos, a arquitectura popular não tinha o destaque que tem nos nossos dias e se esse fenómeno hoje se verifica deve-se ao trabalho realizado pelos autores referidos anteriormente. Todos eles são distintos, uma vez que cada um refere uma das vertentes do que é a arquitectura popular. Raul Lino propõe um conjunto de regras de modo a edificar uma casa nacionalista, adaptada à actualidade. O Inquérito à Habitação Rural resalta o facto de esta arquitectura estar relacionada com as condições de vida das famílias. Ernesto Veiga de Oliveira explora a ideia de

que cada tipologia se encontra associada a um modo de vida específico. Todos estes elementos e factores fazem parte da arquitectura popular, contudo nunca se tinha tentado agrupar e recolher informação sobre a arquitectura popular em Portugal na sua globalidade, juntando e falando de todas as disciplinas que ela comporta e que dela fazem parte, fenómeno conseguido através do Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal, sendo este inquérito utilizado como base de toda a Dissertação.

O livro utilizado para fazer esta recolha fotográfica – *Arquitectura Popular em Portugal* – encontra-se dividido em seis zonas geográficas, sendo estudada a Zona 4. Esta zona corresponde à “ (...) *área limitada pela costa e uma linha quebrada, de vértices em Setúbal, Abrantes, Coimbra e a Praia de Mira.*” (A.A.P., 2004: 7) Devido à grande extensão deste território e ao tempo atribuído para a realização da presente dissertação de mestrado integrado (seis meses), foi reduzida a área de estudo, correspondendo esta à região de Lisboa e Vale do Tejo.

No Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal, cada grupo de arquitectos organizou a sua Zona e dividiu-a segundo vários temas. Esta dissertação restringiu-se à abordagem de quatro temáticas, sendo analisadas: a ocupação do território feita pelas populações, as actividades económicas das mesmas, as suas habitações populares e, por último, a arquitectura semierudita. Sendo escolhidos dois exemplos de cada tipologia, analisada nos vários temas, de modo a poder fazer-se uma comparação entre os mesmos. A escolha destes exemplos foi feita tendo em conta: a distância a que eles se encontram da capital e o tempo reduzido. Contudo,

da vasta gama de fotografias presentes no livro, tentou escolher-se os exemplos com maior destaque neste e os menos conhecidos pela população em geral, de modo a que esta pesquisa e incessante procura de informação servisse, pelo menos, como uma chamada de atenção para edifícios esquecidos e abandonados pela população.

2. Arquitectura derivada da tipologia de ocupação do território

A região estudada neste trabalho faz parte da Estremadura, tendo esta influências do Sul e do Norte, ou seja, a Estremadura e o Ribatejo fazem a fusão entre os territórios mais secos do Alentejo e mais húmidos do Norte. Estas influências, por um lado mediterrânicas e, por outro, Atlânticas, fazem com que toda esta região seja bastante diversificada a nível do seu território e do seu clima. *“É uma zona de transição e contrastes.”* (A.A.P., 2004: 7)

Para além das diferenças entre o Norte e o Sul, Portugal tem também a diferença entre o Litoral e o Interior, e todos esses contrastes se cruzam nesta região. Uma vez que o Ribatejo tem características de interior, com a forte presença do rio Tejo, enquanto toda a costa é dominada pelo mar.

O rio Tejo tem um papel importante no Ribatejo, fazendo a irrigação dos campos de cultivo e presença constante na paisagem desta região. O rio atravessa a área estudada, fazendo uma separação entre o território mais plano e o território mais acidentado, havendo locais de excepção, como é o caso da Serra da Arrábida. Esta encontra-se na Península de Setúbal, uma zona relativamente pequena, mas também muito contrastante, devido ao facto de conter ainda áreas planas, com o rio muito presente (nomeadamente nas salinas de Alcochete), consistindo no prolongar do Ribatejo, mas a ascensão do mar faz com que tenha longos areais em conjunto com a serra, coexistindo

neste local a junção entre o rio e o mar.

O oceano Atlântico é presença constante ao longo de toda a região, sentindo-se no litoral estremo toda a sua força desenhando as nossas costas consoante a sua vontade, acentua-se esse fenómeno, por exemplo, nos cabos da Roca e Espichel. O mar, que vai entrando e recuando ao longo da costa, cria locais diferenciados em função dos vários substratos geológicos presentes na região e as consequentes altimetrias que apresenta, observando-se falésias rochosas e areais extensos, locais de miradouro, que foram em tempos locais de defesa (2), e praias.

Esta confrontação dos diversos elementos que compõem a paisagem e, ao mesmo tempo, a ligação entre os mesmos, fazem do nosso país um local rico e diversificado, mas também contínuo, conjugando-se todas estas diversidades de uma forma harmoniosa.

De um modo geral, as populações fixavam-se próximas da água, o que, no caso de localizações próximas a cursos de água doce, permitia a irrigação dos campos e respectivo cultivo e, no caso de localizações próximas da foz dos rios ou de um oceano, permitia a actividade piscícola. Deste modo, as zonas mais populosas eram junto ao rio Tejo e próximo da costa, esta última devido também à facilidade que havia em exercer as trocas comerciais.

“Se a importância da vida marítima é muito limitada no campo da economia, o papel que lhe cabe nas relações dos povos e na unidade do mundo mediterrâneo é o mais elevado. Foi ao longo das costas sinuosas que progrediram correntes de civilizações e caminharam produtos.” (RIBEIRO, 1998: 20)

(2) Como é o caso do Cabo Espichel, que continha uma fortaleza que com a força do mar foi desaparecendo, restando actualmente um pequeno vestígio dessa construção.

Com o crescimento da população, os aglomerados foram conseqüentemente aumentado, e verificou-se que *“duma maneira geral, as altas densidades correspondem a áreas de propriedade dividida, e as baixas a zonas de solos pobres ou latifundiárias (...)”* (A.A.P., 2004: 16). Ou seja, os terrenos mais férteis e de policultura (territórios a norte do Tejo) necessitavam de um número de trabalhadores maior e ao longo de todo o ano, enquanto os terrenos a sul do rio, mais planos e de monocultura, precisavam de menos mão-de-obra e apenas sazonalmente. (3)

Todos os factores mencionados anteriormente, desde o tipo de solo, o coberto vegetal, a água – o mar e o rio –, até os factores religiosos, económicos e administrativos têm importância sobre a forma como uma aldeia, vila ou cidade se desenvolve. Embora os aglomerados possam ter características semelhantes, essa similitude não os torna iguais, pois cada conjunto de habitações, por muito pequeno que seja, tem uma história e um razão para a sua implantação num local específico. Perceber as razões

(3) Devido a estas características, existiam no Ribatejo edifícios como o que estudamos no capítulo 3.1.1, que faziam o abrigo dos utensílios necessários à agricultura e por vezes serviam, simultaneamente, de dormitório para os trabalhadores que pontualmente se deslocavam para estes locais.

(4) O largo, no léxico urbanístico português, corresponde a um espaço alargado ou à rua que se alarga naquela zona, e está longe de se confundir com a praça, uma vez que esta corresponde a uma atitude projectual e aquele é de formação espontânea.

e o modo como um aglomerado se desenvolveu pode ser muito útil, para prever como possivelmente este mesmo local se irá desenvolver no futuro. Ou seja, compreender antecipadamente as necessidades que irão surgir, para melhor as solucionar, estudando e percebendo o passado, para melhor realizar no futuro.

Neste caso, iremos restringir o estudo das povoações segundo a sua topografia, analisando zonas elevadas e zonas mais planas. Escolhendo duas povoações de cada categoria e compreendendo os factores que levaram à sua implantação e de que forma esta se verificou. Cada habitante adaptou-se e edificou a habitação segundo as suas possibilidades e de modo a tirar o melhor partido daquilo que o próprio território lhe dava.

Na região estremenha coexistem as serras e as planícies, oposição que requer diferentes modos de fixação das populações no território. Contudo, independentemente da variação do terreno, os aglomerados têm, de um modo geral, um elemento comum – o largo. (4) Espaço aberto, de várias formas e dimensões, existente como local de reunião, *“onde os vizinhos se juntam e convivem, com a eira, o forno, o lagar, o moinho do povo”* (RIBEIRO, 1998: 95). Este é o espaço central de uma povoação, a partir do qual esta se desenvolve, e sendo também um local importante para perceber o tipo de vivência que os habitantes têm.

2.1. Povoações localizadas em zonas elevadas

“Tanto quanto algumas sondagens históricas permitem avaliar, à excepção do Noroeste, onde a população densa cedo se espalhou pelas leiras da terra retalhada, o fundo do povoado português é constituído pela aglomeração.” (RIBEIRO, 1998: 95)

A aglomeração é a base da construção das povoações portuguesas devido a variadas razões, mas a realidade é que o ser humano tem tendência para se agrupar num determinado local. As pessoas ao agruparem-se facilitavam o acesso a meios que estando isolados eram de mais difícil acesso, como é o exemplo do forno do pão. Muitas habitações nas zonas rurais não tinham forno próprio, mas utilizavam sempre o forno colectivo, construído para abastecer toda a comunidade. O tanque para lavar a roupa é outro dos exemplos, nas Azenhas do Mar este ainda persiste e em boas condições.

Quando estes aglomerados se situavam em zonas mais elevadas, de um modo geral, era por razões de defesa, agrupando-se as casas umas ao lado das outras, adaptando-se ao terreno acidentado e deixando espaço para estreitas ruas, que uniam todo o aglomerado. Estas habitações quase se sobrepunham umas às outras dificultando a insolação e o arejamento de cada uma delas, salvo os pequenos pátios, quintais ou terraços, que iam surgindo nestes conjuntos crescentes.

Devido ao terreno acidentado, recorria-se a soluções como escadas ou rampas, que facilitavam o caminhar nestas vilas e faziam com que estas transmitissem uma ideia de movimento. Estas soluções dificultam o acesso de outros meios de transporte, como o automóvel, mas a verdade é

que as ruas não foram pensadas para estes, pelo contrário, foram ruas construídas para as pessoas ou animais, pelo que *“os automóveis são intrusos”* (A.A.P., 2004: 26) e até parecem elementos estranhos a todo o conjunto.

As construções vão vencendo os desníveis através do recurso a socalcos, surgindo quase de uma forma espontânea e natural, adaptando-se ao terreno, fazendo parte do mesmo. Em Óbidos, por exemplo, existem casas que foram construídas em cima da própria rocha, fazendo esta parte integrante da habitação e parecendo surgir da mesma. São exemplos como este que dificultam a distinção entre o que é natureza e o que é construção, sendo tudo um elemento contínuo, que se integra e unifica de um modo único e perfeito. Estas uniões são de tal forma naturais, que nos criam a ilusão de que a própria construção sempre esteve ali e que a rocha sem a construção não faria qualquer sentido. Este sentimento aplica-se a construções específicas, mas também à vila em geral e a outros aglomerados, sendo eles estrategicamente colocados, adaptando-se ao terreno em que se inserem.

De todos os locais visitados e mencionados pelo Inquérito à Arquitectura Popular, Sesimbra e Óbidos foram escolhidos para esta análise devido à sua considerável dimensão e por serem até bastante distintas. Sesimbra é uma vila compacta, sem muralhas e que tem como base da sua localização um factor económico – a pesca. Óbidos, em contrapartida, é uma vila ainda mais compacta, implantando-se numa colina devido ao seu potencial defensivo, com carácter militar muito presente e que dependia da agricultura.

2.1.1. Vila de Óbidos

A vila de Óbidos localiza-se numa colina a Leste do Rio Arnoia, pertence ao distrito de Leiria e dista de Lisboa cerca de 75km. Situada na região centro e na sub-região Oeste, esta vila constitui uma das vilas históricas mais preservadas da Estremadura.

As condições geográficas e climatéricas influenciam a escolha de fixação dos povos, procurando estes os locais mais férteis e com abundância de água. Seguindo este princípio, Óbidos surgiu no cimo de uma colina com características pouco agradáveis à produção agrícola, mas rodeada de planícies muito ricas. Todo o litoral que vai de Óbidos a Leiria consiste em terra avassalada ao mar, daí a sua grande e variada produtividade. Por todos estes terrenos de cultivo passavam dois rios – o Arnoia e o Real, rios que em tempos irrigavam as culturas.

A implantação de Óbidos tem na sua génese uma razão também defensiva, pelo que houve sempre a preocupação da realeza em conservar e restaurar a fortificação. “ (...) *A coesão das habitações fez-se por motivos de defesa, contra os piratas do litoral, as hordas de salteadores, os pastores da montanha. Esta mesma razão presidiu à escolha do sítio: grande número de povoações antigas ergue-se no alto de montes, em cabeços fáceis de defender, donde se dominam os campos e os caminhos.*” (RIBEIRO, 1998: 35)

Não existem registos que mencionem a origem desta vila, havendo apenas a certeza que D. Afonso Henriques conquistou este território de carácter militar.

A povoação desenvolve-se ao longo da colina de forma longitudinal, situando-se o Castelo na zona Norte, mais acidentada, e crescendo esta para Sul/Nascente. A muralha

fecha e isola a vila do lado Oeste, mais íngreme, e surgindo as construções descendo a colina na vertente Este. A vila é bastante iluminada durante a manhã e princípio da tarde, e ao mesmo tempo, encontra-se abrigada da zona mais ventosa a Oeste. A Noroeste encontra-se a Várzea da Rainha e a Lagoa de Óbidos, onde desaguardam os dois rios. Com características semelhantes à de Óbidos existe em Portugal, por exemplo, Monsaraz - vila construída no interior das muralhas, num promontório alongado, rematada pelo castelo, as primeiras mandadas construir por D. Dinis e o segundo, anterior, mandado edificar pelo seu pai: D. Afonso III.

De planta triangular, Óbidos articula-se consoante a estrutura da colina, sendo esta a base de toda a construção. O espaço criado pela mão humana liga-se de um modo perfeito com a natureza do local. Os muros que constituem a fortificação vão descendo o promontório atribulado de uma forma suave, acompanhando com curva e contracurva o solo.

A primeira muralha surgiu durante a ocupação islâmica, no século VIII. Os reis D. Dinis e D. Fernando mandaram construir o castelo de planta trapezoidal e readaptaram a muralha, levando ao aumento da população intramuros.

As muralhas circundam toda a vila, parecendo esta sufocada pelas mesmas e articulando-se como é possível no espaço que lhe é atribuído. Contudo, esta constatação é retirada de uma simples observação, pois ao percorrermos o espaço urbano isso não se verifica. A muralha, de carácter militar, une-se e, por vezes, integra-se perfeitamente com as edificações, existindo uma comunhão entre ambas.



01. Vista do cimo da muralha para a Rua do Hospital. Óbidos. Ana Sofia Nero



02. (A.A.P., 2004: 26)

“As casas apinham-se, separadas pelas ruas estreitas e ingremes, sombrias, como convém ao clima soalheiro, animadas pela vizinhança, fermento da vida urbana, que aqui se desenvolverá primeiro do que no resto da Europa.” (RIBEIRO, 1998: 35)

As ruas de traçado sinuoso vão desenhando o espaço urbano conforme as edificações vão permitindo. Estas parecem tentar apoderar-se de tudo o que conseguirem, sobrando estreitas ruas e pequenos largos. As habitações por vezes apropriam-se da própria rua, criando passadiços de ligação entre as casas. Leva a que exista uma necessidade de privatização do espaço, o que se verifica de certo modo nos longos muros brancos, que pontualmente vão surgindo e que resguardam o jardim e a casa, vivendo a família num espaço mais restrito e privado, resguardada da agitação das ruas.

Quando D. Afonso Henriques conquistou Óbidos existiam duas aberturas na muralha, a Porta da Traição, a nascente, e a Porta da Vila ou de Nossa Senhora de Piedade. Esta última consistia na porta principal da vila e dela nasce a Rua Directa (Direita) ou somente Rua, que nos leva à entrada do Castelo. Moldadas ao território foram surgindo as restantes ruas, que cedo se calcetaram provavelmente devido à sua irregularidade. A meio da Rua Direita surge a Praça Santa Maria (5), sendo o centro da vila é nesta que se encontram os edifícios mais importantes, realizando-se aí, em tempos, o próprio mercado.

O aumento populacional, devido à atractividade que a

actividade económica e a defesa proporcionaram, impôs o aumento da cércea das construções, tendo estas, na sua maioria, dois pisos. Este aumento causou ainda o desenvolvimento dos arrabaldes extramuros, no sentido Leste e Sul.

Genericamente, os materiais utilizados na construção da vila eram oriundos da região, destacando-se o adobe, a pedra, a cal e a madeira.

A partir dos finais do século XV, verifica-se uma tentativa de melhorar as condições de vida das pessoas que habitavam nesta vila. Procedendo a câmara à realização de vários melhoramentos como o abastecimento de água, a limpeza e abertura de novas ruas, e obras de restauro e melhoramento de vários edifícios.

Apesar de haver algumas reabilitações contemporâneas, a realidade é que o carácter histórico e pitoresco desta vila mantém-se, existindo até um incentivo por parte do Município para que tal se mantenha e continue a existir a preservação do espaço como ele é. Esta realidade poderá também levar à estagnação da vila, não se desenvolvendo e *“fazendo dela apenas um museu e um belvedere de turismo.”* (SEQUEIRA, 1955: 80)

(5) Praça analisada no capítulo 2.3.1.



03. (A.A.P., 2004: 30)



04. Vista do cimo da muralha para o cruzamento entre as ruas do Hospital e do Castelo. Óbidos. Ana Sofia Nero

2.1.1. Vila de Sesimbra

A vila de Sesimbra pertence ao distrito de Setúbal, região de Lisboa e sub-região da Península de Setúbal. Esta, como muitas vilas portuguesas, teve o seu início no interior das muralhas do castelo. No cimo de uma falésia, com vista para o mar, foi construído, no século IX, o Castelo de Sesimbra. Este teve grande importância na defesa de todo aquele território, mas em 1389 a actividade piscatória da vila começou a ter grande destaque, pois consistia no sustento das famílias. Assim, o aumento das construções junto ao mar foi notório, não somente devido à pesca, mas a outras actividades provenientes desta, como a construção naval e a salga do peixe.

Aos poucos a população vai abandonando o castelo e descendo até à baía, em busca de melhores condições de vida, criando-se, em 1536, a nova freguesia da Ribeira, conhecida hoje como freguesia de Santiago. Nesta altura, a zona ribeirinha desenvolvia-se a partir do Largo da Misericórdia, actual Largo 5 de Outubro. Este era o ponto central e de reunião dos moradores e pescadores de toda a área, existindo um núcleo a Este e outro a Oeste do Largo.

Apesar dos habitantes se terem afastado do castelo, não significava que não continuassem a precisar de defesa, de possíveis ataques e invasões. Portanto, em 1648, surge o Forte de Santiago e, em 1652, o Forte de São Teodósio. Anteriores a estes existiu, entre 1568 e 1570, uma planta onde se planeava a construção de uma cerca em torno de todo o povoado, acabando por apenas se construir a muralha que se encontrava de frente para o mar e da qual já não existe vestígios.

As actuais ruas Conselheiro Ramada Curto e Cândido



05. Planta de Sesimbra de 1570. (SERRÃO, 1986)

dos Reis faziam a entrada principal na vila. Estas, assim como as restantes, eram bastante íngremes e sinuosas, havendo a necessidade de construção de escadas, para facilitar o acesso. A população ia aumentando e, para além da expansão demográfica, começaram a construir-se habitações com mais de um piso, levando a vila a crescer também em altura.

Sesimbra teve na base do seu desenvolvimento um factor económico muito relevante – a pesca – agregado ao território acidentado, onde se insere. Estes dois factores caracterizam e explicam a forma como as habitações foram crescendo pela encosta acima. A maioria dos habitantes eram pescadores, pelo que as construções tentavam chegar-se o mais próximo possível do mar. *“O pescador tradicional, sempre enroupado e taciturno, trajando em geral de escuro*



06. Largo do Poço. Sesimbra. Ana Sofia Nero



07. (A.A.P., 2004: 26)

e de xadrez, conhecedor excelente dos segredos da costa, dos ventos e dos fundos marinhos, embarcado ou, em terra, remendando as redes, preparando a isca, cozinhando peixe ou dormindo à sombra do seu barco, sem gosto nem jeito do trabalho do campo, forma, com a família, agrupamentos perfeitamente distintos da população rural: o poveiro, a gente marítima da Nazaré, de Peniche, de Sesimbra, de Setúbal ou de Olhão, são inconfundíveis.” (RIBEIRO, 1998: 127)

O pescador está assim na génese de Sesimbra, em oposição à vila de Óbidos (relatada no ponto anterior) onde a maioria dos habitantes eram camponeses e trabalhavam nos campos exteriores ao centro muralhado. Contudo, Sesimbra consiste num aglomerado em que os habitantes tinham uma situação ambígua, isto é, ora trabalhavam no campo ora no mar, trabalhando a mulher sempre no campo enquanto o homem ia ao mar, na época de maior pescaria. Pois, “ (...) por importantes que apareçam, no quadro da economia nacional, as fainas do mar, elas não deixam de ser limitadas, fragmentárias, intermitentes, em confronto com o labutar permanente dos campos.” (RIBEIRO, 1998: 129) Estas limitações que advêm do mar levavam os sesimbrenses a manterem o cultivo nos campos.

As habitações reflectiam a economia da região, existindo nestas sempre um local, normalmente o rés-do-chão, onde os pescadores guardavam as redes e as bóias. As construções encontram-se amontoadas, surgindo em socalcos e somente com pequenos largos que vão brotando de uma forma espontânea e inesperada. As suas ruas estreitas são paralelas ao mar, também elas a vários níveis,

que vão subindo consoante a necessidade de vencer o terreno, existindo depois as ruas perpendiculares ao mar, rampeadas ou em escadaria.

Em Sesimbra, apesar das várias modificações, ainda é possível encontrar escassos espaços onde o humilde pescador remenda as suas redes. A pesca continua a ser uma das fontes económicas da povoação, mas já não tem a importância e abundância de outros tempos. Actualmente, existem outras actividades económicas, com muita mais relevância do que a pesca, nomeadamente o turismo.



08. Planta de Sesimbra. (A.A.P., 2004: 27)

2.2. Povoações localizadas em zonas planas

Segundo Orlando Ribeiro, “a forma de povoamento mais comum no Mediterrâneo é a aglomeração” (1998: 35), facto que podemos verificar nos dois exemplos referidos anteriormente (Sesimbra e Óbidos), mas também nas planícies ribatejanas. Nos campos, em contraponto à aglomeração, existe o povoamento disseminado, muito usual no Noroeste, mas que não ocorria com tanta frequência na zona mediterrânea. Estas duas formas de povoado são muito distintas e têm como base uma razão económica. Ambas estão relacionadas com a agricultura e com o pastoreio, mas de maneiras distintas. Nas zonas agrícolas, quando existe uma grande concentração de pessoas, isso deve-se ao uso de cultura extensiva e pastoreio. Neste caso, os habitantes agrupam-se vivendo todos em comunidade ou trabalham todos para um proprietário único.

A disseminação ocorre quando a cultura é intensiva e variada, existindo a criação de animais, mas sem o pastoreio. Este tipo de ocupação surge na zona mediterrânea quando é trazido o milho de regadio, que permite à família separar-se do grande proprietário. A família desloca-se portanto do grande aglomerado, para uma zona mais isolada, onde possa desenvolver o seu próprio cultivo. No Norte, a esta porção de terreno obtido pela família para a agricultura denomina-se “casal”, enquanto no Sul se generalizou a vocábulo “courela”.

Na Estremadura, onde os núcleos são compactos, começou-se a verificar este fenómeno, surgindo pequenos

casais disseminados, ao longo deste território. Com o tempo, outras famílias se iam disseminando do aglomerado principal e procurando a sua independência do grande proprietário, juntando-se, por vezes, a casais que já teriam feito o mesmo. Deste modo, e também devido ao facto das famílias irem aumentando e, conseqüentemente, aumentando o número de edificações, começa-se a construir um pequeno aglomerado. Hoje em dia, muitos dos núcleos rurais existentes surgiram desta forma, onde uma família que tentou a sua independência acabou por gerar uma povoação. Assafora, S. João das Lampas e Arrepiado são exemplos do que se afirma.

Inicialmente, a disseminação surgiu com a necessidade de ocupação das culturas e como meio de o fazer, utilizavam a habitação. A habitação surge como uma forma de marco no território, sendo esta feita com os materiais que lhe estão mais próximos e com uma forte relação com a terra. Assim como a casa, todas as construções que vão brotando em seu redor, surgem em função do campo/cultivo, pois é este que dá o sustento à família. Esta grande preocupação pela courela deve-se pelo facto do proprietário do terreno ser o próprio trabalhador, como tal, existe a necessidade de estar próximo do terreno e viver para o mesmo.

A família cresce e a ele vão-se juntando outras famílias, formando um pequeno povoado. Neste todos têm a courela, que rodeia a habitação, e anexa à mesma outras construções, como o palheiro, a adega ou o celeiro. As casas (6) vão surgindo pontualmente, perdidas ao longo do vasto território, de forma espontânea sem preocupações formais. Criando-se um grupo de construções dispersas, sempre

(6) No capítulo 4.1. são especificadas as características destas habitações.

próximas das zonas de cultivo e muito orgânico, onde a rua adquire um papel secundário. A rua passa a ser o espaço sobranste deste agregado, consistindo no caminho que é deixado entre os limites das courelas e que se vai moldando como lhe é permitido. Desta forma natural, aparecem também os largos, que são áreas mais amplas e sem uma configuração definida. Os equipamentos comuns, como o poço, a igreja ou a eira, são construídos conforme as necessidades.

Relativamente aos núcleos mais compactos, estes não crescem somente em zonas elevadas, mas também nas planícies, com grande abundância no Ribatejo. Nestes casos, a ligação ao território continua a ser a agricultura, mas de forma distinta. Em geral, a população que habita estas vilas é assalariada, trabalhando todos para o mesmo proprietário.

Nos aglomerados, apesar de todas as casas serem distintas, várias altimetrias, umas com mais e outras com menos aberturas e com tamanhos diferentes, juntam-se de um modo mais organizado. As casas estão agregadas umas às outras, havendo uma certa continuidade que acaba por definir um quarteirão. Esta organização pressupõe maior preocupação com a rua. Aqui, estas deixam de ser simples caminhos e passam a ser ruas rectas, mais largas e bem definidas.

As construções, que balizam as ruas, têm sempre adjacente um quintal, onde as famílias têm uma pequena horta. O quintal encontra-se a tardo, enquanto a habitação chega à rua, fazendo a fachada o limite da mesma. Definindo a rua estão também os anexos das casas, como

as adegas, os lagares ou os portões de entrada para os quintais, dos proprietários mais abastados. O quintal, ou o pátio, é o espaço de convívio da família; esta procura a privacidade no interior da casa, voltando as costas à rua. Em geral, as fachadas funcionam como barreiras que impedem a visibilidade para o interior, surgindo as suas aberturas somente para ventilação e iluminação.

Na Estremadura, em locais de terreno pouco acidentado, existem estas duas tipologias de povoado: o disseminado e o aglomerado. A partir destas duas categorias e segundo os locais fotografados pelos arquitectos do Inquérito à Arquitectura Popular foram escolhidas as povoações de Assafora e a Vila Chã de Ourique, uma vez que ambas demonstram nas suas construções e no seu urbanismo, a realidade descrita anteriormente. Sendo Assafora um povoado que surgiu através da disseminação, situado na zona saloia, muito dependente da agricultura e com trabalhadores independentes. Enquanto Vila Chã de Ourique é um aglomerado compacto, situado no Ribatejo, também dependente da agricultura, mas com trabalhadores assalariados.

2.2.1. Aldeia de Assafora, Sintra

Pertencente à freguesia de São João das Lampas, Assafora é a aldeia situada mais a noroeste do concelho de Sintra. Assafora localiza-se num planalto e fica a cerca de 4km de São João das Lampas, encontrando-se muito próxima da costa. Essa proximidade leva ao fácil acesso às quatro praias que a banham, sendo elas: a da Vigia, a de S. Julião, a da Samarra e a da Foz Grande.

Conseguimos ter a percepção da ancestral presença humana neste local devido a descobertas arqueológicas de alguns utensílios, que datam do século II/I a.C. a I/II d.C. Contudo, não se sabe ao certo a data a partir da qual este aglomerado se começou a desenvolver, mas segundo um autor anónimo *“o tipo geral da região, a divisão da terra, os seus muros toscos de pedras sobrepostas, a sua arquitectura tão curiosa e sugestiva parecem acusar uma influência mourisca (...)”*

Como referimos no capítulo anterior, Assafora foi uma das povoações portuguesas que iniciou o seu desenvolvimento com a necessidade de individualização de uma família do aglomerado principal, criando assim o “casal”. Essa particularidade ainda se consegue observar quando percorremos a aldeia, pois em algumas habitações ainda aparece mencionado a denominação de “casal”.

A economia do povoado dependia principalmente do sector primário – a agricultura – na qual quase toda a população trabalhava. Esta população contentava-se com o seu pedaço de terra – a courela – e os animais de origem

bovina, que lhes davam o leite e a manteiga. Na zona mais central da aldeia, algumas das courelas já desapareceram, sendo nelas construída outra casa ou prolongada a já existente, sobrando somente um pequeno pátio. Mas basta dirigirmo-nos mais para o interior e apercebemo-nos que a agricultura ainda se encontra bem presente na cultura desta gente.

Anteriormente, na produção agrícola destacava-se o trigo, o milho e todos os cereais em geral. Hoje em dia, observa-se muito a produção de produtos hortícolas, mas o que sobressai é o cultivo de milho. Estas culturas (courelas) eram separadas por muros de pedra ou canaviais, que ajudavam a definir as ruas. Estes limites são compostos por pedras de vários tamanhos, que parecem ter sido retiradas do terreno quando se fez a sua limpeza e amontoadas em redor do mesmo. Tendo uma aparência bastante frágil, devido às várias aberturas que ficam entre as pedras, os muros podem ter diferentes tamanhos, variando entre 0,40m e chegando até cerca de 1,80m.

Actualmente, este tipo de parcelamento é ainda comum na povoação, utilizando a linha curva nos cantos e a pedra como único elemento de construção. A pedra era também utilizada nas construções, tanto nas habitações como nos moinhos de vento, muito presentes na região de Sintra. (7)

Os solos férteis caracterizam esta zona, assim como o Atlântico, havendo aqui a junção entre o campo e o mar. A sua fertilidade provavelmente está na origem da aglomeração das gentes neste local. Uma vez que a sua actividade económica era a agricultura, tinham neste local campos ricos para cultivar e para ter animais, sem a

(7) Ver capítulo 3.2.

necessidade de pastoreio.

Esta dualidade – campo e mar – faz com que a povoação tenha um clima ameno e temperado. Característica que poderá estar na razão pela qual se constata a presença de vários bancos à porta das construções, sendo um espaço agradável para aproveitar os fins de tarde amenos no Verão. De um modo geral, estes bancos eram de pedra, podendo-se observá-los até em torno da própria igreja. (8)

(8) Ver fotografia da Igreja da aldeia, no capítulo 5.1.2.



09. (A.A.P., 2004: 28)



10. Antiga habitação em ruína e várias “courelas”. Assafora. Ana Sofia Nero

2.2.2. Vila Chã de Ourique, Cartaxo

Situada no Ribatejo, Vila Chã de Ourique é uma das freguesias do concelho do Cartaxo, pertencente ao distrito de Santarém. O concelho do Cartaxo é constituído por duas zonas distintas, a nível das características da sua paisagem e, simultaneamente, da arquitectura inserida nas mesmas. As zonas são popularmente denominadas de “bairro” e “campo”, encontrando-se a zona de “bairro” na região mais alta e plana, com os grandes aglomerados populacionais. Vila Chã de Ourique é uma das que se insere nesta zona, assim como as freguesias de Ereira, Lapa, Pontével, Vale da Pinta e Vale da Pedra.

A outra zona, designada de campo, abrange as terras mais baixas, junto ao rio Tejo. Contendo somente a freguesia de Valada, que compreende as povoações de Porto de Muge, Reguengos e Palhota. (9)

A freguesia de Vila Chã de Ourique, inicialmente denominada de Casal do Ouro, liberta-se da freguesia de São Sebastião do Cartaxo em Janeiro de 1907. A sua denominação deriva de um Casal existente na povoação que pertencia a um indivíduo oriundo da região do Douro, que viria para o Ribatejo à procura de terras férteis. Começando popularmente a chamar-se à zona “Casal do Douro”, alterando-se mais tarde para Casal do Ouro.

As construções desta vila, na grande maioria, vão sendo preservadas e melhoradas, sem serem completamente destruídas. No núcleo histórico, as habitações mantêm o seu traçado original, melhorando somente alguns pormenores,

mantendo as características da habitação popular, mais ligada ao meio rural e à produção agrícola.

Neste local, as habitações são baixas e voltam-se para o interior, tendo somente a porta de entrada e uma ou duas janelas para a rua. As casas contêm um pátio exterior, no tardo, para onde estas se voltam e as famílias cultivam as suas pequenas culturas.

A malha urbana da Vila Chã de Ourique é bem definida, com as suas ruas e quarteirões. Esta, ao contrário da povoação anterior (Assafora) tem uma estrutura urbana mais recta e organizada, fazendo a rua parte integrante da vila e não sendo somente um espaço sobrance.

Actualmente, se compararmos Assafora e Vila Chã de Ourique, estas continuam muito distintas. Enquanto Assafora continuou a sua construção quase espontânea, Vila Chã de Ourique vai crescendo mas mantendo os seus quarteirões e prolongando as suas ruas.

(9) Palhota é uma povoação avieira descrita no capítulo 3.4.1.



11. (A.A.P., 2004: 29)



12. Rua Mariano de Carvalho. Vila Chã de Ourique. Cartaxo. Ana Sofia Nero

2.3. Largos

“As razões que determinam os locais de reunião perdem-se na espontaneidade da sua escolha.” (A.A.P., 2004: 31)

Numa povoação os locais onde a população se reúne parecem surgir de forma espontânea, mas se ponderarmos bem, percebemos que existe sempre uma razão para a escolha daquele local e não de outro. Por vezes são razões tão mínimas que nem nos apercebemos, outras vezes são razões bem presentes no local, como a religião ou a economia.

No livro *Arquitectura Popular em Portugal* encontra-se uma fotografia de Santo António da Charneca, no concelho do Barreiro, onde as pessoas se reúnem numa espécie de banco que rodeia uma habitação. Neste local, actualmente encontram-se dois largos (Largo 25 de Abril e Largo Egas Moniz), permanecendo o banco que se caracteriza como o centro da vila, onde encontramos o coreto e a imagem do santo padroeiro. O destaque que este pequeno elemento de estar e reunião tinha outrora acaba por se manter e ser transmitido a toda a envolvente.

A economia era e é um factor que conduzia à reunião, tentando a população vender os produtos que produzia. Inicialmente esta venda era feita na própria rua, em locais de sombra, mas começaram a surgir abrigos para albergar estes vendedores, como os mercados ou as feiras, que ainda hoje ocorrem.

Naturalmente, a água era um elemento que levava também ao encontro e reunião das pessoas. Através dos poços comuns, onde as famílias recolhiam a água para as suas casas, e dos lavadouros comuns, onde as mulheres se reuniam para lavar a roupa e aproveitavam para falar

e cantar. Actualmente, com os meios que temos à nossa disposição é impensável existir este tipo de convívio, contudo apesar de não serem utilizadas, muitas destas construções ainda existem.

Os mercados, os poços, os lavadouros, os bebedouros ou as praças de touros são elementos construídos que outrora reuniam muita gente, em trabalho ou por lazer. Sendo grandes ou pequenos elementos construídos, todos facilitam e induzem o convívio. Contudo, neste capítulo iremos especificar os largos, espaços que correspondem ao vazio, ou seja, locais não construídos.

Os largos, para além de espaços de reunião, são também locais a partir dos quais a malha urbana se desenvolve. Estes caracterizam-se como locais centrais, onde se encontram os edifícios públicos mais relevantes e onde ocorrem, em geral, os grandes eventos festivos.

Os largos escolhidos para fotografar, para além de estarem em destaque no livro, são também importantes devido ao facto de se implantarem em sítios muito distintos. Enquanto a Praça de Santa Maria, em Óbidos, está no centro de uma vila, o terreiro do Santuário do Cabo Espichel situa-se numa zona completamente isolada e a alguns quilómetros da vila mais próxima.

Estas diferenças e as características que cada largo contém são importantes para perceber o que levou à sua implantação e à sua forma. Sendo dois exemplos diferentes mas, ao mesmo tempo, de fortíssimo carácter urbano caracterizador da área em estudo, objecto desta Dissertação.

2.3.1. Praça de Santa Maria, Óbidos

A Praça de Santa Maria localiza-se no centro da vila de Óbidos e, desde o século XVI, que se destaca pelo facto de ser o único grande largo da povoação. Na vila podemos encontrar vários pequenos largos que vão surgindo quando as estreitas ruas se alargam. O Largo de Santiago, o Largo do Hospital da Misericórdia e o Largo de São Pedro são alguns exemplos. Todos estes espaços mais amplos, incluindo o de Santa Maria, situam-se a Este da Rua Direita. Rua principal do aglomerado muralhado, que faz a ligação entre a entrada principal a Sul e a entrada do Castelo a Norte. Esta rua divide ainda a zona Oeste, que tem um declive mais acentuado, da zona Este, onde o terreno não é tão acidentado e que permite a existência dos largos.

Quando percorremos a Rua Direita, a Praça de Santa Maria surge-nos como um espaço bastante amplo e iluminado, em oposição à rua, estreita e ladeada de construções altas. Surgindo-nos de surpresa, este largo encontra-se alguns metros abaixo do nível da rua, descendo a partir desta por dois acessos laterais à praça, muito similares. A Sul, o acesso é feito por uma rampa com cerca de 10% de inclinação, enquanto a Norte, o acesso consiste



13. Corte longitudinal da Praça de Santa Maria. Óbidos (A.A.P., 2004: 39).

em largos degraus rampeados. Estes dois acessos e a rua são limitados por um muro contínuo que os une e permite à praça ter uma geometria mais regular, aproximando-se da forma rectangular.

Do lado Norte, a praça está definida por um edifício que contém uma varanda alongada e ritmada, com a sua colunata. Este espaço, com um banco corrido em todo o seu comprimento, é um local de repouso, convívio e, ao mesmo tempo, de contemplação para a vivência da praça e ainda da Rua Direita. Denominado de “Telheiro da Vila”, este bonito espaço é da época medieval, tendo sido reconstruído no século XVI. Lateralmente a este edifício situa-se o Solar dos Aboins, onde actualmente se encontram as instalações dos correios.

A Sul, o Solar da Praça de Santa Maria limita a mesma, local onde residiu o pintor Eduardo Maita e que actualmente alberga o museu municipal. Todos estes edifícios e acessos fazem com que a zona Oeste da praça seja mais recta e limitada. Enquanto o limite Este do largo já não é tão linear, existindo várias ruas e edifícios que o delimitam. A Este, a praça é limitada em parte pela igreja e, ao lado desta, existe um outro largo para o qual a praça se perlonga. A praça de Santa Maria funciona quase como um conjunto de dois largos distintos, um mais recto e límpido, e outro sem limites muito definidos, caracterizado por um aglomerado de árvores.

Mais a Este a praça é limitada por um edifício que já albergou vários espaços como os Paços do Concelho, o Julgado Municipal e a Cadeia. Desde 1970 que esta construção é museu, sendo actualmente Museu Abílio



14. Vista da Rua Direita para o “Telheiro da vila”. Praça Santa Maria. Óbidos. Ana Sofia Nero

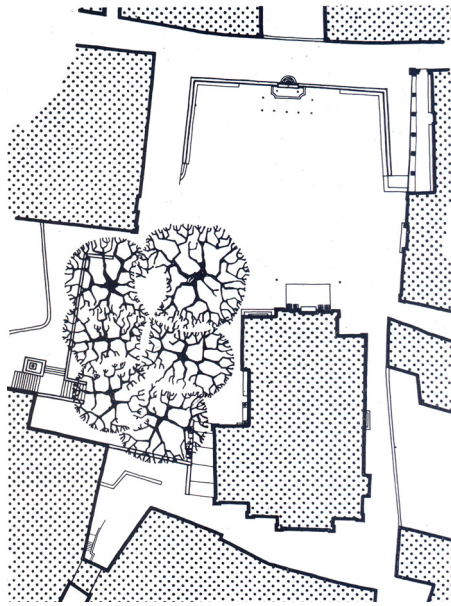


15. (A.A.P., 2004: 38)

Matos e Silva.

Do lado oposto à Rua Direita e em destaque, encontra-se a Igreja de Santa Maria, construída no reinado de D. Afonso Henriques, em 1148, e reedificada no século XVI. Esta construção de carácter religioso conduz-nos a uma das funções desta praça, a de adro da igreja matriz da vila. Para além da sua utilidade religiosa, o espaço tinha também funções económicas, acolhendo o mercado desde o início do século XV, que presentemente já não se realiza.

Esta praça foi motivo de conflitos constantes entre a câmara e a igreja, devido à posse da mesma. Protestando a igreja a posse do espaço, por este consistir no átrio do santuário, e afirmando a câmara a pertença do mesmo, por



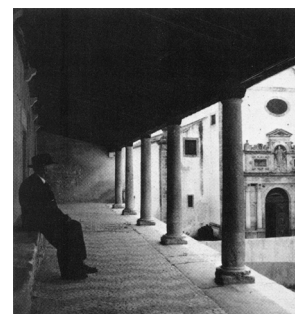
16. Planta da Praça de Santa Maria. Óbidos (A.A.P., 2004: 38)

ser um espaço público da vila e onde se realizava o mercado.

A configuração actual da praça deve-se a várias modificações sofridas ao longo dos anos. Estando este espaço em parte tapado por habitações e havendo a necessidade de destruir algumas destas construções para aumentar o largo e facilitar o acesso ao mesmo, tendo sido feitas estas alterações na época em que a praça ainda tinha funções comerciais, sendo o mercado a principal razão para as obras. *“O largo de Óbidos é exemplo dum arranjo urbano que, embora não planificado, possui grande interesse, pela sua organização espacial, distribuição do equipamento e justeza da escala.”* (A.A.P., 2004: 38)

A Praça de Santa Maria era um espaço de reunião e convívio, não só por conter os equipamentos e serviços urbanos necessários à vivência urbana, mas também pelo seu clima agradável. Este sítio caracteriza-se por ter as tardes de Verão amenas e os dias de Inverno muito tépidos, clima propício para uma zona de estar e que provavelmente levou a que o mercado aqui se tivesse, em tempos, instalado.

Apesar das modificações, a praça foi sempre um espaço de confluência, presumivelmente devido ao clima ameno. As condições climáticas e geográficas têm muita influência na escolha dos locais centrais das povoações, levando a zonas harmoniosas e planas, chamativas para as pessoas passarem, estarem e conviverem. Esta praça acaba por ser um espaço de carácter religioso, mas também de lazer, assim como um espaço de passagem e, ao mesmo tempo, de estar. Este tem uma função ambígua, mas os largos principais dos aglomerados têm mesmo essa característica, uma vez que funcionam como espaços multiusos.



17. (A.A.P., 2004: 38)



18. Vista do edifício denominado “Telheiro da vila” para a Praça de Santa Maria. Óbidos. Ana Sofia Nero



19. (A.A.P., 2004: 39)



20. Vista para a praça e para a Igreja de Santa Maria. Óbidos. Ana Sofia Nero

2.3.2. Terreiro do Santuário do Cabo Espichel, Sesimbra

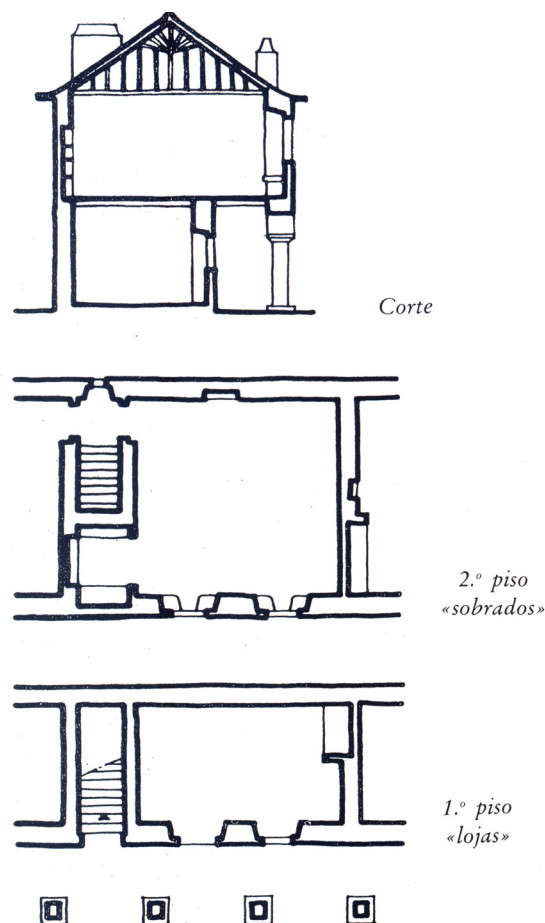
O Santuário de Nossa Senhora do Cabo Espichel é composto por vários elementos arquitectónicos e constitui um dos conjuntos mais emblemáticos do concelho de Sesimbra. A sua construção teve início com a Ermida da Memória, edificada no local onde foi feita a aparição da santa e que iremos especificar no capítulo 5.2.1.

Segundo a lenda, o culto a Nossa Senhora do Cabo remonta a 1410, altura em que dois velhos, um da Caparica e outro de Alcabideche, após ambos terem sonhado com um “chamamento do céu”, se encontraram neste mesmo local e visualizaram a imagem da santa.

Em 1701, foi construída a igreja, voltada a nascente e de costas para a falésia, mandada edificar pelo rei D. Pedro II e terminada a sua construção em 1707, a imagem de Nossa Senhora do Cabo é transferida da Ermida da Memória para o novo templo.

Finalizadas as obras da igreja, as casas dos peregrinos não respeitando nenhuma regra, foram surgindo de modo aleatório em redor do novo espaço de culto. Devido a esta grande afluência de círios ao Cabo Espichel, em 1715, houve a necessidade de construir as “hospedarias”, seguindo uma regra e lógica de trabalho. Surgiram dois corpos prolongados a Norte e a Sul da igreja, que se ligam a esta através de galerias. As duas alas eram compostas por “hospedarias”, casas individuais que acolhiam as famílias. De características saloias, estas habitações consistiam numa “loja”, no rés-do-chão, ou num sobrado. Em ambos os casos, as construções continham uma sala ampla, com um pequeno espaço para cozinhar.

As galerias permitem a interação entre as pessoas,



21. Corte e plantas das “hospedarias”. (A.A.P., 2004: 43)

pois para além de proteger das chuvas, criar locais de sombra e zonas de passagem, eram como um prolongar das “hospedarias” para o exterior. A repetição dos arcos que caracteriza estas duas alas, não só embeleza todo o conjunto, pelo seu aspecto severo, rectilíneo e pragmático, mas também tinha uma função muito utilitária.

Apesar da edificação das “hospedarias” se ter iniciado em 1715, somente entre os anos de 1745 e 1760, estas adquiriram as dimensões actuais, pois a grande afluência de círios levou à sua ampliação.

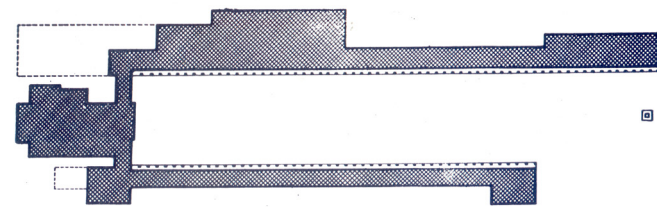
A implantação deste conjunto principal, composto pela igreja e pelos dois corpos de hospedarias, afasta-se da falésia voltando-lhe as costas, mas por outro lado impõem, devido à sua majestosa aparência. Estes três elementos criam um amplo largo que nos recebe, conforme nos vamos aproximando do promontório, e ao mesmo tempo nos acolhe, isolando do mar e do vento, criando um ambiente único e diferenciado do que rodeia este espaço.

“Em contraste com a totalidade dos aglomerados, de génese espontânea, este aparece-nos racionalizado e como produto duma composição.” (A.A.P., 2004: 41)

O conjunto do Santuário remata com a “mãe de água” a nascente, mais distanciada do conjunto principal (igreja e hospedarias), construída em 1770. A mãe de água é uma edificação de planta hexagonal, com cúpula que termina em lanternim e com acesso por uma grande escadaria. Nesta termina o aqueduto com cerca de dois quilómetros, proveniente da povoação da Azóia, fazendo o abastecimento de água a todos os círios.

A população vinda de várias freguesias fazia a sua

peregrinação até este retiro de culto e aqui permaneciam, nas suas hospedarias. O arraial tinha um papel importante durante a estadia, por aqui se festejar o culto à santa e também por ser um local de convívio entre toda esta comunidade de círios. Este largo recebia e direccionava os



22. Planta do Santuário. (A.A.P., 2004: 41)

crentes para o espaço de culto – a igreja.

A festa mais emblemática organizada neste arraial era a procissão da imagem sagrada, que consistia no transporte desta desde da cidade de Lisboa até ao Cabo, esse cortejo por vezes era feito ao longo do areal da Caparica. Durante o ano, a imagem era recebida em vinte seis freguesias de toda a região saloia.

“As festas de Nossa Senhora do Cabo tiveram grande fama nos séculos XVIII e XIX e estimularam a afluência crescente das gentes da região saloia ao longo de várias gerações. Vinte e seis freguesias do aro lisboeta revessavam-se anualmente na organização dos círios e das festas. Os peregrinos e festeiros ocupavam as quarenta “lojas” e trinta e nove “sobrados” componentes das duas fiadas de hospedarias, regiam-se comunitariamente durante os vários dias que duravam as celebrações religiosas, utilizavam as



23. (A.A.P., 2004: 40)



24. Santuário de Nossa Senhora do Cabo Espichel. Sesimbra. Ana Sofia Nero

cozinhas, a casa do forno, a cisterna anexa às cavalariças e o aqueduto.” (SERRÃO, 1997: 79)

Este excerto mostra a afluência de pessoas que se verificava no conjunto de edifícios e a importância que este culto de devoção tinha para a população em geral. Actualmente, o culto já não é o mesmo, assim como a procissão, que somente é feita em torno do conjunto arquitectónico. Este é agora um espaço isolado e silencioso, quase como um templo esquecido. Apesar de receber

visitantes de vez em quando, o seu estado de degradação confere-lhe um carácter de abandono. As portas e janelas das hospedarias que em outros tempos tinham vida estão agora encerradas com tijolo.

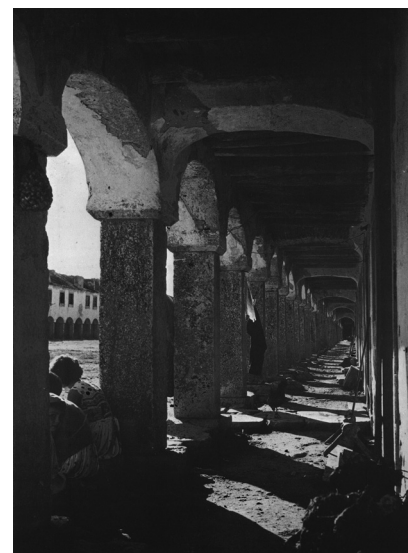
A degradação e vandalismo do Santuário de Nossa Senhora do Cabo Espichel cada vez é maior, perdendo-se todo um conjunto arquitectónico com grande importância, não somente para o concelho de Sesimbra, mas para o património artístico e histórico do país.



25. Hospedarias do Santuário. Cabo Espichel. Sesimbra. Ana Sofia Nero



26. Galeria do Santuário. Cabo Espichel. Sesimbra. Ana Sofia Nero



27. (A.A.P., 2004: 42)

3. Arquitectura derivada das especificidades das actividades económicas | equipamentos

Na época em que se executou o Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal, a população portuguesa vivia essencialmente de actividades do sector primário, trabalhando na agricultura, na pesca, na pecuária ou nas indústrias extractivas.

Este factor, aliado às características mediterrânicas presentes na zona da estremadura, como o clima temperado, a variedade dos solos, a topografia contrastante e a complexa estrutura vegetal, favoreceram o uso da agricultura como principal modo de vida, trabalhando a maioria da mão-de-obra nesta actividade, como assalariados ou como pequenos produtores para uso próprio exclusivo.

A pecuária era outra das formas de sustento das famílias portuguesas, principalmente no norte do país. Esta actividade era muito influenciada pela variedade da vegetação e pela montanha. O pastor procurava o cimo das montanhas, durante as épocas de Verão, por ser este um local mais anemo, e os vales e planaltos no Inverno, quando o cume se enchia de neve. Existiam pessoas que viviam somente desta actividade económica, fazendo e vendendo os produtos de origem animal – leite, queijo, manteiga –, enquanto outros, juntavam a produção animal com o cultivo.

A água é um elemento que se encontra muito presente na região estremenha e ribatejana, devido à grande extensão da costa marítima portuguesa, encontrando-se também no interior, em rios, fontes e lagos. Este elemento, está na

base de outra das grandes actividades praticadas no nosso país: a pesca. Esta, para além da venda directa do peixe, possibilitava também a criação de indústrias de conservas. O mar permitia ainda a navegação de cabotagem, base das trocas comerciais até há bem pouco tempo e meio de permuta de influências culturais diversas.

“O fermento da vida urbana foi, muitas vezes, o porto, que na cidade mediterrânea conserva uma importância excepcional, colorindo a aglomeração do seu matiz de gente e fazendo sentir, por toda ela o ritmo vivo do seu trabalho.” (RIBEIRO, 1998: 9) Sesimbra é uma vila portuguesa onde o carácter piscatório até há poucos anos ainda estava presente em tudo o que compunha o aglomerado. (10) O mar e o modo de vida dos pescadores estavam espelhados na vila, fenómeno verificado também na Aldeia do Meco, na Costa da Caparica, em Peniche ou na Nazaré.

Todas estas actividades económicas influenciam o “desenho” do território, seja no cadastro (a courela é um exemplo, face à herdade), seja com as construções específicas adaptadas e respondendo às diferentes actividades. Surgem assim equipamentos especializados para as várias produções, como as adegas, os lagares, os moinhos ou as casas de sal. *“Em todas elas deve ser salientada a grande lição de sinceridade e elevação plástica que nos é dada através das construções rurais de carácter especificamente utilitário.”* (A.A.P., 2004: 79), uma vez que todos estes edifícios têm a sua utilidade muito presente e foram construídos para uma função em concreto, aparecendo estruturas simples, práticas, com uma finalidade muito objectiva, e completamente integradas no meio em

(10) Ver capítulo 2.1.2.

que se inserem.

Dos vários edifícios destinados a uma actividade económica específica presente no Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal, foram escolhidos: os equipamentos agrícolas, os moinhos de vento e de maré e as povoações avieira.

Os edifícios agrícolas são mencionados neste trabalho devido ao facto de, à época do Inquérito, a actividade agrícola ser uma das mais presentes não só na Estremadura, mas em todo o país, conservando-se ainda muitos deles, das mais variadas tipologias. Relativamente aos moinhos de vento, estes estão directamente relacionados com o clima e com a topografia do local, dependendo de ambos para o seu funcionamento. Contudo estes edifícios não deixam de ser elementos essenciais para um modo de produção, correspondendo a um equipamento de transformação, podendo assim englobar-se noutra categoria de actividade: a indústria ou, se se quiser, a proto indústria. O mesmo sucede com os moinhos de maré, estando estes totalmente dependentes das marés oceânicas e seu efeito nos rios.

Quanto às povoações de avieiros, estas consistem em aglomerados de habitações, pelo que à primeira vista poderão não estar relacionados com as actividades económicas. Contudo, os avieiros eram uma população específica que dependia do rio e da pesca, sendo as suas casas a imagem disso. Estas habitações, para além de estarem bem próximas da água, surgiram para substituir os barcos, local onde inicialmente dormiam as famílias.

3.1. Equipamentos Agrícolas

“A agricultura é a base de toda a economia mediterrânea. São os seus produtos que ocupam os cuidados de populações numerosas (...).” (RIBEIRO, 1998: 37) Assim, os edifícios ligados à agricultura são também eles em maior número, correspondendo a simples construções do pequeno agricultor independente ou a vários edifícios da grande propriedade de exploração. De um modo geral, muitas são as construções – habitacionais e equipamentos de apoio – que têm como objectivo responder às necessidades do agricultor, variando entre pequenos armazéns de arrumo das alfaias agrícolas, palheiros ou estábulos.

Todas estas construções, do pequeno agricultor ou do grande senhor, retratam a vida de campo, percebendo-se através delas: o tipo de cultura produzida, a rotina do lavrador ou os animais criados. Deste modo, *“ (...) as edificações agrícolas, modestas ou importantes, podem considerar-se das mais sinceras e representativas manifestações arquitectónicas do homem rural.”* (A.A.P., 2004: 81) Sendo, uma construção simples ou por vezes até mais elaborada, estas são reproduções do modo de vida da população agrária, pois refletem a sua actividade e o meio em que se inserem.

Devido à vasta variedade de modelos arquitectónicos existentes, relacionados com a produção agrícola, foram escolhidos dois exemplos com funções completamente distintas: o primeiro uma construção para albergar alfaias e produtos agrícolas, o segundo uma construção para albergar pessoas.

O equipamento agrícola escolhido está sempre relacionado com a característica dos cereais produzidos,

variável, no nosso país, com o tipo de solos e com o clima. Relativamente à habitação, esta está relacionada com os grandes complexos de exploração agrícola que necessitavam sempre de recrutar mão-de-obra para trabalhar no campo, devido à sua grande extensão. Esses camponeses assalariados, na maioria das ocasiões, deslocavam-se de zonas longínquas para trabalhar e, deste modo, necessitavam de um espaço onde viver, surgindo assim a habitação como equipamento de cooperação e apoio à actividade agrícola. Muitas vezes, estes assalariados sazonais não tinham um sítio predestinado para permanecer e acabavam por dormir nos barracões onde se guardavam as alfaias agrícolas ou nos palheiros. Outra opção eram as popularmente denominadas “casas da malta”, edifícios onde estas gentes pernoitavam na altura das colheitas, época em que era necessária maior quantidade de mão-de-obra. As construções destinadas exclusivamente aos trabalhadores são raras, contudo, na região da Estremadura encontram-se singulares excepções. O exemplo escolhido é o Bairro do Ilhéus, que consiste não somente num edifício, mas sim num conjunto de habitações. Estas serviam para albergar trabalhadores vindos dos Açores, mas com condições completamente distintas das “casas da malta”, referidas anteriormente, existindo neste bairro uma casa individualizada para cada família viver, de pequenas dimensões, mas com condições de habitabilidade.

3.1.1. Edifício agrícola em Muge, Salvaterra de Magos

Localizada no Ribatejo, Muge é uma pequena freguesia do concelho de Salvaterra de Magos, estando situada na margem direita do rio Tejo, entre Marinhas e Benfica do Ribatejo. O edifício estudado encontra-se no caminho de Muge para a ponte da Rainha D. Amélia, do lado esquerdo, tendo este como finalidade a debulha de cereais.

Enquanto no Noroeste português os campos são, na sua maioria, fracionados, nas regiões mais a sul acontece precisamente o oposto. As terras do sul correspondem à grande propriedade, com extensos hectares, pertencentes aos grandes senhores. *“Este regime anda ligado a causas naturais e sociais complexas: relativa carência de chuvas e pobreza do solo, relevo pouco vincado, planaltos ou planícies onduladas onde os solos fornecem vastas extensões contínuas, grande propriedade e juntar enormes rebanhos.”* (RIBEIRO, 1998: 61)

A localidade de Muge, onde se situa o edifício estudado, contém na sua história A Casa Cadaval. Esta família teve grande importância para a vila, sendo D. Nuno Álvares Pereira de Mello, primeiro duque de Cadaval, senhor destas terras, no século XVII. Em 1648, o duque de Cadaval edificou em Muge a residência, que através do cultivo do campo, teve influência na povoação, dando-lhe um carácter mais agrícola.

Como grande parte dos terrenos agrícolas da vila, também o edifício estudado e o seu local de implantação pertenciam a esta família. Este sítio consistia na Herdade de Vale de Lobos, propriedade da família Cadaval, e a maioria da sua terra servia para o cultivo de cereais – trigo, cevada e arroz. *“Na verdade na grande unidade agrária constituída pelos*

planaltos e planícies, desde o sopé da Cordilheira Central ao da Serra Algarvia, caracterizada pelo predomínio da cultura extensiva de cereais associada à criação de ovelhas em regime de manadio, recobriram-se as duas estruturas, uma das quais foi ganhando terreno – a grande propriedade e a grande exploração – e a outra foi recuando a ponto de geralmente desaparecer a diversidade ou a combinação das usanças comunitárias.” (RIBEIRO, 1998: 63)

Este edifício consiste numa construção alongada, muito simples, com um núcleo central mais elevado e com duas salas laterais. O corpo mais elevado servia para marcar a zona de entrada, uma das alas para albergar as máquinas que faziam a debulha dos cereais e a outra, como local de armazenamento dos mesmos, existindo várias construções deste género, de função agrícola, e também habitações dos trabalhadores ao longo de todo este território. Uma das características a realçar é o conjunto de arcos que surge ao longo de toda a fachada, enquadrando as pequenas janelas que permitiam a entrada de luz natural no seu interior.

Este terreno e o próprio edifício foram, em tempo, arrendados, fenómeno que se verificou em muitas zonas. *“Quando, no último século, a população cresceu em ritmo acelerado, estava a terra agrupada em poucas mãos, arredondada pelos casamentos, tantas vezes imobilizada numa classe que apenas se preocupa em lhe usufruir o rendimento. As herdades passaram a ser arrendadas em prazos curtos: os rendeiros, para tirarem bons lucros, cansam a terra e não têm interesse em melhorar um bem transitório.”* (RIBEIRO, 1998: 80)

Devido a este factor, actualmente, esta propriedade



28. (A.A.P., 2004: 81)



29. Antigo edifício agrícola para debulha de cereais. Muge. Salvaterra de Magos. Ana Sofia Nero

encontra-se abandonada, estando em tribunal o processo para averiguar qual a pessoa que detém posses da mesma. A condição em que se encontra este espaço levou à tomada do mesmo de forma clandestina, instalando-se neste uma oficina de automóveis. Esta actividade já foi extinta, estando a construção abandonada e em ruína.

3.1.2. Bairro dos Ilhéus, Picanceira, Mafra

A Picanceira é uma localidade que pertence à freguesia de Santo Isidoro, concelho de Mafra e distrito de Lisboa. A sua origem está na implantação de duas quintas neste território, sendo elas a Quinta de Santo António e a Quinta dos Machados. Estas duas propriedades começaram a construir alguns edifícios de apoio às actividades agrícolas fora dos seus limites, o que despertou o aparecimento de pequenas habitações em seu redor, levando ao desenvolvendo de um pequeno aglomerado populacional, que corresponde actualmente à povoação da Picanceira.

A Quinta dos Machados foi criada por Domingos Dias Machado, um industrial açoriano, por volta do século XIX. O local onde surgiu a quinta continha pré-existências e foi através da reconstrução e ampliação das mesmas que Domingos Dias Machado fundou uma das propriedades mais produtivas da região.

O abundante cultivo na herdade conduziu à necessidade de muita mão-de-obra, o que levou o proprietário a recolher cerca de três dezenas de famílias, do seu local de origem — ilha de São Miguel. Essas famílias teriam de ser alojadas e para o efeito, este homem mandou construir as chamadas “Casas dos Ilhéus” ou o “Bairro dos Ilhéus”, assim denominado devido à naturalidade destes trabalhadores.

Este conjunto de habitação rural colectiva é bastante interessante devido ao sistema modular e à repetição de certos elementos arquitectónicos, como são as janelas, as portas, as chaminés e o forno. Este conjunto “ (...) *impressiona pelo significado social que encerra e pela excelente materialização da ideia que lhe deu origem, expressa através da organização e do equipamento de cada*

fogo, da sua adaptação ao terreno e do expressivo jogo volumétrico conseguido através da repetição dos elementos que compõem o módulo habitacional.” (A.A.P., 20004: 82)

As edificações vão-se adaptando ao terreno acidentado, e criando módulos de dois, três ou quatro fogos, variando consoante o declive mais ou menos acentuado, ao longo da Rua dos Ilhéus. Esta variação do terreno permitiu a criação de duas tipologias, muito similares, sempre com dois pisos.

A primeira tipologia, que é usada na maioria das residências, contém um espaço de entrada (sala) e um quarto, no primeiro piso. A sala tem a porta principal, que dá para a Rua dos Ilhéus, com um pequeno postigo, e no quarto encontram-se as escadas de madeira que permitem descer para o piso inferior. No rés-do-chão encontra-se a cozinha, com a chaminé e o forno, e um pequeno espaço de arrumos, sem iluminação natural. Este espaço era também popularmente denominado de “casa do inferno”, local onde se guardava a lenha e todo o utensílio necessário para cozinhar. Na cozinha, ao lado do forno, situa-se a porta das traseiras, que nos leva a um espaço exterior comum para todos os ocupantes do conjunto habitacional colectivo, mas ao mesmo tempo segmentado.

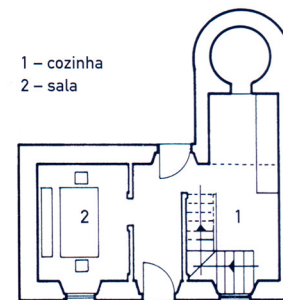
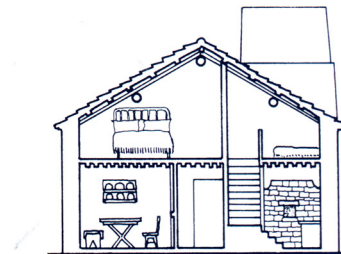
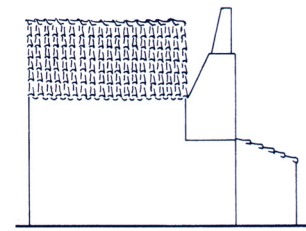
A segunda tipologia é de maiores dimensões e é utilizada somente nas três primeiras casas a Noroeste. Esta tipologia caracteriza-se, no primeiro piso, por conter quatro divisões, sendo elas: o espaço de entrada e três quartos, onde temos a escada de madeira para o rés-do-chão. No piso inferior encontra-se a cozinha, na mesma com o forno e a chaminé, e mais um pequeno compartimento. Neste segundo tipo é retirada a “casa do inferno” e todas as divisões contém

janelas. (11)

Relativamente aos alçados, estes são ritmados, através da repetição dos elementos arquitectónicos, mas por outro lado são muito distintos. Enquanto o alçado principal é relativamente baixo e caracteriza-se pela sequência das várias portas (no caso das últimas três habitações, também das janelas) e a linha do beirado, no alçado posterior conseguimos ter a percepção dos dois pisos da casa e destaca-se pela saliência do forno e a verticalidade da chaminé, que se vai repetindo ao longo de todo o complexo, assim como os vários vãos existentes neste alçado.

As paredes de suporte das habitações foram construídas em alvenaria ordinária, rebocadas e caiadas, tanto interior como exteriormente. As paredes interiores são constituídas por uma estrutura que se assemelha à taipa de fasquio, mas onde a terra utilizada é substituída por pequenas pedras e argamassa. Estas paredes não vão até ao tecto, sendo este a própria cobertura, de madeira e telha de canudo.

Estas casas são muito semelhantes com as habitações da Ilha dos Açores, mais precisamente de São Miguel, pelo que se acredita *"estar perante um fenómeno de simbiose que tenta, com enorme sucesso, conjugar tipologias arquitectónicas populares oriundas muito provavelmente da ilha açoriana de São Miguel com o novo tipo de estruturas habitacionais surgidas, em Portugal, na segunda metade*



30. Alçado, corte e planta de uma casa de Sete Cidades. Açores (escala 1:200) (O.A., 2007: 131)

(11) Eventualmente, quer devido ao reduzido número, quer devido à diferente tipologia, poderemos estar perante casas destinadas aos capatazes, tratadas, por isso, de forma diferenciada das demais edificações.



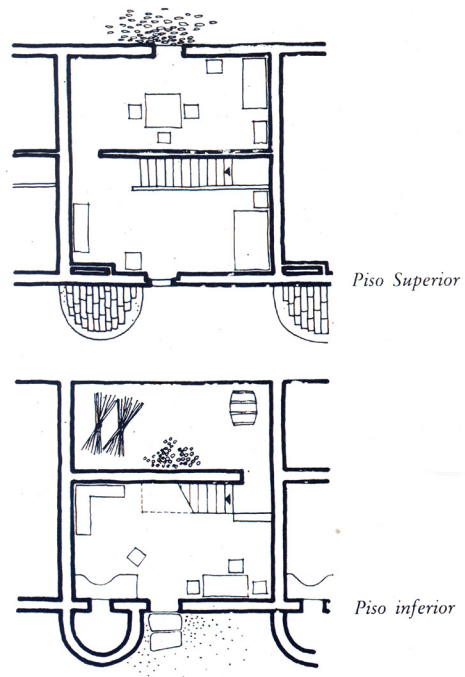
31. Vista traseira do Bairro dos Ilhéus. Picanqueira. Mafra. Ana Sofia Nero

32. (A.A.P., 2004: 82)



do século XIX, por via da industrialização verificada nalguns pontos do país.” (PAGARÁ, 2003: 283)

Actualmente, das vinte e três habitações, encontram-se reabilitadas e habitadas as sete primeiras e as sete últimas edificações do conjunto. Algumas correspondem a habitação permanente e outras a habitação temporária, em época de férias ou fim-de-semana. As restantes casas encontram-se devolutas e nalguns casos, muito degradadas no interior. Segundo a população local essas habitações em ruínas pertencem ainda aos descendentes de Domingos Dias Machado.



33. Plantas das habitações do Bairro dos Ilhéus.
(A.A.P., 2004: 83)

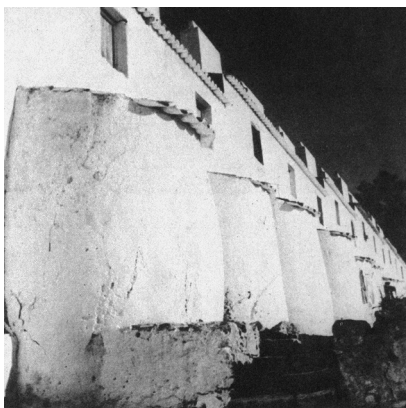


34. (A.A.P., 2004: 82)



35. Vista para a fachada principal do bairro e da rua dos Ilhéus. Picanceira. Mafra. Ana Sofia Nero

36. (A.A.P., 2004: 83)



37. Vista traseira do Bairro dos Ilhéus, com destaque para os fornos. Picanceira. Mafra.
Ana Sofia Nero

3.2. Moinhos de Vento

“Os moinhos não são apenas um dos mais pitorescos adornos da paisagem. Eles representam também, com a sua engenhagem de moenda, ao mesmo tempo muito singela e muito elaborada, a forma mais evoluída de um sistema primitivo de trituração dos grãos de cereal entre duas pedras, para fabrico de farinhas alimentares, cuja origem remonta ao período mesolítico, em relação com as primeiras conquistas e aquisições do homem agricultor, e ao qual mais tarde se adaptou um engenho motor, que substituiu a força do braço pela acção das correntes da água ou do vento.” (DIAS, 1959)

O uso destes moinhos era muito complicado para o moleiro, devido à irregularidade do vento, havendo a necessidade do mesmo ter um moinho de água, funcionando o moinho de vento durante o Verão e o moinho de água durante o Inverno, época em que a água é mais abundante. *“O fio de água da azenha e o vento do moinho são força gratuita que move mecanismos simples, em lugares perdidos e pobres onde não seria fácil nem lucrativo fazer chegar modernas formas de energia.”* (RIBEIRO, 1998: 87)

Em Portugal, os sistemas de moagem movidos com a força do vento distribuem-se por três tipologias, sendo elas: os moinhos fixos, os moinhos giratórios e os moinhos de armação.

Os moinhos fixos, normalmente, são feitos de alvenaria de pedra, com paredes espessas, mas também podemos encontrar moinhos fixos de madeira. Estes moinhos podem ter um ou dois pisos, para além do rés-do-chão, e o tejadilho é cónico e móvel, para se deslocar consoante o vento.

Os moinhos de vento giratórios caracterizam-se pela sua

forma prismática e pelo facto de todo o edifício de moagem assentar sobre rodas e girar em torno de um espigão, que se encontra cravado no solo. Este sistema permite que todo o edifício gire para permitir ao moleiro apanhar o vento. Estes moinhos, ao contrário dos anteriores, são sempre de madeira e o seu tejadilho tem forma poliédrica.

Para além das duas tipologias anteriores, existem ainda os moinhos de vento de armação. Estes são distintos dos anteriores, porque enquanto os últimos costumam ter velas de pano triangulares ou então um sistema de pequenas tábuas fixas às varas, estes são moinhos que não contêm velas, mas sim uma roda de palhetas, orientada por um leme. Este consiste num pequeno edifício que alberga todo o engenho de moagem e serve de suporte a uma estrutura, de ferro ou de madeira, onde se encontra a roda de palhetas que com a força do vento permite o processo de moagem. *“Todo o litoral estremenho, bastante ventoso, está semeado de moinhos, que têm planta circular ou triangular, conforme são de sólida alvenaria de pedra ou estruturados*

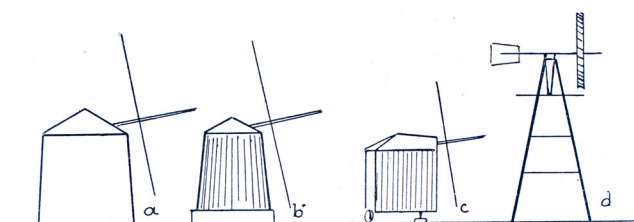
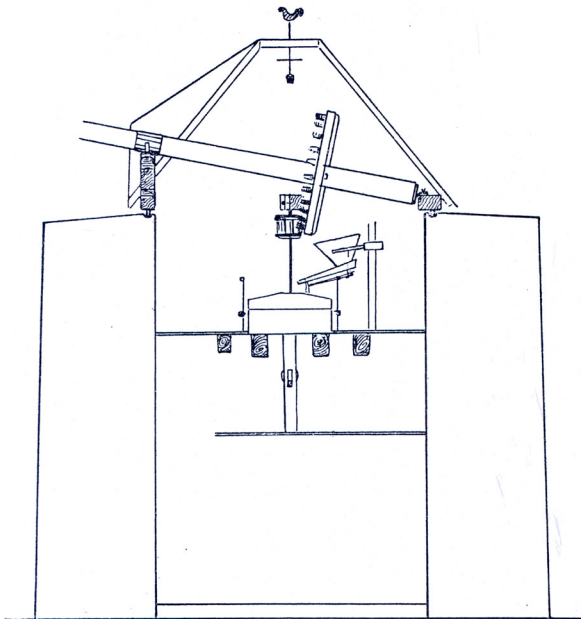


Fig. 1

Moinhos: a) – fixo, de pedra; b) – fixo, de madeira; c) – giratório; d) – de armação
38. Desenho esquemático das várias tipologias de moinhos de vento (DIAS, 1959: 6)

inteiramente em madeira (região do pinhal de Leiria)."
(RIBEIRO, 1998: 87)

Neste caso, como a área analisada é mais restrita iremos especificar somente os moinhos de vento fixos, mais precisamente os de alvenaria de pedra. Estes são os moinhos mais frequentes de se encontrar na zona estudada e, neste momento, devido à durabilidade do material construtivo são os que ainda persistem. Os moinhos estudados são: o Moinho do Feijão, na Ericeira, e o conjunto de moinhos de Santa Maria, na Malveira.



39. Corte exemplificativo de um moinho de vento. (DIAS,1959: 23)

3.2.1. Moinho do Feijão, Ericeira

O moinho de vento da Ericeira situa-se ligeiramente afastado do núcleo central da vila, estando isolado relativamente aos restantes moinhos que aqui se encontram. Por outro lado está rodeado de superfícies comerciais, destacando-se devido a esta envolvente.

Com planta circular e com o tejadilho cónico, este edifício consiste num exemplo característico da maioria dos moinhos desta região. De uma forma geral, os moinhos mais antigos tinham somente um piso, para além do rés-do-chão, posteriormente houve a necessidade de crescerem em altura, com o fim de conseguirem albergar velas maiores e, consecutivamente aumentar a produtividade. Este facto levou ao aumento de mais um piso, passando os moinhos a ter dois pisos, sem contar com o rés-do-chão, e atingir cerca de 6 a 7 metros de altura.

Estes edifícios de moagem costumam ter uma estrutura cónica, mas na região a norte de Lisboa, a tipologia que mais se verifica é cilíndrica. Na zona de Sintra e Ericeira, a estrutura dos moinhos é cilíndrica, mas ligeiramente abaulada, alargando ao centro e estreitando na base e no topo. Esta particularidade verifica-se no Moinho do Feijão e são estes pormenores, que podem até ser consideradas “anomalias”, que dão à arquitectura um aspecto mais natural, orgânico e em sintonia com a sua envolvente natural.

As paredes destas construções são de pedra e cal, chegando a atingir cerca de 1,40 metros de espessura, o que leva muitas vezes a que o seu interior seja reduzido. Por essa razão, para poder aproveitar ao máximo o espaço interior, é muito frequente o uso de armários de parede — as pilheiras.

Além da porta, o moinho costuma conter algumas aberturas para a iluminação, sendo que a janela de maiores dimensões do primeiro piso situa-se, regularmente, por cima da porta de entrada. As restantes aberturas localizam-se em pontos estratégicos, de modo a permitir uma melhor iluminação da moega. Relativamente ao pavimento do rés-do-chão é ladrilhado ou simplesmente de terra batida.

Anteriormente, o telhado destas construções era feito com coberto vegetal, sendo este posteriormente substituído por madeira. *“É ele que, recoberto por lona pintada com alcatrão, breu, e sebo, dá o aspecto exterior característico dos actuais moinhos deste tipo: um pequeno triângulo negro, contrastando com a brancura das paredes caiadas.”* (DIAS, 1959: 31)

O moinho estudado, apesar de já não se encontrar em funcionamento, contém a estrutura de varas que albergavam as velas de pano. Este sistema consiste em oito varas, que são intercaladas aos pares ao longo do mastro, em pontos diferentes, e albergavam as quatro velas de forma triangular. As velas eram de lona ou tecidos, feitas a partir de roupas ou panos. Estas somente se colocavam nas varas durante a época de funcionamento do moinho, sendo que a maioria destes eram usados no período em que os cursos de água não continham caudal suficiente para movimentar os rodízios e as azenhas.

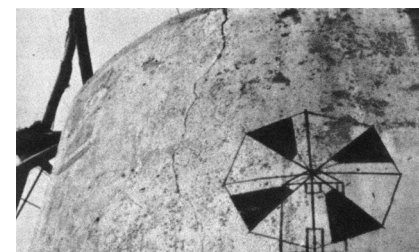
As varas, com excepção das velas, contêm também presas umas pequenas peças nas pontas, que têm como objectivo produzir um som específico e contínuo, que acompanha o movimento das varas. Estas pequenas peças podem ser de cana ou lata, mas o mais comum é serem de barro,

chamando-se por isso de buzinas ou búzios. As buzinas eram muito usadas, colocavam-se várias em cada vela, por ordem decrescente, de acordo com o seu tamanho. *“Os púcaros de barro e as cabaças, de diversos tamanhos e dispostos ao longo dos tirantes, sob a acção penetrante do vento dão a chamada musica destes antigos engenhos rústicos.”* (A.A.P., 2004: 48) No moinho fotografado podemos ver ainda um grande número de buzinas e ter uma ideia de como estas pequenas peças eram usadas em abundância.



40. Moinho do Feijão. Ericeira. Ana Sofia Nero.

41. (A.A.P., 2004: 48)



3.2.2. Moinhos de Santa Maria, Malveira

A Malveira é uma das freguesias de Mafra e situa-se a Este da mesma. Esta vila tem como destaque, a nível patrimonial, os seus moinhos, localizados no monte de Santa Maria. Inicialmente, no século XIV, havia neste local somente um moinho, fixado mais a norte e ao qual a população deu o nome de Diabo-Alma. Sendo o único em toda a vila, este moinho trabalhava bastante para poder obter a farinha necessária. Contudo, no século XVII, começaram a surgir os restantes moinhos, chegando a um total de sete edifícios de moagem.

A nível arquitectónico, este conjunto de estruturas de moagem são muito semelhantes com a descrição que fizemos no capítulo anterior, pois os moinhos de vento de alvenaria de pedra de toda a área do concelho de Sintra e Mafra têm características idênticas. O que interessa destacar no caso deste monte é o facto de se tratar de um conjunto de moinhos e não somente de um moinho isolado.

O moinho “Diabo-Alma”, do antigo moleiro António Silva, encontra-se totalmente degradado, à semelhança de mais dois moinhos, o moinho do António Ângelo e o moinho do Guilherme Ângelo.

Os restantes quatro moinhos estão recuperados, e todos se situam em propriedade privada. O moinho mais a Sul, do antigo moleiro Joaquim Rodrigues e também conhecido como moinho das Moitas, é o único a que se pode ter acesso e encontra-se bem preservado, pois as velas deste, apesar de recolhidas, ainda estão nas varas.

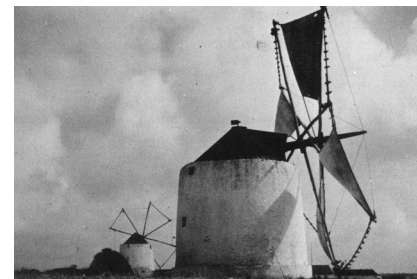
Estes moinhos, e os moinhos de uma forma geral, foram em tempos edifícios com uma grande importância a nível da produção de alimento para a população, consistindo a sua

existência numa mais-valia para as vilas onde se situavam. Estes fazem parte da nossa história e do nosso património e, actualmente, apesar da sua utilidade já não ser a mesma, podem sempre ser reabilitados e utilizados com novas funções. Há muito tempo, que o reaproveitamento destas tipologias é feito, pois assim que começou a surgir a produção industrial, *“eles transformaram-se em casas de habitação, já com carácter de residência permanente, de gente pobre (...), já como pequenas casas ou pavilhões de fim-de-semana ou de férias, de gente citadina que, por caminhos menos espontâneos e naturais (...), os adapta a esse fim, em estilos mais ou menos felizes e de afectada simplicidade.”* (DIAS, 1959: 94) Apesar de neste momento as velas dos moinhos já não rodarem, estes ainda são *“verdadeiros elementos dinâmicos da paisagem rural”*. (A.A.P., 2004: 48)



42. Moinho das Moitas, em primeiro plano, e o moinho do antigo moleiro Guilhermes Ângelo, em segundo. Malveira. Mafra. Ana Sofia Nero

43. (A.A.P., 2004: 49)



3.3. Moinhos de Maré

Os engenhos de moagem movidos pela força das águas dividem-se em duas grandes categorias: os moinhos de água e as azenhas. Estes diferenciam-se pela posição da roda impulsora, sendo que no caso dos moinhos de água o rodízio encontra-se na horizontal e no caso das azenhas encontra-se na vertical.

As azenhas podem ser azenhas de copos e azenhas de rio. Enquanto nas azenhas de copos a água passa por cima da roda enchendo os copos e produzindo movimento, nas azenhas de rio, a água passa por baixo da roda empurrando as palhetas.

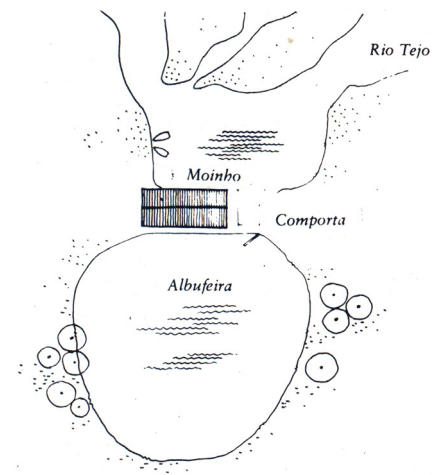
Em Portugal, dentro dos moinhos de água existem várias tipologias, variando entre os moinhos de rodizio e os moinhos de submersão. Neste caso será estudado o exemplo dos moinhos de rodizio, mais precisamente os de maré, havendo também moinhos de rio, ribeiro ou de poças. A grande diferença entre os chamados moinho de rio e moinhos de maré é o facto de os rodízios serem maiores, no caso dos segundos.

Os moinhos de maré não podem estabelecer-se na zona de costa, mas sim em zonas que contenham reentrâncias, esteiros e sapais, como os estuários. Em Portugal, o local onde se pode observar o maior núcleo de moinhos de maré ainda existente é no estuário do Tejo. Ao longo deste encontravam-se cerca de 44 moinhos de maré, que começaram a ser construídos por volta do século XII, intensificando-se a sua construção nos séculos XV e XVI. Um dos primeiros a ser edificado foi o moinho de maré de Alcântara, no reinado de D. Dinis e que foi totalmente destruído no terramoto de 1755. Quanto à margem

esquerda do Rio Tejo, a construção destes iniciou-se no Montijo, seguindo-se o moinho de Corroios, os moinhos da Ponta do Corvo e, por fim, o esteiro do Rio Coina. Estas pequenas indústrias eram muito importantes para a produção de farinha, garantindo o abastecimento local e da cidade de Lisboa.

Os moinhos de maré são um exemplo notável de produção de energia, pois fazem o aproveitamento do fluxo e refluxo das marés para a produzir. Estes são compostos pelo edifício de moagem, pela caldeira onde a água é armazenada, o dique que a delimita e a comporta, que permite encher a caldeira.

Estes engenhos normalmente funcionavam durante a vazante, mas existem moinhos bem mais complexos,



44. Planta esquemática dos elementos que compõem um moinho de maré. (A.A.P. 2004: 87)

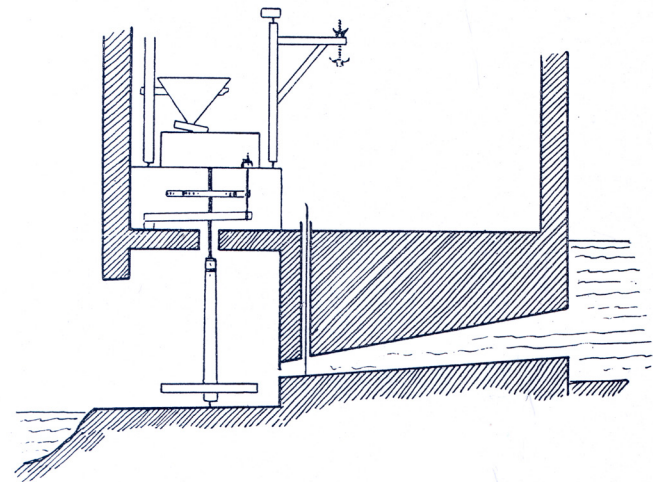
podendo funcionar, em simultâneo, na vazante e na enchente, e ainda conter várias caldeiras. Contudo, o funcionamento durante a vazante é bastante simples e natural. Enquanto a maré está a subir, a água abre automaticamente a comporta, permitindo a esta encher a caldeira. Quando a caldeira estiver completamente cheia, a pressão da água leva a que a comporta se encerre e a represe, até a maré vazar. Quando isto se verifica, o moleiro abre um ou vários canais, que se encontram no embasamento do moinho, levando a água da caldeira às rodas hidráulicas, sob pressão. Este movimento é transmitido às mós e inicia-se o processo de moagem. Este sistema pode acontecer duas vezes ao dia, pois é o número de ciclos de marés diário.

Uma característica bastante particular dos moinhos de maré é o facto de o edifício assentar sobre um embasamento de pedra, que contem um conjunto de arcos. O número de arcos corresponde ao número de mós e serviam para facilitar o acesso aos rodízios sempre que fosse necessário fazer a sua reparação, realizada em altura de maré vazia.

Em geral, estes espaços de moagem não eram explorados directamente pelos proprietários, o que levava o moleiro a tentar rentabilizar ao máximo a sua economia. Para além da exploração de moagem, normalmente, existia também a criação de viveiros nas caldeiras, existindo várias indústrias a decorrer e, simultaneamente, vários elementos especializados a trabalhar, como o moleiro, o ajudante do moleiro, o rendeiro, o carregador ou o companheiro do barco do moinho.

No caso dos moinhos de maré, os edifícios escolhidos para fotografar foram: o moinho de maré de Corroios e o

de Palhais. Estes, para além do moinho da Palmeira, que actualmente se encontra praticamente destruído, são os únicos exemplos de engenhos de moagem movidos com a força das marés presentes no Inquérito à Arquitectura Popular. *“Frente a Lisboa, para lá do Mar da Palha, o Tejo penetra em numerosos braços pelas terras baixas. É uma zona de íntima comunhão entre a terra e a água. Os moinhos de maré e as barças dos barcos velhos reflectem-se na mesma paisagem. Como fundo, as zonas industriais do Barreiro e do Montijo.”* (A.A.P., 2004: 13)



45. Corte de um moinho de maré, explicativo do funcionamento do processo de moagem. (DIAS, 1959: 17)

3.3.1. Moinho de maré de Corroios, Seixal

O moinho de maré de Corroios localiza-se na freguesia de Corroios, mais precisamente na Quinta do Rouxinol, pertencendo ao concelho do Seixal. Neste concelho podemos encontrar, actualmente, cerca de 10 moinhos de maré, na sua maioria sem qualquer tipo de função. Estes edifícios espalham-se entre a Ponta dos Corvos e a margem esquerda do Rio Coia. Normalmente, a sua construção era promovida pelos frades do Convento do Carmo, que no século XV, já detinham o moinho de maré de Corroios. De uma maneira geral, após o terramoto de 1755, todos estes edifícios necessitaram de recuperação, devido ao seu elevado estado de destruição, chegando aos nossos dias somente 5 tipologias.

Frequentemente, estes edifícios são constituídos por um piso principal de planta rectângular, com uma primeira sala de recepção dos cereais e a sala de moagem, com o respectivo equipamento. Este piso tem ainda duas portas voltadas para o rio, para encostar os barcos dos moinhos. O segundo piso situa-se precisamente por cima da sala de recepção e servia para albergar o celeiro ou a habitação do moleiro. Esta consistia na tipologia mais frequente, com telhado de duas águas, contendo o edifício duas empenas, uma destinada à entrada principal e a outra que nos levava até à comporta. As construções com estas características são: o moinho de maré de Corroios, que vamos aprofundar mais à frente, e o moinho de maré da Palmeira, que se localiza em Paio Pires. O moinho da Palmeira situava-se na antiga Quinta da Palmeira e perdeu completamente a sua função após a instalação da Siderurgia Nacional.

Os moinhos de maré da Torre e da Passagem são exemplo

da segunda tipologia ainda existente. Esta é idêntica à primeira, modificando somente o telhado do segundo piso, sendo este de quatro águas, em vez de duas.

A terceira tipologia diferenciava-se da primeira devido ao segundo piso. Estes contêm uma sala, por cima da sala de recepção, destinada à habitação do moleiro e uma segunda sala na extremidade oposta, destinada ao celeiro. O moinho Velho dos Paulistas compreende, tanto o celeiro como a habitação do moleiro.

Os moinhos de maré do Galvão e do Capitão diferenciam-se dos restantes por terem dois pisos completos. Esta característica deve-se ao facto de terem sido construídos por várias fases, aumentando a estrutura conforme o necessário.

Por último, temos o moinho de maré da Raposa, onde a sua particularidade era ter somente um piso, onde se desenvolviam todas as actividades.

O moinho de maré de Corroios foi o primeiro a ser construído no limite da zona de Almada, onde actualmente se situa o concelho do Seixal. Este localiza-se na Quinta do Rouxinol e foi mandado construir por D. Nuno Álvares Pereira, em 1403. Ao longo dos anos, este foi sofrendo modificações, nomeadamente em 1752 e 1929. Depois de vários proprietários, em 1980, a Câmara Municipal do Seixal adquiriu finalmente o edifício, assim como o moinho Novo dos Paulistas. Esta aquisição tinha como objectivo a protecção, reabilitação e conservação destas construções, enquanto contributo para a história da moagem e das actividades económicas do próprio concelho.

Segundo o autor do livro “História do Concelho do Seixal”,

“O moinho de maré de Corroios, para além da sua função industrial – quer na farinhação, quer no descasque de arroz – servia de espaço de convívio, durante a década de vinte (...)”: (NABAIS, 1986: 60) Isto demonstra que os moinhos não serviam somente as suas funções de moagem, como também eram locais de reunião e camaradagem, entre a população.

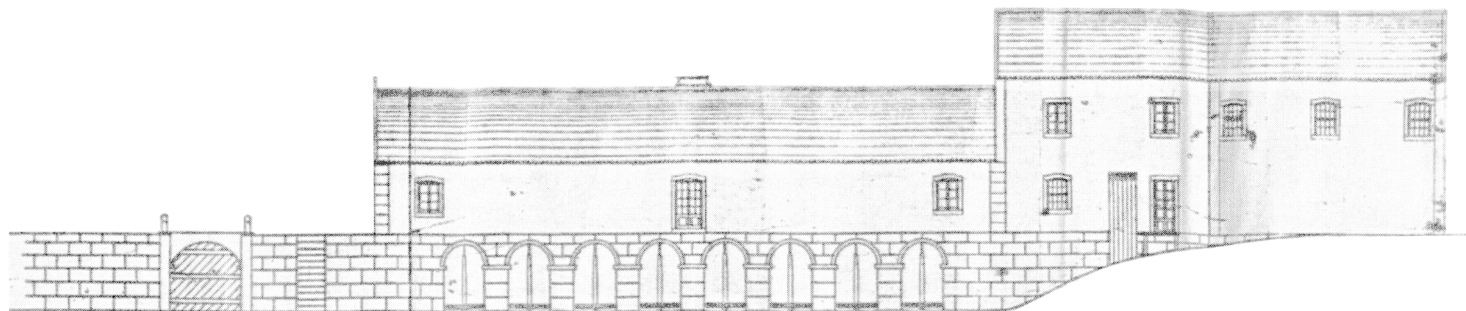
Em 1986, o moinho de maré de Corroios sofreu obras de recuperação e actualmente funciona como Núcleo do Património Industrial do Ecomuseu Municipal do Seixal, encontrando-se as suas mós ainda em funcionamento.

Após a última recuperação, foram demolidas as ruínas anexas ao moinho, pois impediam a chegada directa a este. Actualmente, o edifício está liberto e consegue “respirar”, continuando este com dois pisos, onde no piso térreo temos a recepção, escritório, instalações sanitárias e, de seguida, a sala de moagem. Esta sala manteve-se praticamente intacta, com as suas oito mós, contendo agora a exposição explicativa de funcionamento de todo o processo de moagem. No piso superior reaproveitou-se o espaço, criando uma sala

ampla com o objectivo de acolher exposições temporárias e conferências.

Na altura em que o moinho foi fotografado para o Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal, este ainda não pertencia à Câmara Municipal e estava em funcionamento. Verificando-se pela imagem exterior, presente no livro, ainda se encontravam no local os anexos, referidos anteriormente, e que possivelmente constituíam a habitação do moleiro.

As obras de restauro permitiram também compreender a evolução construtiva deste moinho, percebendo-se que começou por ter somente a sala de moagem, ou seja, continha um único piso onde funcionava todo o processo de moagem, com menos mós que as actuais. Com o aumento das necessidades o edifício foi crescendo, acrescentando-se depois a recepção e por último o armazém, no segundo piso. Neste momento, consegue-se ter a percepção da sua evolução construtiva no interior, visualizando-se na parede de suporte o uso diferenciado dos materiais, nas distintas épocas.



46. Alçado nascente do moinho de maré de Corroios. Seixal.



47. (A.A.P., 2004: 87)



48. Vista do alçado poente do moinho de maré de Corroios. Seixal. Ana Sofia Nero

3.3.2. Moinho de maré de Palhais, Barreiro

O moinho de maré de Palhais pertence à freguesia de Santo André, no concelho do Barreiro. Situado na povoação de Palhais, este moinho encontra-se instalado nas margens do rio Coina, um afluente do rio Tejo, com cerca de 9km de extensão, que tem o seu início no Barreiro e vai até à localidade de Coina.

Neste esteiro existiam cerca de 17 moinhos, implantados todos em quintas e conseqüentemente com o nome da mesma, embora muitos tenham alterado a sua denominação ao longo dos anos. Apesar de todos estes moinhos fazerem parte de um conjunto, actualmente encontram-se divididos em dois concelhos: o concelho do Seixal e o concelho do Barreiro.

Inicialmente começou por surgir, no reinado de D. Afonso V, uma construção com o objectivo de produzir a bolacha de embarque na Quinta do Vale do Zebro. Esta bolacha, ou também popularmente denominada “*biscouto*”, “*era o pão que as embarcações das descobertas, da expansão e comércio ultramarino e da pesca do bacalhau precisavam para o alto mar.*” (CUSTÓDIO, 1989: 25) Para a produção da farinha, foi construído então o moinho do Vale do Zebro, pertencente à coroa. Anos depois edificou-se o moinho da Quinta da Palmeira, que já trabalhava no ano de 1482, e conseqüentemente foram surgindo os restantes moinhos deste esteiro.

Relativamente ao moinho de maré de Palhais, não existem certezas quanto à data da sua construção. Segundo Margarida Leme, pensa-se que este foi construído no século XV, mais precisamente no ano de 1485, por Pero Mealheiro, com o fim de produzir o biscouto.

O terramoto de 1755 reflectiu-se em muitos dos moinhos da margem sul do Tejo e o de Palhais não foi excepção, sendo quase totalmente destruído pela catástrofe. Contudo, a sua reconstrução foi rápida, voltando ao funcionamento pouco tempo depois.

A maioria destes edifícios de moagem, ou se encontram em ruínas, ou já desapareceram na sua totalidade, tornando-se difícil encontrar a sua possível localização. No caso do moinho de Palhais, este encontra-se em ruínas, já sem cobertura e de difícil acesso, devido ao facto da passagem sobre a comporta ter desaparecido por completo. Este não era um moinho de muita produção, como é o caso do anterior, contendo somente três moendas. Apesar disso, a sua densidade construtiva era elevada, tendo sido anexadas a este várias construções.

O moinho desenvolve-se num único piso de forma longitudinal, contendo a sala de moagem com ligação interior a um segundo espaço, que possivelmente seria a sala de recepção. Adjacente a este volume, temos outro, também ele de planta rectângular e sobre o qual não existem informações, mas que poderia corresponder a um espaço de armazenamento, construído posteriormente. As restantes construções anexas contém dois pisos e têm vestígios de, em tempos, terem correspondido a uma habitação.

Actualmente, este moinho encontra-se em plena ruína, desaparecendo a sua particularidade – os passadiços que se encontravam nas laterais. Estes elementos encontram-se bem retratados nas imagens recolhidas pelos arquitectos do Inquérito, contudo neste momento já ruíram quase por completo.



49. (A.A.P., 2004: 86)



50. Moinho de maré de Palhais. Barreiro. Ana Sofia Nero

3.4. Povoações de Avieiros

As povoações de avieiros surgiram com a necessidade de migração da população da Praia da Vieira, em Leiria, para procura de sustento. Estas quando terminava a época da pesca, por volta de Novembro, recorriam a outro tipo de pesca, em embarcações mais pequenas, praticavam agricultura junto às dunas ou mudavam-se, temporariamente ou por vezes até permanentemente, para outras zonas onde fosse possível pescar.

“Gente das praias da foz do Liz costuma, durante o Inverno, vir pescar ao longo do Tejo: os da Borda-de-Água chamam-lhes avieiros e muitos por aqui arrastam um destino errante, tendo o barco por única morada, dedicando-se, no Verão, ao transporte de melões.” (RIBEIRO, 1998: 139)

Sendo assim começou a verificar-se uma migração das populações piscatórias para a zona do Sado, com o fim de trabalhar nos arrozais e valas, e para o Tejo, trabalhando na pesca e no transporte no rio. Para o Sado iam os chamados “caramelos”, que vinham do Mondego e, para o Tejo iam os “avieiros”, que inicialmente vinham da Praia da Vieira. Os segundos, vindos da Vieira, subiam o rio à procura de peixe e, inicialmente, sendo um trabalho temporário, acabavam por viver nos barcos. Atracando na praia e criando uma espécie de tenda, armada com varas de cana e cobertas por um toldo.

“Mais de vinte nomes de lugar do Ribatejo e do Alentejo lembravam, no fim do século passado, minhotos, picamilhos — alcunha que aí dão a estes —, e beirões ou ratinhos que os fundaram; todavia, nenhum se tornou povoação de importância. No Sado, o povo vê ainda afinidades de origem entre caramelos de estar, colonos permanentes,

que também arrotearam os Brejos de Azeitão, e caramelos de ir e vir, migrantes periódicos para a labuta dos arrozais. Pescadores de Ílhavo e de Ovar fundaram colónias no litoral, como na Costa da Caparica, onde se encontraram com outros, oriundos do Algarve.” (RIBEIRO, 1998: 140)

No princípio, quando houve necessidade dos avieiros se fixarem na Borda-d’Água, as construções eram feitas de caniço. Material bastante acessível, a estes pobres pescadores, e abundante em toda esta zona. Mas, o sonho destas famílias era a construção de uma casa de madeira, pelo que aos poucos, por vezes uma tábua por semana, iam comprando a madeira e substituindo o caniço.

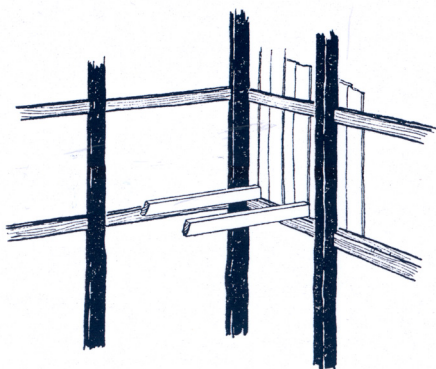
Originando-se assim a construção de habitações típicas do litoral português — os palheiros — no Ribatejo. Estas famílias, oriundas da Praia da Vieira (Leiria), trouxeram consigo o seu modo de construir. No seu local de origem, as construções eram feitas em madeira devido a várias razões. Para além do material ser barato e de fácil transporte, era o material que mais se encontrava na região, vindo do pinhal de Leiria. Existindo também uma razão cultural, pois os materiais usados nas casas representavam classes diferenciadas. As casas de pedra, mais estáveis, destinavam-se ao lavrador e as casas de madeira, como o barco, destinavam-se ao pescador, sendo esta uma construção mais provisória e volátil. Estes palheiros constituem um *“exemplo excepcional de adaptação ao meio natural e duma técnica perfeita e espontânea, eles conservam a dignidade e a beleza da sua tradição secular, cheia de carácter.”* (OLIVEIRA, 1964: 15)

Os avieiros foram-se então fixando em alguns pontos

ao longo do rio Tejo, começando o número de habitações a aumentar e surgindo aos poucos pequenas aldeias de construções em madeira. Surgindo aldeias como: a Palhota, o Conchoso, o Escaroupim, a Casa Branca, o Vau, as Caneiras, a Boca da Vala, o Porto da Palha, o Lezirão e a Aldeia do Peixe. De todas estas aldeias mencionadas iremos desenvolver as povoações da Palhota e do Lezirão, sendo as únicas aldeias mencionadas no Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal.

Estes aglomerados localizam-se nas praias do Tejo, longe das aldeias da Borda d'Água e, ao mesmo tempo, dos mercados, onde vendiam o peixe. Mas esta implantação deve-se ao facto de precisarem de espaço para trazer as varinas — redes usadas na apanha do sável — para terra.

Relativamente à típica casa do Avieiro, esta é bastante simples e de pequenas dimensões, sendo uma construção



51. Método construtivo da Praia da Vieira.
(OLIVEIRA, 1988: 107)

palafítica que assenta sobre troncos de árvores, pilares de cimento ou tijolo rebocado.

Na sua região de origem, inicialmente, as coberturas destas habitações eram feitas com tabuado, estorno ou junco, que posteriormente foi substituído por telha caleira. No caso dos palheiros fixados ao longo do rio Tejo, estes tinham a cobertura em telha ou em caniço, consoante as possibilidades económicas da família, mas com cobertura sempre de duas águas.

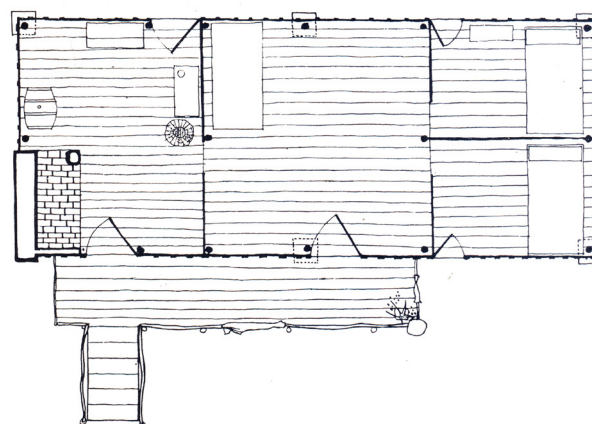
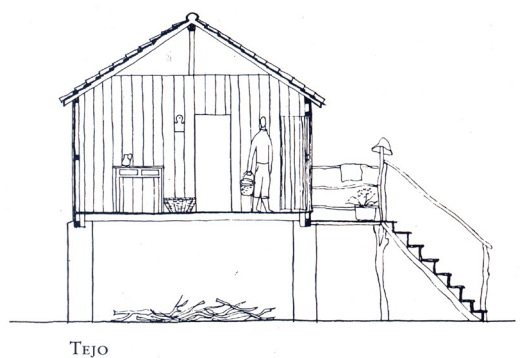
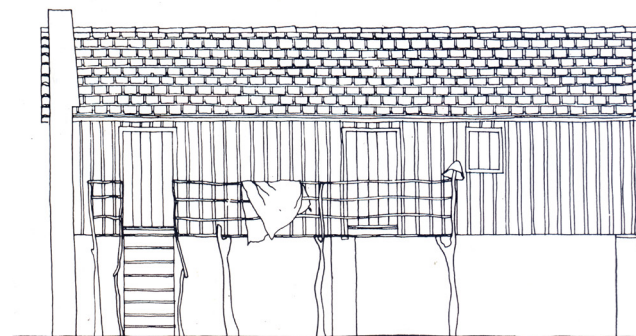
A fachada principal, voltada para o rio, normalmente é composta por duas janelas, uma de cada lado da porta, colocada ao centro. Em geral, esta fachada contém uma varanda longitudinal, de onde surge a escada exterior que leva até ao solo.

No interior, as casas contém sempre três divisões, independentemente do número de ocupantes. A divisão de maiores dimensões — a sala — contém a um canto a lareira, a poucos centímetros do chão e que por vezes tinha uma função somente decorativa. Durante o tempo que os avieiros aqui passavam, as refeições eram feitas em cozinhas exteriores, podendo estas ser anexos de madeira, sem chaminé, onde o lume é feito no chão de terra batida, ou simplesmente pequenos abrigos, feitos com algo que isole o lume do vento.

As outras duas divisões da casa, bem mais pequenas, correspondiam aos quartos, divididos entre eles por tabiques que não chegavam ao tecto. Por vezes, os tabiques são cobertos e surge o sótão, local que servia para guardar as redes. As portas interiores da casa eram substituídas por cortinas de ramagens de cores alegres.

Estas casas erguidas sobre palafitas eram estranhas ao território do Ribatejo, mas por outro lado, adaptavam-se muito bem às constantes alterações do rio. Distinguindo-se das típicas habitações ribatejanas, sempre térreas de paredes caiadas, que iremos aprofundar no capítulo 4.2.

As povoações de avieiros recolhidas pelo Inquérito à Arquitectura Popular foram: a Palhota e o Lezirão. Actualmente, estes aglomerados encontram-se com características bem distintas das encontradas pelos arquitectos, a vida em Portugal evoluiu e conseqüentemente estes tentaram evoluir com ela. Ao longo das margens do rio Tejo, muitos aglomerados se foram instalando, contudo hoje também muitos desapareceram por completo, havendo somente vestígios do que em tempos foram estes lugares.



52. Corte, alçado e planta de uma habitação-tipo das povoações avieiras. (A.A.P., 2004: 51)

3.4.1. Palhota, Cartaxo

A Palhota situa-se na freguesia de Valada, no concelho do Cartaxo e em frente ao Reguengo, podendo ser considerada uma típica aldeia avieira. Esta era constituída por dezanove casas, construídas em duas filas paralelas ao rio, sendo que todas assentam sobre estacas, à excepção de uma. Actualmente, apesar de a aldeia ter crescido no sentido oposto ao do rio, estas duas filas longitudinais estão bem presentes. Tendo agora mais construções, que se desenvolvem ao longo de duas ruas paralelas ao Tejo.

As populações avieiras tinham como objectivo ter melhores condições de vida. Como foi referido anteriormente, no início estas famílias viviam em barcos e com o tempo foram-se mudando para palheiros em caniço e posteriormente para construções em madeira. Hoje em dia, o modo de vida é bastante diferente e as condições de saneamento também, o que faz com que estas construções tenham sofrido modificações. Presentemente, todas as habitações necessitam de ter instalações sanitárias, sendo esta construída onde houver espaço. A maioria destas construções mantém a estrutura principal da casa e, ao fundo da galeria exterior, anexam a casa de banho, por vezes ainda em madeira.

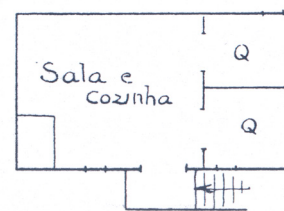
Nesta aldeia todas as casas tinham cobertura em telha e, à excepção de uma, todas tinham chaminé de sólida alvenaria. Aqui, as cozinhas anexas à habitação eram raras, pois todos cozinhavam no interior das mesmas, e os que não o faziam, tinham pequenos abrigos exteriores, somente para proteger o lume do vento. Este é um facto que provavelmente ajudou a manter a fisionomia da habitação avieira. Uma vez que havendo inicialmente o espaço para

cozinhar no interior da casa, não houve a necessidade, de o acrescentar quando as condições mudaram, mantendo muitas a estrutura inicial.

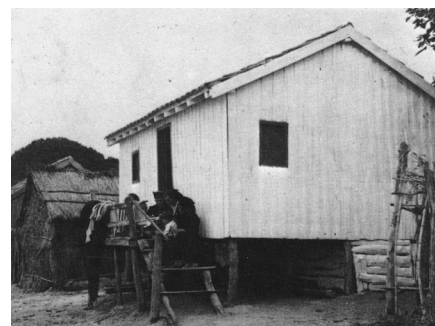
Uma das particularidades da Palhota era o facto de todas as habitações terem as estacas que as suportam rodeadas por tábuas de madeira, formando uma pequena cave onde guardavam a lenha e as redes. Esta característica ainda se pode observar em várias habitações, embora em muitas as tábuas de madeira já foram substituídas por alvenaria de tijolo. Numa das casas, a “cave” constitui mesmo uma nova divisão da casa, sendo um espaço polivalente com condições de habitabilidade.

Ao contrário do que se vê na fotografia do Inquérito, as estacas das construções já não são feitas de troncos, nem sequer de madeira, todas foram substituídas por tijolo e cimento. Este fenómeno deve-se provavelmente à fragilidade que a antiga estacaria tinha e à melhoria das condições económicas destas populações de pescadores após o 25 de Abril de 1974.

À semelhança dos pilares de suporte, também a materialidade das próprias construções foi alterada.



53. Planta esquemática das barracas da Palhota (OLIVEIRA, 1988: 100)



54. (A.A.P., 2004: 50)



55. Habitação avieira recuperada pelos colaboradores do projecto "Palhota Viva", desenvolvido pelos Arquitectos sem Fronteiras. Palhota. Cartaxo.
Ana Sofia Nero

São poucas as que mantêm a madeira como material de construção, pois a maioria foi alterada por alvenaria de tijolo, deixando somente a galeria em madeira.

Na Palhota, o elemento mais genuíno que ainda se conserva é o longo passadiço que avança perpendicularmente sobre o rio, e onde os pequenos barcos atracam, este feito de madeira, contém um aspecto frágil e orgânico, e com os seus altos e baixos muito característicos, dele partem várias escadas que levam às pequenas embarcações.

Em geral, existiam conflitos entre os avieiros e os campinos, devido ao facto dos primeiros terem por costume apanhar frutos e cereais que restavam das colheitas ou das ceifas, o que muitos campinos não apreciavam. Em contrapartida, por vezes acontecia também, os proprietários das grandes quintas cederem aos avieiros zonas na margem do Tejo ou nos valados, para estes poderem construir as suas habitações, tendo os avieiros como compromisso olharem pelos campos dos campinos na altura das cheias. A Palhota é uma das aldeias que surgiu desta forma, através do entendimento de ambas as partes.

Grande parte das habitações deste pequeno aglomerado está ao abandono, levando a que seja um local muito calmo e tranquilo, sendo a pouca agitação trazida pelos grupos de crianças das escolas quando o visitam. Por ser a aldeia que mais semelhanças tem com a cultura avieira, a Palhota é também a mais visitada por estes grupos e o local onde se realizou o projecto Palhota Viva, organizado pelos Arquitectos sem Fronteiras.

3.4.2. Lezirão, Azambuja

O povoado do Lezirão situa-se no território abrangido pela Quinta de Alqueidão, assim localizado no Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal e que actualmente detém denominação própria. A Quinta de Alqueidão é uma herdade no Ribatejo, na margem esquerda do rio, onde o proprietário permitiu a ocupação de terrenos junto ao Tejo pelos avieiros, à semelhança do que aconteceu com a Palhota. Este local específico, onde se encontram as habitações, em tempos denominou-se Porto da Palha, por ser o local onde ocorriam as descargas de palha para as várias quintas envolventes. Actualmente, esta povoação avieira tem o cognome de Lezirão.

A primeira casa construída no Lezirão foi construída por volta de 1953 por João Lobo, que veio com a sua família da Palhota para este novo espaço. Este aglomerado continha cerca de nove habitações, com as suas cozinhas anexadas na frente da casa e erguidas posteriormente.

As construções de madeira já são raras, sendo este material substituído por estrutura de madeira forrada a chapa metálica ou alvenaria de tijolo. No Inquérito à Arquitectura Popular já existem fotografias de construções de pilares feitos com betão e essa condição generalizou-se para as restantes. Actualmente todas as construções são executadas com estrutura de betão.

Actualmente, esta povoação de avieiros consiste numa rua quase paralela ao rio, com construções dos dois lados. Estas foram alteradas ao longo destes anos e melhoradas consoante as possibilidades dos seus ocupantes.

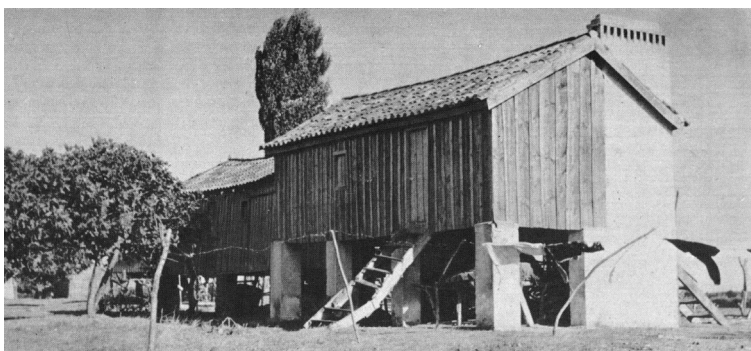
Das casas avieiras existentes somente as que se situam na paralela mais afastada do Tejo são construções

palafíticas, as restantes são assentes directamente sobre o solo. Isto porque, as construções sobre pilotis consistem na habitação, enquanto as outras correspondem às cozinhas anexas posteriormente, como já foi referido.

Apesar de este aglomerado ter menor dimensão que a Palhota, encontra-se mais povoado que a anterior. Contudo, este facto também leva a que as casas sejam mais alteradas, em relação ao que se considera ser uma habitação típica do povo avieiro.

Devido a estas edificações estarem relacionadas ou associadas a uma vida de pobreza, as pessoas, de um modo geral, tentam afastar-se dessas características e modificam as suas habitações de acordo com o que necessitam.

A adaptação das casas à vida actual, de certa forma acaba sempre por as transformar, havendo a necessidade de instalação de água, gás, luz e esgotos. Estas condições, indispensáveis aos actuais conceitos de habitabilidade e salubridade, acabam sempre por alterar a construção original. Porém, estas podem não ser alterações destrutivas, dependendo sempre do modo como são efectuadas.



56. (A.A.P., 2004: 51)



57. Habitação avieira na povoação do Lezirão. Azambuja. Ana Sofia Nero

4. Tipologias residenciais populares

“O campo aparece-nos hoje como o resultado de uma transformação procurada. É o Homem que o faz, mas não como desejaria— cultiva aquilo que o solo, a chuva, os ventos ou a geada consentem, vive em casas que são assim ou estão ali, mais por via dos materiais de ao pé da porta e das exigências da lavoura ou dos animais do que por sua vontade ou necessidade dos seus.” (A.A.P., 2004: 15)

Quando os arquitectos reunidos começaram a sua procura para o Inquérito à Arquitectura Popular, as habitações que procuravam eram estas, que naquele tempo ainda se encontravam bem presentes. Actualmente, esta arquitectura, denominada “popular”, “vernácula” ou “regional”, está em extinção. Devido ao fácil transporte dos materiais e à diversidade dos mesmos, deixou de haver a necessidade de usar os materiais que estão mais próximos do local, assim como as razões que levavam à escolha do mesmo também mudaram. Contemporaneamente, a escolha destes devem-se a outras razões e a outras condições de vida. Por esses motivos e, ainda, por este tipo de habitação mais rural e popular estar relacionada com condições precárias de vida, as famílias hoje em dia ou as deixam em ruína ou acabam por destruí-las completamente. Sendo muito complicado encontrar as casas que foram fotografadas no livro Arquitectura Popular em Portugal em boas condições, para além de que foi muito difícil localizar as mesmas devido à falta de informação do local onde estão implantadas.

As habitações que vão ser descritas e analisadas ao longo deste capítulo são habitações rurais populares, que apesar de cada vez mais se encontrarem em menor número,

continuam a caracterizar a zona em que se inserem, fazendo esta arquitectura parte do local e sendo quase como a continuação do mesmo. Por exemplo, na aldeia do Piódão não conseguimos imaginar as habitações feitas de outra maneira sem ser de xisto, parece que não havia forma mais acertada de construir do que daquela maneira, e a sua arquitectura caracteriza aquele local, assim como todos os outros do nosso país. Apesar das habitações que caracterizam as três áreas que iremos estudar já não estarem tão presentes como ocorre neste pequeno aglomerado, elas são de igual importância, provavelmente até devemos dar-lhes mais relevância, uma vez que se encontram em extinção e a população não consegue observar as suas qualidades arquitectónicas.

As zonas fotografadas são: a península de Lisboa, o Ribatejo e a península de Setúbal. Sendo estas grandes áreas sem um limite exactamente definido porque *“é bem difícil estabelecer, rigorosamente, as fronteiras de zonas arquitectonicamente diferenciadas”*, (A.A.P., 2004: 95) e porque estas zonas se interligam e, apesar da sua diferenciação, existem como uma continuidade. Nós sabemos que o Alentejo é diferente do Ribatejo a vários níveis (paisagem, construção, modo de vida, etc.), mas a linha que os separa não é rígida, é sim uma junção dos dois, uma continuidade que aos poucos se vai alterando. Essa continuidade verifica-se também na arquitectura, uma vez que estas construções sendo todas mediterrânicas têm semelhanças entre elas. As habitações observadas no Ribatejo têm influências da arquitectura alentejana, assim como as construções observadas na península de

Setúbal. Estas últimas, para além das suas características alentejanas, quanto mais juntas à costa, mais influências têm da habitação saloia. Sendo este grupo, de três tipologias habitacionais distintas, mas contudo que se interligam e se conjugam de forma harmoniosa pelo seu território.

A paisagem, o clima, o solo, o tipo de cultivo, a geografia, os materiais e outros, são factores que têm influência na construção, e a solução para todos estes condicionantes é o que dá à arquitectura as características individualizadas de cada região e, conseqüentemente, o seu valor e interesse para a arquitectura em geral. Estas eram construções feitas por um simples camponês ou pescador, com os meios que tinha à mão, respondendo da melhor forma que sabia aos vários condicionantes. *“Considerando estes dolorosos reparos ligados estreitamente a uma economia precária, maior é a nossa admiração pelos esforços constantes do homem rural para conseguir uma habitação digna (...)”* (A.A.P., 2004: 95)

4.1. Península de Lisboa

“Os exemplos mais “puros”, aqueles que melhor correspondem a um possível arquétipo, encontram-se no concelho de Sintra. A quantidade assim como a fidelidade tipológica e expressiva vão diminuindo à medida que nos afastamos deste núcleo e que vai sendo maior a permeabilidade a modelos urbanos e de outras regiões.” (CALDAS, 1999: 105)

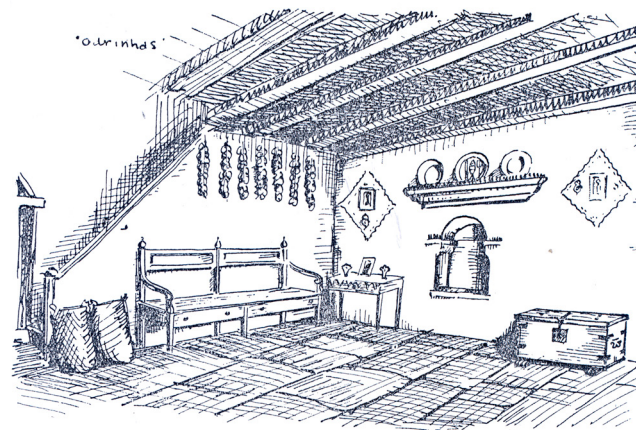
Como menciona João Viera Caldas, a arquitectura mais característica da zona a Norte do rio Tejo encontra-se no concelho de Sintra. Este facto pode-se verificar também pelas fotografias tiradas pelos arquitectos do Inquérito à Arquitectura Popular, que fotografaram locais como: Assafora, Fontanelas ou Birre. Todos estes eram locais muito ligados à produção agrícola e que se compunham do que em tempos foram aldeias *“ (...) de simples casas de modestos trabalhadores do campo, gentes de poucos teres e sem cultura.”* (FONTES, 1948: 3)

Esta arquitectura, denominada de “saloia”, tinha características muito semelhantes com o seu habitante – o saloio. Este era um homem de *“carácter autónomo, isolado e afirmativo do agregado de edificações a que se chama habitualmente casal saloio (...)”*. (FERNANDES, 1991: 28) À semelhança do homem, também a sua habitação era isolada e autónoma. Estas construções, na sua maioria, surgiram por meio de disseminação (12), com características rurais, em que a família vivia para a courela.

Este individualismo e independência, presente na

população e nas construções saloias, notam-se por exemplo no forno. Enquanto as povoações que surgiram por meio de aglomeração têm muitas coisas em comum, como o forno colectivo, nas povoações saloias o forno é individual, sendo este uma das particulares deste tipo de habitação.

A habitação presente nesta região divide-se em três tipologias: uma totalmente térrea, outra torreada e a tipologia de dois pisos completos. Sendo a habitação saloia das poucas *“ (...) verdadeiramente rurais da Estremadura que apresenta exemplos do desenvolvimento em dois pisos.”*



58. Desenho do interior de uma casa saloia. (FONTES, 1948: 21)

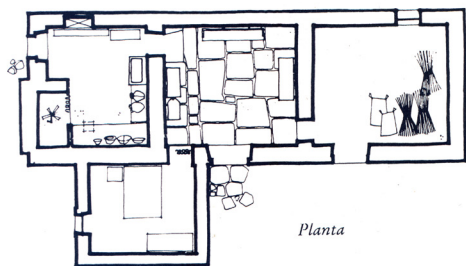
(12) Conceito explicado no capítulo 2.2.

(A.A.P., 2004: 103)

A primeira tipologia, que consiste num único piso e também é a mais simples, tem como base a “casa de fora” que está ligada à cozinha, com forno e lareira. Os restantes compartimentos vão sendo anexadas consoante a necessidade, sendo elas: quartos, adegas ou arrecadações. Esta é uma construção que consiste no agrupar de volumes sólidos e maciços, de duas ou quatro águas, e que vão crescendo de acordo com o que a família precisar. As aberturas feitas nas fachadas são mínimas, havendo somente as necessárias para permitir a entrada de



Alçados e corte



59. Alçados, corte e planta da tipologia habitacional salão de um único piso. (A.A.P., 2004: 103)



60. Assafora. Sintra. (A.A.P., 2004: 103)



61. Birre. Cascais. (A.A.P., 2004: 102)



62. Fontanelas. Sintra. (A.A.P., 2004: 102)



63. Habitação saloia em ruína, onde se observa construções térreas e de dois pisos. Assafora. Sintra.
Ana Sofia Nero

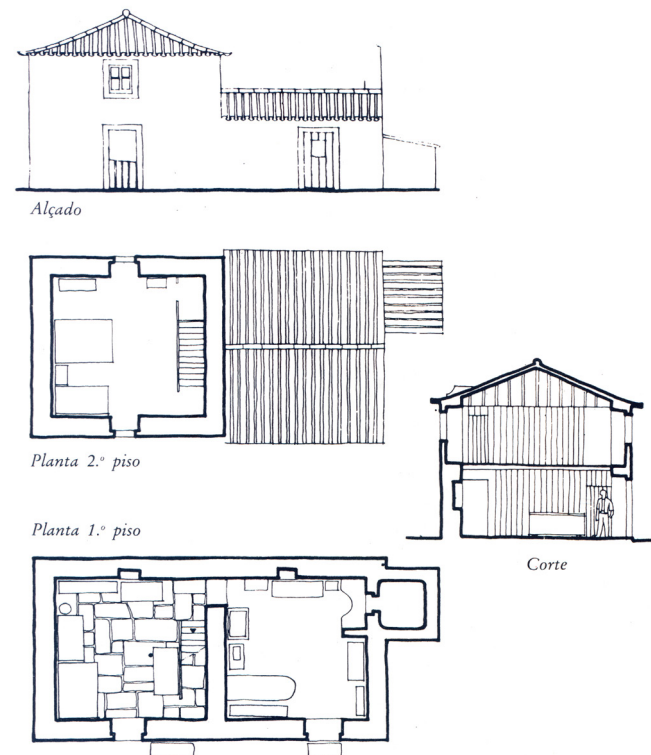
alguma luz natural e ventilação, sendo estas de pequenas dimensões.

O segundo tipo caracteriza-se pelo acrescento do chamado “sobrado”. Esta tipologia é muitas vezes denominada de habitação torreada. *“Enquanto os corpos laterais mantêm a simplicidade de formas descritas, aquele torreão do solar saloio, elevando-se a meio, nos céus, quebra de maneira airosa a monotonia da horizontalidade do primeiro piso.”* (FONTES, 1948: 4) Com este excerto, Joaquim Fontes queria mostrar que somente os mais abastados teriam casas torreadas e que isso era uma tentativa de se assemelharem aos mais afortunados. Mas a realidade é que a casa acabava mesmo por mostrar as posses dos seus habitantes, pois aqueles que tinham condições para isso iam melhorando e acrescentando anexos consoante precisassem e as suas economias o permitissem. Para além desse facto, as casas com o sobrado quebravam a horizontalidade característica das casas do sul – térreas –, acrescentando verticalidade a esta composição. Contudo, estas construções tinham sempre um aspecto mais atarracado, devido ao facto do seu pé-direito ser reduzido, assim como as suas dimensões. Como diz João Vieira Caldas, *“(…) as casas ditas populares são geralmente pequenas mas poucas têm o aspecto quase infantil que mostram algumas das casas torreadas saloias e suas variantes.”* (1999: 106)

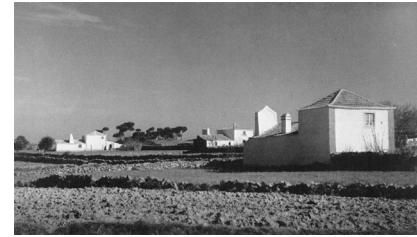
Com um volume de dois pisos e um térreo, a habitação contém a “casa de fora” no rés-do-chão, com escadas laterais para o primeiro piso, onde se encontra o quarto. Anexa à sala encontra-se a cozinha, com o seu forno saliente no exterior. Nesta tipologia, as aberturas na fachada também

eram poucas, havendo em geral uma porta para a sala e outra para a cozinha, todas a partir do exterior, e depois somente uma janela no andar superior.

A última tipologia diferencia-se pelo uso de dois pisos completos semelhantes à tipologia anterior no rés-do-chão e com dois quartos no piso superior. Com cobertura de



64. Alçado, plantas e corte exemplificativos da tipologia habitacional torreada. (A.A.P., 2004: 103)



65. Ar. de Sintra. (A.A.P., 2004: 102)



66. Ar. de Sintra. (A.A.P., 2004: 102)



68. Habitação salaia recuperada e aumentada, que exemplifica a tipologia torreada. Assafora. Sintra. Ana Sofia Nero

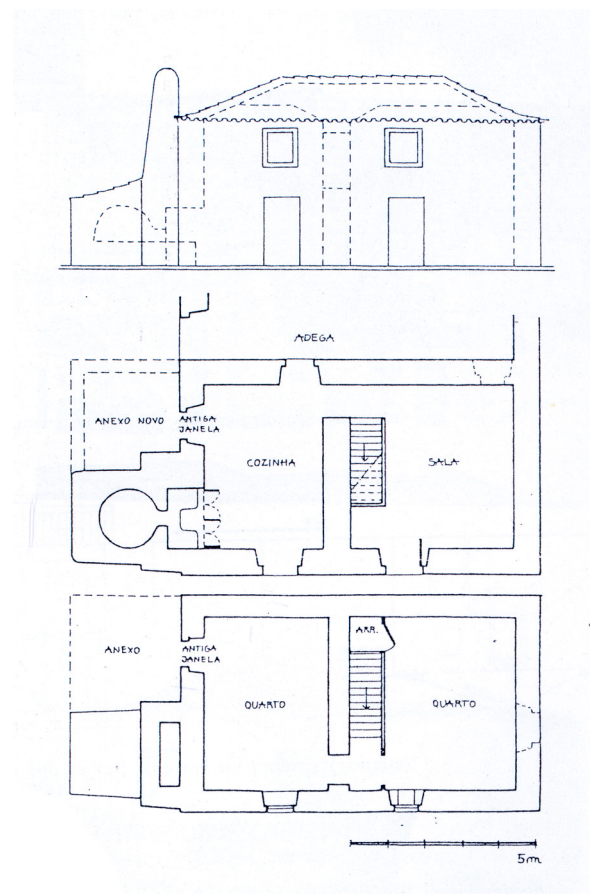


67. Assafora. (A.A.P., 2004: 103)

quatro águas, o número de aberturas era superior e variado em relação aos outros dois tipos. Este género de habitação poderia também consistir no piso inferior na loja e no piso superior é que se desenvolvia toda a habitação. Assim sendo, na zona térrea teríamos a arrecadação e no andar nobre a casa. Neste caso, as escadas de acesso ao sobrado seriam exteriores rematando num pequeno alpendre.

Estes três géneros de habitação popular rural, presente não só na península de Lisboa, mas ao longo de toda a região saloia, podem ter diversas variantes, conforme o terreno da sua implantação, as economias da família ou as necessidades da mesma. As construções vão-se alterando e crescendo, acrescentando-se anexos para guardar produtos e utensílios agrícolas, ou mais quartos quando a família aumenta.

O importante a retirar de todas estas tipologias são as características comuns, uma vez que todas são diferentes por alguma razão e isso é que faz com que cada uma seja única. Todas estas habitações estão ligadas ao campo, por serem a agricultura e a pecuária as principais actividades económicas, todas elas contêm a “casa de fora”, uma espécie de sala de entrada, sem uma função específica. Em geral, esta sala servia para guardar diferentes coisas, uma vez que é caracterizada por conter vários armários e arcas. “Nas casas “populares”, como nas outras, a sua função e área relativa pouco têm a ver com as de um vestíbulo tal como o entendemos hoje. Nas primeiras é essa a única divisão a que se pode chamar sala, embora sirva, por vezes, também de quarto. É aquela onde se recebe mas não necessariamente onde se está, que para isso há a cozinha.” (CALDAS, 1999:



69. Alçado e plantas da tipologia de dois pisos completos. (FERNANDES, 1991: 43)



70. Habitação salaia recuperada de dois pisos. Assafora. Sintra. Ana Sofia Nero

68)

Outra divisão sempre presente e com relevância nas habitações populares é a cozinha. *“Fundamental em qualquer espécie de habitação, a cozinha é nas casas “populares”, não só o compartimento mais importante como um dos principais índices tipológicos.”* (CALDAS, 1999: 72)

A caiação é uma das características mais presentes na arquitectura mediterrânea, e isso não podia deixar de se verificar nesta zona estudada em que Joaquim Fontes chega mesmo a falar da *“ (...) loucura da caiação que invade o próprio telhado (...) ”* (FONTES, 1948: 4). Esta expressão dá para perceber a importância que o uso da cal tinha nestas construções e a preocupação que o próprio povo tinha em manter limpas e belas as suas casas. Por mais humildes que fossem as habitações, nota-se nestas pessoas uma preocupação constante em manter o seu lar o melhor que podiam e que sabiam.

4.2. Ribatejo

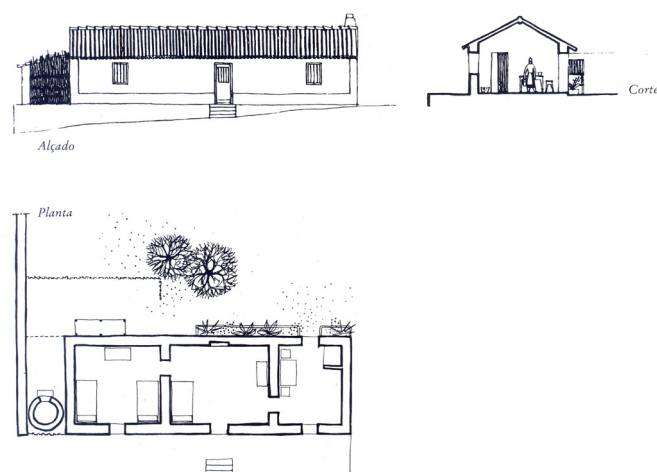
O Ribatejo é uma região vasta, mas iremos restringir o estudo às construções presentes no livro *Arquitetura Popular em Portugal*, estando estas implantadas no distrito de Santarém. As habitações presentes no livro eram as que, para aqueles arquitectos, caracterizavam melhor a habitação ribatejana, fotografando-se locais como: Portela das Padeiras, Benfica do Ribatejo e Pero Filho.

No Ribatejo, a maioria dos habitantes vivia no campo, mas era assalariado e trabalhava para o grande senhor, dono das grandes propriedades ribatejanas. Ao contrário das habitações estudadas anteriormente, em que os habitantes viviam para o seu próprio terreno agrícola, este trabalha para outros, pelo que na sua maioria as habitações resumem-se a um abrigo, um espaço de acolhimento, reduzindo-se ao mínimo essencial.

Deste modo a casa ribatejana é uma construção alongada, de empenas cegas e com cobertura de duas águas. A sua planta consiste num agrupar de divisões de forma longitudinal, criando um elemento uniforme. Construída num único piso, geralmente é composta por três espaços diferenciados, sendo eles: a “casa de fora”, a cozinha e o quarto. De um modo geral, estas casas contêm somente uma porta exterior e são raras as janelas.

Na cozinha podemos encontrar a lareira, mas não o forno. Ao contrário do que se generaliza na arquitectura salaia e na arquitectura da península de Setúbal, o forno da habitação ribatejana é edificado no exterior da casa, como acontece com as construções alentejanas. O forno pode estar anexo à casa ou isolado numa dependência única. As habitações ribatejanas, por serem habitações do

sul, têm características que se assemelham. Sendo a casa do sul, “ (...) *uma casa térrea, feita de materiais leves e de grande plasticidade, que permitem todas as fantasias de estilo e que funcionam ao mesmo tempo como isoladoras do calor, rebocadas e caiadas exterior e interiormente, com poucas janelas, muitas vezes mesmo apenas com a porta de entrada da frontaria, incluindo na sua estrutura arcos de tijolo e, por vezes mesmo, abóbadas; e com telhado de duas águas ou terraços e pavimento de terra, calçoto ou, preferentemente, tijolo ou ladrilho. Como seu elemento característico fundamental, a chaminé que toma o valor de peça de luxo e que está na base do asseio característico das cozinhas.*” (OLIVEIRA, 2003: 153)



71. Alçado, corte e planta de uma habitação-tipo da região do Ribatejo. (A.A.P., 2004: 104)

Esta é uma descrição generalizada do que são as casas do sul, contudo a habitação ribatejana tem características muito semelhantes, do mesmo modo que é influenciada pela casa alentejana. Muitas vezes, as casas perdidas nas planícies ribatejanas, que surgem de modo a guardar o território, fazem alusão às construções erguidas no cimo dos montes alentejanos. “(...) O tipo de casa disseminado pela planície é uma pequena construção térrea, que repete, mais pobre em pormenores, o pequeno monte alentejano.” (OLIVEIRA, 2003: 177)

No Ribatejo, as construções são muito simples, onde a pedra escasseia e é usada a terra como material de construção, à semelhança do que ocorre nos montes alentejanos e na península de Setúbal, onde o adobe e a taipa predominam. Outra característica ribatejana, para além da

importância da caição, também presente na arquitectura saloia, é a utilização da cor no exterior da habitação. “Salienta-se a esfuziante presença da cor, realçando sobre o branco, os socos, cunhais ou vãos, quando não cobre mesmo a totalidade da superfície das paredes – negra, ocre, azul, vermelhão ou o verde (...).” (A.A.P., 2004: 104)

À medida que nos vamos aproximando da península de Setúbal, estas habitações começam também a ter características ribatejanas. Observando-se, por exemplo, casas com forno exterior, ou com barras coloridas. Sendo esta última uma característica também da construção saloia, mas já não tão presente.



72. Conjunto de habitações ribatejanas. Muge. Salvaterra de Magos. Ana Sofia Nero



76. Habitação ribatejana. Salvaterra de Magos. Ana Sofia Nero



73. Ar. de Santarém. (A.A.P., 2004: 105)



74. Ar. de Santarém. (A.A.P., 2004: 105)



75. Ar. de Santarém. (A.A.P., 2004: 105)



77. Benfica do Ribatejo. Almeirim.
(A.A.P., 2004: 105)



78. Pêro Filho. Santarém.
(A.A.P., 2004: 105)



79. Portela das Padeiras. Santarém.
(A.A.P., 2004: 104)



80. Conjunto de habitações ribatejanas recuperadas. Benfica do Ribatejo. Almeirim. Ana Sofia Nero

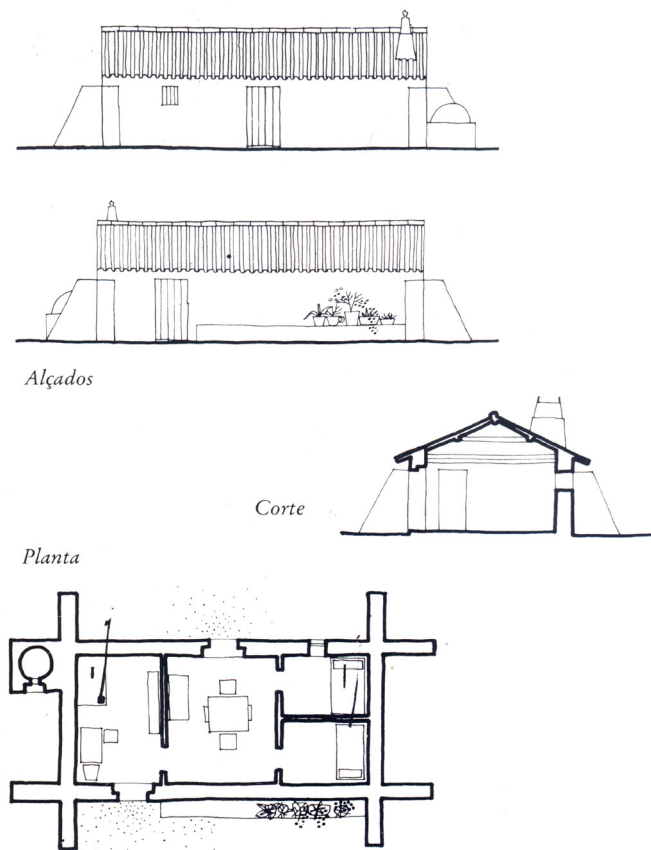
4.3. Península de Setúbal

“Na região de Lisboa ainda se detectam tipologias de arquitectura tradicional, embora já em nítido declínio.” (MESTRE, 1989: 45) Deste modo, descreve Victor Mestre, numa revista da vila de Sesimbra, o desaparecimento que se verificava naquela altura, relativamente à habitação tradicional. Apesar do carácter rural, presente ainda em muitas aldeias do concelho de Sesimbra, a sua arquitectura regional há muito que começou a ser abandonada e descaracterizada. De uma maneira geral, no Inquérito à Arquitectura Popular foram fotografadas habitações do concelho de Sesimbra, realçando-se Santana, Alfarim e Fernão Ferro.

A casa desta região consiste num agrupamento de vários módulos, não tão cúbicos como acontece na outra margem do rio, mas sim de várias dimensões e formas. Estes módulos tendo ligação interna entre eles, podem não ter somente a habitação propriamente dita, mas também outros elementos, como arrumos, a adega ou pequenos currais.

Esta é uma construção térrea, onde a agricultura se verifica, pois consiste na principal actividade dos seus habitantes. Vivendo em pequenos aglomerados ou isoladas na paisagem, estas foram construções que surgiram por meio de disseminação (13), estando a habitação ligada ao cultivo e ao próprio solo, tendo esta pé-direito reduzido e encontrando-se “*muito presa ao chão*” (A.A.P., 2004: 107).

Em geral, a casa consiste em duas áreas principais: a que



81. Alçados, corte e planta de uma habitação-tipo da região da península de Setúbal. (A.A.P., 2004: 106)

(13) Conceito explicado no capítulo 2.2.

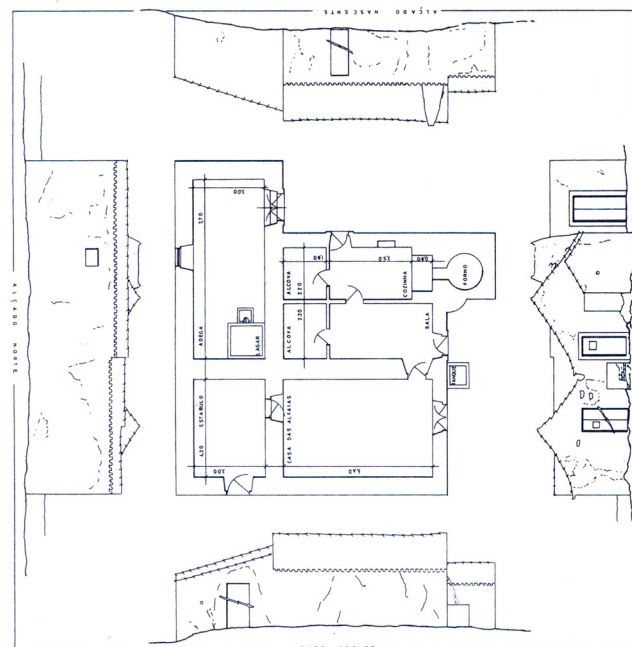
contém a habitação e a destinada à produção económica da família. A habitação, propriamente dita, consiste numa construção mais alongada e é composta pela “casa de fora”, pelos pequenos quartos e pela cozinha. A “casa de fora”, como foi referido no capítulo 4.1., era o espaço de entrada da casa e não continha uma função específica.

Relativamente aos quartos, estes eram similares às alcovas da habitação alentejana, tendo esta influenciado a arquitectura da península de Setúbal, porque “ (...) desde muito cedo essa região tem sido povoada por emigrantes alentejanos.” (CALDAS, 1999: 108)

Na cozinha observamos a lareira que se integra na própria parede e o forno, que consiste numa construção cilíndrica, por vezes até anexa à habitação. (14)

A denominada habitação saloia encontra-se também presente na margem sul do rio Tejo. Verificando-se a sua diminuição à medida que nos vamos afastando da costa. O eixo que liga o Porto Brandão (Trafaria) ao Cabo Espichel (Sesimbra) são os locais onde a habitação saloia está mais presente. Essa presença é-nos dada através de pormenores como: “ (...) a mesma inclinação e curvatura do telhado, os mesmos beirais e arrebiques, o “mouriscado”, os mesmos vãos pequenos com janelas de duas folhas e até, nalguns casos, uma volumetria muito semelhante.” (CALDAS, 1999: 108).

A distribuição a nível da planta deste tipo de habitação



82. Levantamento de uma habitação do concelho de Sesimbra, onde se observa o módulo da habitação e os restantes anexos, ligados à agricultura. (MESTRE, 1998: 46)

(14) O forno construído anexo à casa consiste numa característica da habitação ribatejana e alentejana, referida no capítulo 4.2.



86. Habitação representativa da tipologia da península de Setúbal. Alfarim. Sesimbra. Ana Sofia Nero



83. Santana. Sesimbra. (A.A.P., 2004: 106)



84. Fernão Ferro. Seixal.
(A.A.P., 2004: 107)



85. Alfarim. Sesimbra. (A.A.P., 2004: 106)

e sua construção assemelham-se também à arquitectura alentejana. Enquanto a construção salaia contém todas as paredes sólidas e maciças, funcionando quase como a junção de vários volumes cúbicos, a construção da península de Setúbal tem uma estrutura sólida mas somente nas paredes exteriores. Nas paredes internas, denota-se a construção alentejana, sendo as divisões feitas com tabiques ou caniço, que depois podem ser rebocadas e caiadas. As divisões são de pequenas dimensões, contendo paredes muito finas e que têm um aspecto muito frágil, não indo até ao tecto e ultrapassando pouco mais que a altura das portas.

A nível construtivo, o material utilizado não é a pedra, como ocorre nas habitações salaiais, mas sim a taipa, como nas habitações alentejanas. Este fenómeno é verificado através do uso de “gigantes”, contrafortes que ajudam a sustentar a habitação. (15)

As aberturas presentes nestas construções são também elas de característica alentejana, sendo estas muito raras, havendo na maioria dos casos somente a porta de entrada. “ (...) *Sobretudo no Alentejo (...) não existem aberturas na frontaria, além da porta de entrada (...)* ”. (OLIVEIRA, 2003: 52)

Nesta região a importância dada à caiação também é grande, como em todas as construções mediterrânicas. Mas aqui, ao contrário do que acontecia na península de Lisboa, no Ribatejo e também no Alentejo, as barras coloridas na

base das construções e nas molduras das janelas não são tão utilizadas. Aparecendo somente algumas excepções devido às fortes influências das zonas envolventes. “*Por toda a vasta zona que se estende para o Sul e Norte do Tejo, a casa ora se aproxima da alentejana, ora ganha feição regional mais definida.*” (OLIVEIRA, 2003: 177)

(15) “ (...) Os poderosos contrafortes ou gigantes que, nos pequenos “montarecos” das imediações de Lisboa, reforçam, as paredes de taipa (...)” (OLIVEIRA, 2003: 178)



87. Habitação popular da península de Setúbal recuperada e utilizada como segunda habitação. Almoinha. Sesimbra. Ana Sofia Nero

5. Arquitectura semierudita: equipamentos, serviços e tipologia residencial especial

Segundo o dicionário de língua portuguesa, o termo erudita significa “ *que tem profundos e vastos conhecimentos*”, relativamente à arquitectura, esta é toda a construção que tem como base um cânone ou estilo, característico de uma época ou período. Mas iremos particularizar a chamada “arquitECTURA semierudita”, ou seja, uma arquitectura que não depende totalmente dos cânones para ser construída. Isto é, contém características eruditas, sendo uma arquitectura que é construída segundo os vários estilos da época, mas que tem a introdução, em grande ou pequena quantidade, de características da arquitectura popular ou regional. Sendo a arquitectura semierudita uma combinação da arquitectura erudita e da arquitectura popular, uma vez que, as diferenças entre os termos “erudito” e “popular” não são assim tão lineares, “ *(...) as fronteiras diluem-se entre os dois extremos popular | erudito e tanto proporcionam que a mais humilde casa popular copie uma janela de desenho pombalino como uma casa senhorial sugira popularmente os cunhais inexistentes por meio da pintura.*” (CALDAS, 1999: 54)

Essa inter-relação entre os dois termos deve-se por vezes também aos empreiteiros ou pedreiros, cada um com os seus meios e técnicas, constroem como sabem ou como veem. Assim sendo, “*um eventual regionalismo de naturalidade ou formação teria então possibilidade de se exprimir também.*” (CALDAS, 1999: 53) Em Portugal, as diferenças entre arquitectura erudita e arquitectura popular não são assim tão grandes, uma vez que ambas se misturam e apesar de alguns palácios terem sido desenhados por arquitectos, a verdade é que quem os edificou foram

pedreiros com conhecimentos por vezes populares, que efectuavam o melhor que sabiam. Daí poderá vir o termo “semierudito”, já utilizado pelos arquitectos do Inquérito à Arquitectura Popular, uma vez que eles próprios dizem “*os solares e palácios da Estremadura (...) revelam em todo o seu tratamento as raízes que se inseriram na arquitectura de feição popular da região onde foram erguidos.*” (A.A.P., 2004: 118)

As tipologias que iremos desenvolver deste tipo de arquitectura específico são: as igrejas rurais, as capelas de beira-mar e os solares e palácios. “*Os edifícios de carácter religioso, as câmaras municipais e os solares têm sido, no quadro duma Arquitectura regional, aquelas edificações em que, por circunstâncias de várias ordens, se têm concentrado os primores da arte de construir, podendo ser considerados, por isso, os casos mais interessantes duma Arquitectura semierudita, fortemente enraizada na idiosincrasia do povo.*” (A.A.P., 2004:109)

5.1. Igrejas Rurais

A igreja é um espaço de reunião que tem como principal objectivo *“oferecer clima espiritual propiciador ao culto e à paz interior”*. (GIL, 1998: 5) A nível arquitectónico a igreja pode ser muito inovadora, mas se não respeitar o princípio da sua construção, ou seja, o culto dos fiéis, não tem utilidade.

Quando entramos numa igreja, por muito humilde que esta seja, deparamo-nos sempre com um clima e um ambiente muito característico e diferenciado dos restantes edifícios públicos, ou até mesmo, de qualquer edifício.

Neste capítulo iremos especificar as igrejas rurais, igrejas mais pequenas e com carácter mais popular, mas que apesar disso, não deixam de ter esta ambiência dos locais de culto. Estas são igrejas construídas em pequenas aldeias e destinadas a uma população muito restrita. *“A igreja rural, sempre a edificação, mais esmerada do pequeno aglomerado, onde se situa numa posição de relevo, não deixa nunca de ser um templo reduzido, de volumetria simples e acabamento modesto.”* (A.A.P., 2004: 111)

Estas igrejas não procuravam responder a nenhum estilo próprio, sendo criadas com o objectivo de ser um espaço de culto e sem restrições relativamente à sua construção. Muitas são somente um pequeno corpo longitudinal que remata no altar, outras são mais elaboradas e agregam outros elementos, como a sacristia, o coro e o alpendre. De um modo geral, o que todas elas contêm é o adro, de pequenas ou grandes dimensões, este é um espaço importante devido ao significado que tem para a vila. O adro funciona como local de convívio e de festa, é neste que se pode conversar e descansar depois da missa de domingo.

A importância dada a esse elemento ainda hoje se verifica, dado que em muitas localidades as festas anuais realizam-se no mesmo. Em Alfarim, o adro da igreja tem reduzidas dimensões, mas diferencia-se por ter cerca de 2 a 3 degraus abaixo do nível da estrada. Esta característica parece pouco relevante, mas quando nos encontramos no local dá-nos a sensação de proteção e acolhimento. Aqui, ainda hoje se faz uma grande fogueira na altura do Natal, ao redor qual a população se junta.

As igrejas rurais evoluíam muito lentamente, sofrendo sempre poucas alterações, ou por vezes, somente melhorias. Estes edifícios são pequenos templos de contemplação divina, com características muito rurais. A maioria das igrejas não tem grandes ornamentos no seu interior cingindo-se somente às imagens e ao altar um pouco mais trabalhado.

Das sete igrejas rurais que aparecem no Inquérito à Arquitectura Popular foram seleccionadas duas: a Igreja de Nossa Senhora da Consolação, em Assafora, e a Capela de São Mamede de Janas. Ambas as construções se situam no concelho de Sintra, pelo que têm características bem marcadas da arquitectura religiosa saloia. A nível formal são igrejas muito distintas, a primeira de planta rectangular e a segunda de planta circular, mas o uso do nártex, por exemplo, verifica-se em ambas.

5.1.1. Igreja de Nossa Senhora da Consolação, Assafora

A igreja de Nossa Senhora da Consolação situa-se na povoação de Assafora, freguesia de São João das Lampas, concelho de Sintra. Inicialmente, este pequeno aglomerado realizava as suas festas anuais no dia 27 de Dezembro, decorrendo, actualmente, no princípio do mês de Agosto. As celebrações religiosas são importantes em qualquer tipo de povoação, seja ele de pequenas ou grande dimensões, uma vez que estas marcam o dia daquela localidade e, simultaneamente, o dia do santo. Esta actividade realça uma das valências que o edifício religioso contém, servindo este, e todo o seu adro, de palco às comemorações. A igreja serve não somente como espaço de culto, mas também como espaço de descanso e festividade, percebendo-se assim a importância que este espaço tinha para as famílias, que trabalhavam todos os dias, transmitindo-lhes paz e, ao mesmo tempo, alegria.

Esta igreja foi edificada no século XVI e consiste num corpo longitudinal de duas águas, com torre sineira e dois volumes anexos em torno do corpo principal. Esta tem a particularidade de conter um alpendre antes da porta de entrada, característica que se pode verificar também em outras capelas da região, como a Igreja de S. João das Lampas, a Igreja de S. Mamede de Janas ⁽¹⁶⁾ e a Igreja de S. João Degolado, em Terrugem.

O alpendre desenvolve-se com planta em L, abrangendo desta forma as duas portas do volume principal – a de topo

e a lateral. Este espaço, que resguardava a entrada na zona de transição entre o mundo e o espaço divino, continha várias utilizações, servindo de palco ao pagamento dos impostos e abrigando os peregrinos, em época de romaria. Para além destas funções, este espaço servia também para o saloio deixar o seu barrete antes de entrar para a missa, em cima da mesa de pedra que se encontra ao pé da porta de entrada.

A igreja sempre se localizou num local amplo, com espaço em seu redor. Alguns locais de culto vão sendo sufocados pelas construções que os rodeiam e vão-se apoderando do espaço circundante às capelas. Felizmente isso não se verificou com a igreja de Nossa Senhora da Consolação, uma vez que esta ainda se mantém em local de destaque, sem construções adjacentes e contendo o seu próprio largo.

O Largo da Igreja, como é denominado, foi melhorado com os anos e desde 1734 contém um cruzeiro. Em 1927, foi construído o coreto da vila, que numa das fotografias do Inquérito à Arquitectura Popular já aparece mas numa forma ainda muito primitiva. O calcetamento do largo foi realizado recentemente, uma vez que, no último registo fotográfico da igreja, o adro ainda era em terra batida. ⁽¹⁷⁾

A construção mais próxima da capela situa-se a Norte do largo e actualmente tem a denominação de “Casa de Apoio às Actividades Religiosas”. Restaurada em 1984, esta construção saloia foi edificada com o objectivo de acolher o padre.

(16) Igreja especificada no próximo capítulo.

(17) vd. MOUTINHO, 1995: 115.



88. (A.A.P., 2004: 111)



89. Alçado principal da Igreja de Nossa Senhora da Consolação. Assafora. Sintra. Ana Sofia Nero



90. (A.A.P., 2004: 111)



91. Vista para o coreto e igreja da vila. Largo da Igreja. Assafora. Sintra. Ana Sofia Nero

5.1.2. Capela de São Mamede de Janas, Sintra

A Capela de São Mamede localiza-se em Janas, aldeia próxima de Colares e no Concelho de Sintra. Situa-se deslocada do centro do aglomerado de Janas, numa zona descampada, em que as construções são raras. O local contém o pinhal que se prolonga até às Azenhas do Mar, a ocidente, e a vista para a serra de Sintra, a Sul. Este isolamento faz com que a igreja se encontre em destaque, mas, ao mesmo tempo, leva a que este local seja tranquilo e silencioso, parecendo um retiro espiritual. *“A sua localização em pleno campo permite uma apreensão completa do dinamismo dos seus volumes, realçado pelo jogo dramático, em claro-escuro, da sóbria colunata, do alpendrado.”* (A.A.P., 2004: 112)

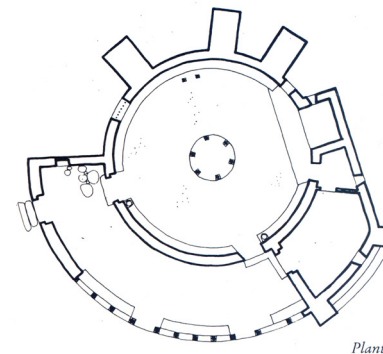
A ermida foi erguida devotada do culto a São Mamede, antigo pastor que foi assassinado no século III, e que se acreditava ter uma forte influência sobre os animais. Por este motivo, no dia 17 de Agosto, dia de São Mamede, a população deslocava-se para este local com os seus animais, com o fim de pedir ao santo saúde para estes, pois sem os animais a população ficava sem meios para conseguir produzir o seu alimento. Esta crença consistia numa espécie de procissão em torno da igreja com os animais, sendo que cada dono levava o seu gado e davam três voltas à ermida. Ainda hoje, *“quando na ermida se realiza, seja em que dia for, baptizado ou boda, o cortejo dá também as três voltas rituais.”* (FERREIRA, 1962). Formando-se assim um grande arraial em torno deste edifício religioso.

Esta igreja destaca-se por se desenvolver em planta circular, contendo o corpo principal (nave centralizada), segurado por três grandes contrafortes, na zona mais baixa

do terreno, e adoçado em seu redor encontra-se a sacristia e o alpendre. A nave principal encontra-se acima do nível do alpendre e no seu interior contém uma pequena capela ou santuário, ao centro, com seis colunas. Inicialmente, os animais entravam dentro da própria igreja e realizavam as três voltas em torno deste pequeno altar.

Todos os elementos que compõem este local de culto apelam à centralidade, identificando-se vários layers/camadas em torno deste pequeno santuário central. Este movimento giratório facilitava o culto exercido naquele local, razão que poderá estar na origem da sua planta circular.

Esta edificação do século XVI apresenta uma construção simples e baixa, com características bastante tradicionais e muito interessante do ponto de vista arquitectónico. Esta forma diferenciada não impediu a sua funcionalidade, nem o uso dos materiais populares e regionais, como a telha e a calçada portuguesa.



92. Planta da Capela de São Mamede de Janas. Sintra. (A.A.P., 2004: 113)



93. (A.A.P., 2004: 112)



94. Vista para a entrada principal da Capela de São Mamede de Janas. Sintra. Ana Sofia Nero



95. (A.A.P., 2004: 113)



96. Vista traseira da Capela de São Mamede de Janas. Sintra. Ana Sofia Nero

5.2. Capelas de beira-mar

As capelas de beira-mar surgem em promontórios ou falésias, como o próprio nome indica, junto ao mar. A sua forma pode ser variedade, sendo as duas ermidas escolhidas bons exemplos disso, uma com planta rectângular e outra hexagonal. Das cinco capelas presentes no livro *Arquitectura Popular Portuguesa* foram escolhidas duas, sendo elas: a Ermida da Memória e a Capela de São Sebastião. A primeira encontra-se completamente ao abandono, enquanto a segunda, para além de estar em óptimo estado de conservação, ainda hoje é utilizada.

Normalmente, estas são construções de reduzidas dimensões, mas sempre ligadas a uma forte crença religiosa. Edificadas pela população, em geral pescadores, em locais onde está presente uma grande relação entre o mar e o céu. No caso da Ermida da Memória, esta encontra-se de tal forma à beira da falésia, que quando nos sentamos no adro temos uma vista lindíssima para uma pequena baía formada pelo mar, parecendo que esta foi edificada sobre o mesmo.

O facto de serem pequenas e de construção mais popular, não significa que não tenham importância para população a que se destina, pelo contrário, uma vez que aquele edifício acaba por simbolizar uma crença. Por muito pequeno que o espaço seja, o que interessava para a população era o carácter religioso inerente aquele pequeno edifício.

As capelas, que vamos encontrando ao longo desta região, são *“notáveis pelo seu elevado valor simbólico — frente*

à vastidão do céu e do oceano. A sua sinceridade formal dissipa a aparente contradição, que muitas vezes se julga existir, entre o que é humilde e o que é monumental.” (A.A.P., 2004: 115) Estas são paradigmas de como a arquitectura mais singela, contém grande valor e importância.

5.2.1. Ermida da Memória, Cabo Espichel, Sesimbra

Esta capela de pequenas dimensões situa-se junto à falésia do Cabo Espichel, no Concelho de Sesimbra. O conjunto do Santuário da Nossa Senhora do Cabo Espichel é composto por vários elementos (18), entre eles a Ermida da Memória, a noroeste da igreja. A sua implantação consiste no local onde foi feita a aparição da imagem de Nossa Senhora do Cabo, por dois idosos. Seria neste local, onde se realizavam as primeiras peregrinações à santa e onde inicialmente se encontrava a sua imagem, sendo esta transferida para a igreja actual, após a sua construção.

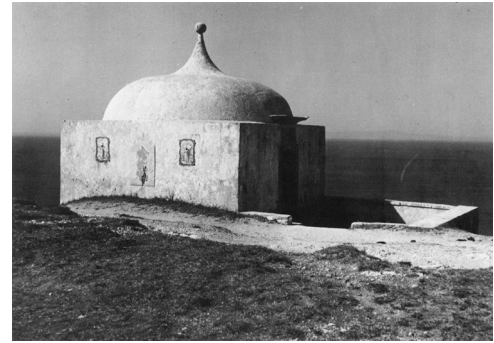
Debruçada sobre o mar, a capela do século XV é antecedida por um pequeno adro a um nível ligeiramente inferior, todo ele rodeado por um banco maciço, sendo este um miradouro para a zona Norte, permitindo visualizar todo o arco costeiro da península de Setúbal, abrangendo a vista a própria vila de Cascais, limite da margem norte.

A ermida é de planta quadrangular e de cúpula boleada, no seu interior podemos observar um conjunto de dez azulejos do século XVIII, que relatam a história da aparição da santa.

Esta capela continua ainda muito isolada da população e provavelmente agora até mais afastada, porque as hospedarias do Santuário da Nossa Senhora do Cabo Espichel estão completamente abandonadas e a afluência de pessoas a este espaço é cada vez mais reduzida. Esta é uma particularidade que tem influência no seu estado de

conservação, uma vez que o espaço interior está encerrado ao público devido ao vandalismo e encontra-se bastante degradado, acedendo-se somente ao pequeno adro.

(18) Elementos mencionados anteriormente no capítulo 2.3.2.



97. (A.A.P., 2004: 115)



98. Ermida da Memória. Cabo Espichel. Sesimbra. Ana Sofia Nero

5.2.2. Ermida de S. Sebastião, Ericeira

A capela de S. Sebastião localiza-se a Norte da Ericeira e encontra-se num local de destaque, sem nenhuma edificação em seu redor. Ao longo dos anos a povoação foi-se desenvolvendo e o aglomerando populacional foi crescendo, mas a capela manteve sempre algum distanciamento das construções, permitindo-lhe ter a evidência que tem actualmente.

À semelhança da anterior é uma edificação de pequenas dimensões, mas com planta hexagonal, apelando à centralidade do espaço. A sua cúpula é em gomos e contem um módulo rectângular, com a capela-mor e a sacristia, construído posteriormente, no século XVII. Todo o seu interior é revestido por azulejos seiscentistas, desde o chão até à cúpula, com padrões florais e geométricos.

Relativamente à data da sua construção não existe qualquer registo, sabe-se apenas que em 1678, D. Luís de Sousa mandou reedificar esta mesma ermida.

Esta capela, para além do seu carácter religioso, continha também um propósito mais social e até lúdico. Nesta costumavam-se abrigar mendigos e, em épocas festivas, faziam-se bailes e banquetes, que actualmente ainda se realizam no dia da festa de S. Sebastião. Este espaço *“seria muito mais um lugar de encontro e confraternização do que propriamente um lugar de culto (...)”*. (GORJÃO, 1994: 91)



99. (A.A.P., 2004: 114)



100. Ermida de São Sebastião. Ericeira. Mafra. Ana Sofia Nero

5.3. Solares e Palácios

“A casa é um documento autêntico da vida do homem - documento de pedra e cal, mas de extraordinária importância para estudarmos os costumes, a evolução do gosto e da vida social.” (AZEVEDO, 1988: 13)

Sendo assim, a habitação em si não é somente importante estudar para um melhor conhecimento da arquitectura, mas também para o conhecimento da sociedade e do modo de pensar da mesma, numa determinada época ou num determinado local. A “casa” consegue compilar toda esta informação, com grande importância para compreendermos a evolução de toda uma sociedade e consequentemente como esse pensamento influenciou o modo de construir, sendo a arquitectura a materialização de pensamentos/ideias.

No caso específico deste ponto, não iremos falar da habitação tradicional rural ou urbana, mas sim do que Carlos de Azevedo chama de *“casa nobre”* ou *“residência nobre portuguesa”*. Segundo João Barreira, *“ (...) urge sempre discriminar a casa rural da casa urbana, e extremar ainda, entre os dois typos, as que têm carácter de formação espontânea das que obedecem a moldes eruditos.”* (BARREIRA, 1908: 148) Enquanto a habitação tradicional surgia espontaneamente, a arquitectura erudita respeitava os cânones da época, *“ (...) em geral construídas nos períodos de arte que se caracterizam as várias fases da arquitectura religiosa (...) ”*. (BARREIRA, 1908: 148)

No livro *Arquitectura Popular em Portugal* podemos observar dois grandes exemplares dessa tipologia, o Palácio Marquês de Pombal e o Palácio Nacional de Sintra. Estes, apesar da sua importância e grandiosidade, não irão ser

analisados, devido ao grande conhecimento que se tem sobre estas duas grandes obras arquitectónicas. Como tal, optou-se pela escolha de outras duas construções, também bastante relevantes, embora mais modestas nas suas dimensões e eventual importância social dos seus fundadores. Os exemplos escolhidos são: o Palácio do Calhariz, em Sesimbra, e o Paço dos Arcos, em Oeiras. Actualmente, os palácios inserem-se em duas paisagens um pouco distintas, encontrando-se o Paço dos Arcos numa zona urbana, enquanto o Palácio do Calhariz numa zona rural, com a serra da Arrábida como pano de fundo. A evolução distinta dos locais em que se inserem teve influência nos edifícios, pois ambos foram edificados em zonas rurais e, actualmente, o Paço dos Arcos encontra-se numa zona totalmente urbanizada.

5.3.1. Paço dos Arcos, Paço de Arcos, Oeiras

O Paço dos Arcos, também conhecido por Palácio dos Condes de Alcáçovas, foi edificado em 1490, por Antão Martins Homem, consistindo nessa época num palácio de retiro e descanso, e não de primeira habitação. A sua implantação é muito próxima de Lisboa, em Oeiras, e à beira do rio Tejo, voltando-se a fachada presente na fotografia para o mesmo, com uma varanda que se debruça sobre toda esta paisagem marítima. Esta varanda assenta sobre três grandes arcos, que são uma das principais características do edifício, chegando a dar nome ao mesmo. A importância do edifício foi tanta no local em que se implantou, que o pequeno aglomerado populacional de carácter piscatório que foi surgindo em redor da residência, começou a denomina-se Paço de Arcos.

O paço sofreu obras de ampliação e restauro, em 1736, por D. António Henriques Pereira de Faria, passando depois para a família Lencastre. Deste edifício inicial resta somente a capela e os três famosos arcos, pois no ano do grande terramoto de Lisboa, o monumento foi completamente destruído. Após esta tragédia, o palácio foi reconstruído entre 1755 e 1762, pelo D. José de Lencastre e Saldanha.

A fachada voltada para a rua desta nobre residência, ladeada por duas grandes torres, apesar de manter os arcos quinhentistas, contem um carácter teatral característico da arquitectura barroca.

Com planta em U, o edifício adoça-se ao terreno que contem alguma inclinação, chegando aos três pisos nas duas torres e contendo somente um piso na zona mais alta. A residência é constituída por vários edifícios, de diferentes dimensões e altimetrias, que se vão aglomerando em redor de um pátio. Esta ideia mais segmentada do edifício é

perceptível do interior do pátio, pois no exterior, apesar das diferentes altimetrias, o edifício é lido como um só.

A entrada para o pátio é feita pela fachada lateral, voltada para o Largo Conde das Alcáçovas, que foi recentemente reabilitado. O pátio contém algumas casas térreas, para albergar criados e cavaliças, através do qual temos acesso para o grande jardim do paço.

A fachada Este é a única voltada para o jardim da propriedade e contem um pequeno terraço que, através de uma escadaria, nos leva à zona mais agrícola de todo o jardim.

As três fachadas “exteriores” deste edifício, estão direccionadas para vistas específicas e cada uma delas tem características diferentes, consoante a paisagem a que se destina. Ou seja, relação com o Largo, o Tejo e com o próprio jardim. Em contraponto, todas as fachadas “interiores” se voltam para o pátio, mais fechado e contido.

Apesar do carácter muito urbano que actualmente esta freguesia tem, no interior do pátio mantém-se ainda uma atmosfera completamente única e muito distinta do exterior, sendo este um espaço calmo e silencioso.

Neste momento, o monumento pertence à Câmara Municipal de Oeiras, doado pelos herdeiros do Conde de Arrochela, em 2001, e, se até à data tem estado devoluto, actualmente (2013) foi transformado em unidade hoteleira. Os edifícios que o rodeiam foram-se adoçando a ele e, hoje em dia, o monumento parece sufocado por tudo o que o rodeia. Os prédios bem mais altos que este, parecem prestes a “engolir” o palácio, que deu nome ao pequeno aglomerado piscatório.



101. Vista para os alçados principal e lateral do Palácio dos Arcos. Paço de Arcos. Oeiras.
Ana Sofia Nero



102. (A.A.P., 2004: 119)

5.3.2. Palácio do Calhariz, Sesimbra

O Palácio do Calhariz, ou também conhecido por Casa do Calhariz, foi mandado construir por D. João de Sousa e seus sobrinhos, D. Francisco de Sousa e D. Luís de Sousa, a partir de uma pré-existência. Recebendo posteriormente várias obras de restauro e melhoramento, pelo D. Pedro de Sousa e Holstein, o 1º Conde, Marquês e Duque de Palmela, no início do século XIX.

Esta residência foi construída no século XVII, “*um período de transição - época em que a lição da arte clássica é verdadeiramente posta em prática com vista à criação duma casa original, mais ampla e que melhor correspondesse às necessidades do tempo.*” (AZEVEDO, 1988: 55) Nesta perspectiva, surgem neste período novos edifícios que tentam por em prática os conhecimentos obtidos no Renascimento. As casas nobres começam a ser muito mais regulares e alongadas, a nível da sua planta, e mais simplificadas a nível dos alçados. Começa a surgir o edifício com planta em U, distinguindo-se duas versões: o edifício com as duas alas laterais fechadas por um muro e o edifício de planta “aberta”, que é o caso do Palácio do Calhariz.

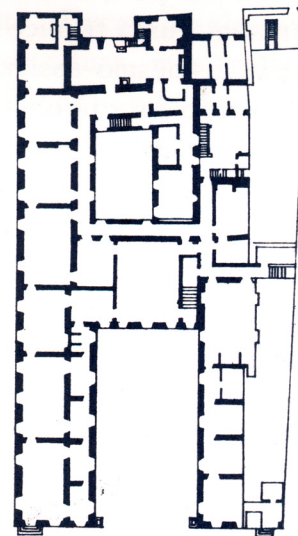
Uma característica interessante desta nobre casa é o seu aspecto térreo, com todas as janelas a surgirem do solo, como se fossem o prolongamento do mesmo. Esta particularidade das fachadas acaba por se refletir no interior, pois todas as divisões principais da habitação encontram-se no rés-do-chão, levando a que estas tenham uma grande relação com o exterior. Existindo uma constante interação entre o interior e o exterior da casa.

Este, com dois pisos, tem todas as fachadas muito regulares e com um grande número de aberturas,

exceptuando uma das fachadas laterais que se abre para um terraço, que debruça sobre o jardim. Este grande terraço, que vai de um extremo ao outro da fachada, contém vários patamares, aos quais se pode aceder por diferentes lanços de escadas. Todo este jogo descendente é bastante simétrico e muito regular, á semelhança da restante construção.

“Estes vários contrastes e harmonias — entre a casa e o seu enquadramento, o rigor do jardim e a paisagem silvestre, o templo clássico e os bosques das imediações — atribuem ao Calhariz uma consonância entre arquitectura, jardim e paisagem que é única em Portugal.” (BINNEY: 35)

Estes dois edifícios mencionados (Paço dos Arcos e



103. Planta do rés-do-chão do Palácio do Calhariz. (Azevedo, 1988: 61)



104. (A.A.P., 2004: 119)



105. Casa do Calhariz. Sesimbra. Ana Sofia Nero

Palácio do Calhariz) são exemplos de como a arquitectura doméstica de carácter mais erudito, apesar de respeitar os cânones arquitectónicos de cada época, não deixa de ter características do local em que se insere. Onde podemos verificar essa particularidade de forma mais evidente é nas dependências que normalmente se encontram em redor do edifício senhorial. No caso do Palácio do Calhariz essas pequenas construções encontram-se separadas do mesmo, mas no Paço dos Arcos, as construções de carácter mais popular adoçam-se à habitação, tornando-se num único edifício harmonioso.

Relativamente ao estado de conservação destes dois solares é bastante semelhante. O Paço dos Arcos encontra-se completamente devoluto, como já referimos anteriormente, o Palácio do Calhariz, apesar da quinta ser usada como turismo rural, o palácio encontra-se muito degradado. Assim toda a quinta do Calhariz se encontra recuperada e pode ser vivida, à excepção do solar, e no caso do primeiro somente o jardim da propriedade se encontra arranjado e é visitável.

6. Conclusão

A região de Lisboa e Vale do Tejo tem uma grande variedade a nível geográfico, topográfico, climático, populacional e económico, verificando-se essas características na arquitectura e originando uma grande variedade tipológica. Uma pequena amostra dessa diversidade encontra-se presente nesta Dissertação, abordando-se várias temáticas e percebendo-se de que forma estas se desenvolveram ao longo dos anos de existência do Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal.

Dentro da temática das povoações, fotografaram-se vilas como Óbidos e Sesimbra, sendo elas dois aglomerados muito distintos, a nível da sua localização. Actualmente, Óbidos situa-se no interior, enquanto Sesimbra se situa à beira-mar. Ambas usando a agricultura e a pesca como principais actividades económicas, apesar de com importâncias distintas. Em Óbidos, a principal actividade desenvolvida era a agricultura e, em Sesimbra, consistia na pesca.

A nível da conservação arquitectónica, Óbidos aparenta ser uma vila quase intocável, onde as habitações populares ainda se mantêm. Quando passamos a entrada das muralhas, e por vezes até extramuros, nos arrabaldes, parece que recuamos no tempo e voltamos à época medieval. Esta vila preserva ao máximo o seu património e o seu carácter histórico.

Quando entramos na vila de Sesimbra o mesmo já não se verifica, pois esta modificou-se ao longo dos anos. As poucas construções populares que ainda persistem

(19) Este facto verifica-se, não somente nas fotografias que se encontram no capítulo referente à vila de Óbidos, mas também no capítulo referente à Praça de Santa Maria (capítulo 2.3.1.).

encontram-se devolutas ou em más condições de preservação e de salubridade. Estes factos podem verificar-se na comparação entre as fotografias captadas em períodos temporais distintos, uma vez que as imagens de Óbidos (19) são praticamente iguais e, em Sesimbra, as construções alteraram-se. Actualmente, as duas povoações têm uma grande actividade económica em comum – o turismo – pois a maioria das modificações arquitectónicas que se verificam decorrem da necessidade de resposta a esta actividade.

Na aldeia de Assafora observa-se o abandono da maioria das habitações populares. Estas encontram-se em ruína ao lado de novas construções que foram surgindo. Das suas “courelas”, elemento característico da povoação, somente algumas são cultivadas por uma população mais idosa. Na fotografia tirada, que retrata este mundo rural, apercebemo-nos de como estas construções e este modo de vida entraram em declínio.

Relativamente a Vila Chã de Ourique, continua a ter as suas construções populares habitadas. Apesar de muitas habitações terem sido alteradas e adaptadas aos nossos dias, continuam a ser vividas, e de todas as construções são poucas as que nesta vila se encontram ao abandono.

Os dois exemplos de largos escolhidos – Largo de Santa Maria e Terreiro do Santuário do Cabo Espichel, provavelmente devido à sua implantação desigual, têm actualmente uma vivência e um estado de conservação completamente diferentes. O Largo de Santa Maria, localizado numa vila e visitado constantemente por vários turistas, encontra-se preservado e alberga várias actividades ao longo de todo o ano. Em contrapartida, o Terreiro do Cabo

Espichel situa-se distante dos aglomerados e sem grande vivência, uma vez que todo santuário está encerrado ao público, à excepção da igreja. Apesar de pontualmente este local ser visitado, o facto de se encontrar encerrado, diminui o interesse da população. O comércio que em tempos existia nas hospedarias desapareceu e consiste actualmente num local silencioso e sem vida, havendo somente a memória do que em tempos fora um espaço de convívio e vivência das gentes.

Com os dois exemplos escolhidos ligados à agricultura (Muge e Bairro dos Ilhéus) temos uma pequena amostra da diversidade arquitectónica que pode haver em construções ligadas à actividade agrícola, sendo estas: equipamentos e habitação. Em ambos os casos, as construções são edificadas em grandes propriedades e pelos grandes senhores endinheirados. O edifício de Muge, devido à ambiguidade da sua posse, levou-o ao estado de abandono e ruína em que se encontra actualmente. No caso do Bairro do Ilhéus, este encontra-se dividido, estando parte em ruína e o restante recuperado. A constatação deste facto é peculiar, uma vez que todas as construções pertenciam ao mesmo dono. Contudo, as habitações começaram a ser vendidas a particulares, que as reabilitaram. O bairro dos Ilhéus, apesar de se situar numa povoação de pequenas dimensões, numa zona ingreme e desconhecida por muitas pessoas, é um conjunto arquitectónico visitado por muitos estudantes do curso de arquitectura e arquitectos. (20)

(20) Informação recolhida na povoação, através dos habitantes locais.

Nos moinhos de vento escolhidos, tanto os da Malveira como o da Ericeira, são construções que podem ser recuperadas, reabilitadas e, se for caso disso, terem outra função. No monte de Santa Maria parte dos moinhos que se encontram em propriedade privada foram recuperados e desempenham actualmente outras funções, contudo outros ainda se encontram em ruína e são esses que devem de ter a nossa preocupação, pois constituem um exemplo desta tipologia que se poderá perder.

Os moinhos de maré de Corroios e de Palhais são dois exemplos desta tipologia de edifícios de moagem que podemos encontrar ao longo de todo o esteiro do rio Tejo. Como já foi referido anteriormente, este esteiro é composto por um grande número de moinhos, contudo estes foram na sua maioria abandonados. Estes elementos de moagem são característicos desta zona do país, mas a população de um modo geral desconhece-os e desconhece também a importância que estes em tempos tiveram para a produção de alimento para a capital. O moinho de Palhais foi escolhido pois retrata o estado de abandono e ruína que se verifica em quase todos os moinhos. Estes são esquecidos e deixados à mercê do vandalismo. O moinho de Corroios é a excepção à regra devido à preocupação do Concelho do Seixal, este foi reabilitado e consiste mesmo no símbolo da povoação de Corroios. O edifício acolhe o museu e promove, ao longo de todo o ano, um número considerável de conferências, não somente sobre moagem, mas também sobre outros equipamentos de arquitectura popular. Esta recuperação não incidiu apenas a construção mas, também a sua envolvente, consistindo este espaço exterior num local de

lazer utilizado pelos habitantes vizinhos.

As povoações de avieiros, de um modo geral, incluída Palhota e Lezirão, são locais que pouco têm a ver com as fotografias tiradas no âmbito do Inquérito à Arquitectura Popular. As construções sofreram várias alterações e, na maioria dos casos, a sua materialidade também foi alterada. No caso da Palhota, a habitação fotografada foi a que os Arquitectos sem Fronteiras recuperaram e serve agora como museu, conseguindo visitar-se uma casa que demonstra a vivência do povo avieiro.

O povoado do Lezirão, quando foi fotografado para o Inquérito nota-se que tinha tido uma origem muito recente, pois as construções ainda se organizavam de uma forma dispersa pelo território.

Genericamente parece pouco ter sido feito para preservar este tipo de construções, que fazem parte do nosso património. A protecção e valorização desta arquitectura e deste modo de vida deviam ser maiores por parte dos municípios.

As habitações populares observadas ao longo deste território são as que se encontram mais degradadas. Quanto mais nos aproximamos das zonas urbanas, menor é o número de habitações de carácter popular, mesmo em ruína, que ainda persistem. Estas, em geral, são destruídas para dar lugar a uma nova construção. Contudo, tentou-se fotografar habitações que se encontrassem reabilitadas ou habitadas.

Situadas ambas no concelho de Sintra, as duas igrejas escolhidas são bem diferenciadas. A Igreja de Nossa Senhora da Consolação é uma construção longitudinal e situa-se

junto ao aglomerado populacional; enquanto a Igreja de São Mamede desenvolve-se de forma circular, apelando à centralidade e localiza-se afastada do povoado, num local mais isolado.

Contudo, ambas as igrejas se encontram em aldeias que tinham como principal actividade económica a agricultura e, como tal, acabam também elas por estar ligadas a esse meio rural.

Outra característica, comum aos dois templos, é o bom estado de conservação em que ambos se encontram. Estas são construções abertas ao público e utilizadas pela população, não tendo qualquer indício de abandono.

As duas capelas de beira-mar descritas nesta Dissertação são exemplos de crença das populações. Estas, de pequenas dimensões, surgem junto ao mar, mas ao mesmo tempo muito próximas do céu. Esta tipologia de edificações, exactamente devido ao seu carácter mágico-religioso, implanta-se no topo de falésias ou, mais correntemente, em promontórios dado que, como o explica Mircea Eliade, esse é o local mágico de fronteira; fronteira entre o Céu e a Terra, fronteira entre a terra e o mar, mundos antagónicos que ali, naqueles lugares, se tocam, se aproximam. Estes locais estavam também muito ligados à pesca e aos pescadores, daí a sua forte relação com o mar. No caso da Ermida de São Sebastião, como se situa numa vila piscatória (Ericeira) essa relação é mais visível.

Relativamente ao estado de conservação dos dois exemplos, esse é distinto. A capela da Memória encontra-se degradada e fechada, assim como todo o complexo do Santuário de Nossa Senhora do Cabo Espichel. Em

contrapartida, a Ermida de São Sebastião foi melhorada recentemente e encontra-se aberta ao público. Estas diferenças provavelmente devem-se ao facto da primeira estar deslocada dos aglomerados populacionais e, no caso da segunda, esta se situar no centro da Ericeira, local povoado e intensamente vivido pela população local e por grande número de turistas sazonais e, também, visitantes ao longo de todo o ano.

Nos palácios escolhidos, apesar das suas características mais eruditas, o estado de conservação não diverge dos de outras construções aqui descritas. O Paço dos Arcos encontra-se fechado e abandonado, acedendo-se somente ao jardim. O Palácio do Calhariz, apesar de se encontrar em propriedade privada, também não está recuperado, estando fechado devido ao vandalismo.

Ao percorrermos todo este território, observarmos os locais e edifícios fotografados, compreendemos a importância que o uso da fotografia, como principal meio de suporte, teve para o Inquérito. A fotografia permitiu mostrar na íntegra uma realidade que já não existe.

No Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa, a fotografia foi usada para retratar “a atmosfera” do local, ou seja, as suas ambiências e vivências. Este meio presente no livro “Arquitectura Popular em Portugal” consiste numa fotografia que não é tratada, uma fotografia pura, que retrata a verdade e a realidade do que acontecia naquele momento. Daí o facto da figura humana aparecer tantas vezes ao longo do livro, possibilitando perceber estes mesmos modos de vida, de estar e de vestir. Modos estes que relatam a verdade do momento e da vida que se

vivia, acabando por ter influência na própria arquitectura, pois esta é um espelho da população. “*Não são boas as condições de habitação, de trabalho ou o equipamento social do nosso povo, e não é preciso rebuscar os aspectos que mostram ser baixo o seu nível de vida. São, infelizmente, bastos e eloquentes, mas quem os quiser sentir através das construções, que são um espelho fiel de todos os pormenores e da síntese da sua vida, depara com tarefa ingrata. Porque, paralelamente com condições chocantes, com o frio e o desconforto que se adivinham, não podemos deixar de admirar nas soluções tudo o que elas têm de valor emotivo. E é de justiça homenagear quem em tão duras circunstâncias consegue casas, palheiros, poços, moinhos ou fontes, tão acertados e belos.*” (A.A.P., 2004: 55)

As várias reedições do livro “Arquitectura Popular em Portugal” demonstram a sua importância, sendo este usado como manual nas universidades. Contudo, na prática o livro não é utilizado pela maioria dos arquitectos, ou seja, teoricamente todos os arquitectos consideram de grande valor o património arquitectónico português, mas na prática muito poucos sabem como lidar com esse mesmo património. Este facto leva ao desinteresse por parte do arquitecto em realizar reabilitações, ou pior, pode levar à destruição de mais um testemunho da arquitectura nacional, por falta de conhecimento. O ensinamento destas temáticas deveria partir das universidades, aprendendo-se a intervir não só em arquitectura popular, mas em património de um modo geral.

Nenhum de nós quer voltar para o mundo que esta arquitectura representa, uma vida de miséria e pobreza,

sem bens ou novas tecnologias, como o telemóvel, o computador ou a internet. Porém, estas podem (e devem) ser reabilitadas e melhoradas, não tendo que estar directamente ligadas às posses económicas de uma família. Contudo, essa reabilitação ou recuperação tem de ser feita de forma a respeitar a sua materialidade, o seu sítio, a sua antiga função e a sua importância enquanto edifício, percebendo qual a melhor funcionalidade que actualmente se adequa à construção que se pretende reabilitar. Como diz Helena Roseta, no prefácio da 4ª edição do livro, *“O que não podemos é assistir passivamente à morte das aldeias ou à destruição do que resta de uma paisagem em que uma certa harmonia, sedimentada, entre o homem e o meio era essencial.”* (A.A.P., 2004: VII)

Quando pegamos num livro como *Arquitectura Popular em Portugal*, questionamo-nos se os edifícios fotografados ainda existem, mas deduzimos sempre que muito provavelmente estes espaços já desapareceram por completo, assim como este modo de vida e como a realidade e o país em que estes surgiram. Apesar de permanecer a incógnita, acabamos sempre por deduzir que todos estes edifícios já desapareceram e se ainda existirem, são raras excepções. A verdade é que recuperados ou em ruína, abandonados ou valorizados, devoluto ou ocupados, todas as construções escolhidas para fotografar ainda hoje se encontram erguidas. Provavelmente, a importância que se dá à arquitectura popular ainda não é a suficiente e ainda existe muito preconceito relativamente ao tipo de vida que estas construções representam, mas o facto é que elas ainda existem.

A revisita dos locais serve para compreender o estado em que se encontram depois de todos estes anos, por um lado, aprender com alguns que tiveram uma recuperação e se encontram a ser ainda utilizados; e, por outro lado, compreender o que ocorreu de errado com as construções que actualmente estão em ruína, tendo *“ (...) a vontade de imaginar um futuro para o passado.”* (A.A.P., 2004: VIII) Acho que esse é o grande objectivo e deve ser o princípio da maioria dos arquitectos portugueses hoje em dia. Pensar um modo de estes edifícios, que em tempos tiveram importância na vida de alguém, voltarem a tê-lo e voltarem a ser vividos.

A arquitectura aqui representada ilustra um pedaço de história que se devia preservar e reabilitar, seja desde a pequena habitação rural até ao grande santuário, todos fazem parte do nosso património. Este trabalho de revisita aos locais retratados pelos Inquérito e análise dos mesmos poderia ser continuado pelos restantes edifícios desta zona que não houve tempo de estudar, ou até mesmo por outras zonas do país. Esta análise poderia também não se restringir somente a imagens do Inquérito, mas a outras construções que não tivessem sido fotografadas, podendo ser executada por arquitectos, etnólogos, geógrafos ou antropólogos. O importante e urgente é *“ (...) terminar com a ideia de que o que é velho aparenta pobreza, por isso deve ser demolido. Com atitudes do nosso tempo, respeitando o que de melhor chegou aos nossos dias deverá ser possível contemporizar o passado e o presente de modo a salvaguardar e ampliar património construído representativo de uma memória colectiva.”* (MESTRE, 1989: 46)

7. Bibliografia

A.A.P. (Associação dos Arquitectos Portugueses); 2004; Arquitectura Popular em Portugal; 4ªed; Lisboa: Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos

AZEVEDO, Carlos; Setembro de 1988; Solares portugueses: introdução ao estudo da casa nobre; 2ªed; Livros Horizonte

BARREIRA, João; “A habitação em Portugal”; In Notas sobre Portugal; 1908; Volume II; Lisboa: Imprensa Nacional

BINNEY, Marcus; BOWE, Patrick; Casas e Jardins de Portugal; Livros Quetzal, S.A.

CALDAS, João Vieira; 1999; A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII; 2ªed; Porto: FAUP

CÂMARA, Teresa Bettencourt da; Janeiro de 1990; Óbidos: arquitectura e urbanismo século XVI e XVII; [S.l.]: Câmara Municipal de Óbidos

CANCIO; Francisco; 1934; Ribatejo; Lisboa: edição do autor

CUSTÓDIO, Jorge; Abordagens documentais para a história dos moinhos do Barreiro; in Um olhar sobre o Barreiro; Novembro de 1993; nº2; III série; Barreiro: Augusto Pereira Valegas

CUSTÓDIO, Jorge; Apontamentos sobre os moinhos de

maré do esteiro de Coina e sobre o moinho pequeno da família Costa; in Um olhar sobre o Barreiro; Junho de 1989; nº1; II série; Barreiro: Augusto Pereira Valegas

DIAS, Jorge; OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; 1959; Sistemas primitivos de moagem em Portugal: moinhos, azenhas e atafonas; Volume I e II; Porto: Instituto de Alta Cultura; Centro de Estudos de Etnologia Peninsular

ESTEVAM, José; 1957; Assuntos ribatejanos; Lisboa: Couto Martins

FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes; 1991; Arquitectura vernácula da região saloia: enquadramento na área atlântica; Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa

FERRAZ & AZEVEDO, LDA; 2004; O concelho do Cartaxo: o vinho, a terra e o Tejo; S.l.: Ferraz & Azevedo, LDA

FERREIRA, Fernando Bandeira; “Nótula acerca da ermida de São Mamede de Janas”; In Revista Guimarães; números 3 – 4; 1962; Guimarães

FONTES, Joaquim; 1948; Etnografia saloia: Subsídios para o seu estudo; Lisboa

GIL, Júlio; 1998; As mais belas igrejas de Portugal; 2ªed. ; S.l. ; Editorial Verbo

GOMES, Agostinho; Santuário Nossa Senhora do Cabo Espichel; Câmara Municipal de Sesimbra

GONÇALVES, Rogério de Oliveira; 1992; O palácio dos Arcos: Meio Milénio; 2ªed; Câmara Municipal de Oeiras, Gabinete de Relações Públicas

GORJÃO, Sérgio; “Ermidas de S. Sebastião da Ericeira: mais uma nota para a sua história”; In Boletim Cultural 93; Fevereiro de 1994; Câmara Municipal de Mafra

LEAL, João; 2009; Arquitectos, engenheiros, antropólogos: Estudos sobre arquitectura popular no século XX português; Porto: Fundação Marques da Silva

LEME, Margarida; O moinho do séc. XV: Palhais; Dezembro de 1997; nº5; III série; Barreiro: Augusto Pereira Valegas

LINO, Raul; 1992; Casas portuguesas: alguns apontamentos sobre o arquitectar das casas simples; 11ªed; Lisboa: Herdeiros de Raul Lino e Edições Cotovia, Lda.

MARTINS, Jorge A. R.; MARTINS, Luís F. R.; Dezembro de 2009; Identificação de aspectos particulares dos moinhos do concelho de Mafra; in Boletim Cultural: 2008; Câmara Municipal de Mafra

MESTRE, Victor; “Subsídios para o conhecimento da arquitectura popular do concelho de Sesimbra” In Sesimbra

Cultural; Ano 1; nº0; Dezembro de 1989; Câmara Municipal de Sesimbra

MOUTINHO, Mário; 1995; A arquitectura popular portuguesa; 3ªed; Editorial Estampa

NABAIS, António J. C. Mais; 1986; História do Concelho do Seixal: Moinho de maré: património industrial; Câmara Municipal do Seixal

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; 1964; Palheiros do litoral central português; Lisboa: Centro de Estudos de Etnologia Peninsular

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim; Tecnologia tradicional portuguesa: sistemas de moagem; Instituto Nacional de Investigação Científica; Centro de Estudos de Etnologia

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim; 1988; Construções primitivas em Portugal; 2ªed.; Lisboa: Publicações Dom Quixote

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; Palheiros e barracos do litoral; Centro de Estudos de Antropologia Cultural e de Etnologia Peninsular

OLIVEIRO, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; 2003; Arquitectura Tradicional Portuguesa; 5ªed; Lisboa: Publicações Dom Quixote

O.A. (Ordem dos Arquitectos); 2007; Arquitectura Popular dos Açores; 2ªed; Lisboa: Ordem dos Arquitectos

PAGARÁ, Ana; Novembro de 2003; As Casas dos Ilhéus na Picanceira (Santo Isidoro, Mafra): do estudo à conservação. Primeira abordagem. In Boletim Cultural: 2002; Câmara Municipal de Mafra

PEREIRA, Francisco Monteiro; CARVALHO, José Eduardo; Vila Chã de Ourique: Alguns apontamentos com interesse ou uma limitada análise sobre a sua realidade histórica, social e económica

REDOL, Alves; 1976; Avieiros; Mem Martins: Europa-América

REDOL, Alves; 2004; Glória: Uma aldeia do Ribatejo; Editor Caminho

REDOL, Alves; Novembro de 1989; Gaibéus; 17ª ed; Lisboa: Caminho

REIS, Dr. Luciano; 2002; A pitoresca localidade (parte I e II); Recantos de Sintra; Jornal da Região – Sintra

RIBEIRO, Orlando; 1998; Portugal: o Mediterrâneo e o Atlântico; 7ªed; Lisboa: Augusto Sá da Costa, Lda.

ROCHA, Filomena Isabel L.C. Serrão; 1996; Oeiras: O património. A história; Câmara Municipal de Oeiras

SALVADO, Maria Adelaide Neto; 1985; Os avieiros nos finais da década de cinquenta; Castelo Branco

SENA, António; 1998; História da Imagem fotográfica em Portugal: 1839 – 1997; Porto: Porto Editora

SEQUEIRA, Gustavo de Matos; 1955; Inventário artístico de Portugal: Distrito de Leiria; Volume V; S.I.: Academia Nacional de Belas Artes

SERRÃO, Eduardo da Cunha; SERRÃO, Vitor; 1986; Sesimbra monumental e artística; S.I.: Câmara Municipal de Sesimbra

SOUGEZ, Marie-Loup; Novembro de 2001; História da Fotografia; Lisboa

VASCONCELLOS, J. Leite de; 1980; Etnografia Portuguesa; Volume III; Imprensa Nacional; Casa da Moeda